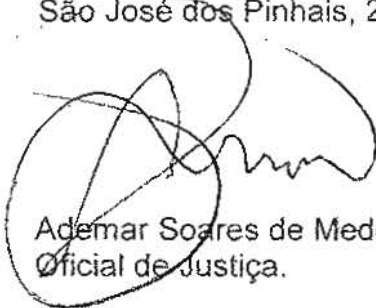


CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e extraído dos autos sob nº 04/07 de carta precatória oriunda do D. Juízo de Direito da 21ª Vara Cível central da Capital de São Paulo em que fazem partes NUCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR contra RONALDO CARDONETTI E OUTROS, diligenciei nesta Cidade à travessa Alcídio Rocco nº 05 Conjunto Júpiter e, sendo aí, às 18:16 horas, procedi a citação e intimação de **JAN STRUIVING**, por todo o conteúdo do mandado retro e cópias da petição inicial e tutela inibitória concedida, do qual após estar de tudo bem ciente, aceitou a contrafé que lhe ofereci, exarando sua nota de ciente.

O referido é verdade e dou fé.

São José dos Pinhais, 25 de janeiro de 2007



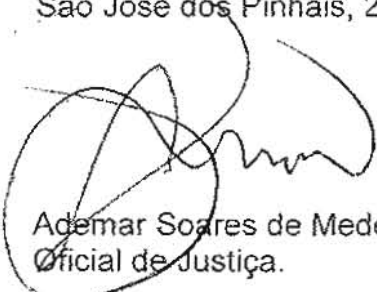
Ademair Soares de Medeiros
Oficial de Justiça.

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao respeitável mandado do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e extraído dos autos sob nº 04/07 de carta precatória oriunda do D. Juízo de Direito da 21ª Vara Cível central da Capital de São Paulo em que fazem partes NUCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR contra RONALDO CARDONETTI E OUTROS, diligenciei nesta Cidade à travessa Alcídio Rocco nº 05 Conjunto Júpiter e, sendo aí, às 18:16 horas, procedi a citação e intimação de **JAN STRUIVING**, por todo o conteúdo do mandado retro e cópias da petição inicial e tutela inibitória concedida, do qual após estar de tudo bem ciente, aceitou a contrafé que lhe ofereci, exarando sua nota de ciente.

O referido é verdade e dou fé.

São José dos Pinhais, 25 de janeiro de 2007



Ademir Soares de Medeiros
Oficial de Justiça.

DOC Nº:03.....



PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR
21ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL DE SÃO PAULO
21º OFÍCIO CÍVEL DA CAPITAL

Praça João Mendes, S/N - 9º ANDAR, SALA 912/918 - CENTRO- São Paulo/SP - CEP: 01501-900

Cartório do 21º Ofício Cível
ELISETE DE S. STEINDORFER
Escritora Diretora
Fórum João Mendes Jr.

Processo nº 583.00.2006.225286-4
Ordem nº 1733/2006

Ação: Outros Feitos Não Especificados

Requerente: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.BR

Requerido: RONALDO CARDONETTI e outro(s)

ADITAMENTO
CONCEDIDOS OS BENEFÍCIOS DO ART. 172 E §s, DO CPC

O(A) Doutor(a) MARCIO TEIXEIRA LARANJO, Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma da Lei, ADITA o presente mandado extraído do processo acima indicado, a fim de que se proceda nova tentativa de CITAÇÃO de RONALDO CARDONETTI, à R SAO JOAO BATISTA, 119 - CAMBUCI - CEP: 01527-010, São Paulo - SP, para os atos da ação proposta conforme petição por cópia em anexo, que fica fazendo parte integrante deste, e INTIME-O da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, de acordo com o seguinte despacho: "Fls.290: Vistos. Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes. Int. São Paulo, 21 de dezembro de 2006. MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO, MM. Juiz de Direito". Caso necessário, proceda a citação por hora certa.

ADVERTÊNCIA: Nos termos do artigo 285 do Código de Processo Civil, não sendo CONTESTADA a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados pelo(s) autor(es), ficando ainda, cientificado(s) de que as audiências desse Juízo realizam-se nesta vara, neste Fórum.

Cumpra-se, observadas as formalidades legais. São Paulo, Estado de São Paulo, aos 19 de janeiro de 2007. Eu, SW (SIMONE DELL'ARINGA), Escrevente, digitei. Eu, EL (ELISETE DE SOUZA STEINDORFER), Diretora, subscrevi.


Recolhida 01 diligência (R\$-14,79)

Exido

Centos e dez fiéis, fada de fada
muito asmada, que em cumprimento a prom
essa feita e x. desobedi, chegou a por
dozeiros vozes, e aí pondo a t. Sa.


Ronildo Cordeiro, que após ouvir a
leitura do mandado, de fado seu car.
Após, recebeu a ordem e passou o
seu cart. O referido é sabido de
Vau. 13 de fevereiro de 2007

Art. 2 de jure


Charles Gordon Butler

23/2/07

CONCLUSÃO

Em 21 de 12 de 2.006, promovo a conclusão dos presentes autos ao MM. Juiz de Direito, Dr. MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO. Eu, , Escrevente, subscrevi.

Processo nº 06/225286-4


Vistos.

Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes.

Int.

São Paulo, 21 de dezembro de 2.006.

MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO
Juiz de Direito




Em 21 de 12 de 2006
recolheu o valor de R\$ 5.000,00
Eu, , Escrevente, subscrevo.

fig
e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPRO 6 - PASSAGEM DE AUTOS - S. DIR. PRIVADO

PROCESSO: nº 483.493.4/7

AGRAVO DE INSTRUMENTO

EM 14/05/2007

CONCLUSOS AO

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR

CARLOS STROPPA

Vistos,

Fls. 267/278.

Determino que os agravados sejam intimados por oficial de justiça, diligência pelo agravante, que lhes dará conhecimento formal de que deverão cumprir o r. despacho de folhas, sob pena de responderem cada qual por multa diária majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ademais de responderem penalmente por desobediência de ordem judicial.

P. e l.

São Paulo, 14 de maio de 2007.

CARLOS STROPPA
Des. Relator



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

11/10/2007

nic.br

Núcleo de Informação
e Coordenação

DOC Nº.: 06

Av. das Nações Unidas, 11.541
Jardim - Brooklin Novo
04578-000 - São Paulo - SP
Tel. 55 11 5509 3511
Fax. 55 11 5509 3512
www.nic.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº. 583.00.2006.25286-4
RITO ORDINÁRIO

26 OUT 2006

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PUNTO BR-NIC .br, já qualificado, por intermédio de seus advogados e bastantes procuradores que a presente subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO** movida em face de **JAN STRUIVING, RONALDO CARDONETTI e JORNAL FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o quanto segue.

Após ser atribuído efeito suspensivo ativo ao Agravo de Instrumento nº. 483.493-4/7 (doc. 01), os réus Jan Struiving e Ronaldo Cardonetti foram devidamente intimados da decisão que deferiu a antecipação de tutela (doc. 02).

Decorrido o prazo para cumprimento daquela ordem judicial, o NIC.br relatou nestes autos que os réus permaneciam afrontando a determinação prolatada, sem cumpri-la.

Assim, foi proferida nova decisão nos autos daquele Agravo de Instrumento (doc. 03):

"Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes."

Inadimplindo mais uma vez suas obrigações, os réus ignoraram as determinações proferidas, sendo então, prolatada nova decisão (doc. 04) pelo Doutor Relator da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

"Determino que os agravados sejam intimados por oficial de justiça, diligência pelo agravante, que lhes dara conhecimento formal de que deverão cumprir o r. despacho de folhas, sob pena de responderem cada qual por multa diária majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ademais de responderem"

SP13.15 2-161020071359 21CV 460 0 19132002

penalmente por desobediência de ordem judicial..."

Acontece, porém, que durante o período de intimação dos réus nos autos daquele Agravo de Instrumento, que perdura por quase 4 (quatro) meses, os réus continuam a descumprir as ordens judiciais promulgadas e mais, **agora além de continuarem a divulgar o conteúdo das difamações em seus sites, enviam e-mails ao Senado Federal, Delegacias de Polícia, Ministérios, Tribunais de Contas, Câmara dos Deputados, Presidência da República, Supremo Tribunal Federal, Associações, Organizações e outros, propagando as inverídicas difamações aqui relatadas e assacando novas delas (doc. 05).**

Não bastassem esses desacatos, agora há novos artifícios sendo empregados. Foram encaminhadas mensagens aos órgãos anteriormente citados, **utilizando-se como remetente o nome do Diretor Presidente do NIC.br**, ou seja, as mensagens com o mesmo conteúdo difamatório são enviadas do endereço eletrônico "demi_gestschko@hotmail.com.br", **dando a entender que o próprio Presidente do NIC.br estaria aleivosamente propagando essas difamações**, tudo conforme se evidencia das mensagens em anexo (doc. 06). Através dos dados de acesso dessas mensagens será possível descobrir quem foi o seu propagador, solicitando dados à Brasil Telecom.

Isso configura, também, afronta ao Poder Judiciário, uma vez que os réus, utilizando-se de meios artificiosos, não cumprem as ordens judiciais endereçadas a eles, mantendo-se em flagrante postura de desafio à justiça, sem receio de punição.

Por outro lado, alterar a assinatura e o endereço eletrônico das mensagens, como assim têm feito os réus, não os exime de punição. Não se pode permitir que tais atos permaneçam impunes e incessantes.

Ademais, não se pode olvidar que a multa diária imposta já foi majorada para R\$ 10.000,00 e os réus já foram advertidos da possibilidade de responderem penalmente por crime de desobediência de ordem judicial, mesmo assim, mantêm-se em conduta delituosa em desafio às ordens judiciais que devem cumprir.

I – MEDIDAS DE APOIO PREVISTAS NO § 5º DO ARTIGO 461 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

As medidas de apoio para tornar efetiva a tutela antecipada estão previstas no § 5º do artigo 461 do Código de Processo Civil, o que permite ao juiz adotar providências para fazer cumprir as decisões judiciais proferidas.

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por

tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

O rol do artigo supra citado é exemplificativo e não taxativo. Sendo assim, o Magistrado poderá aplicar a pena que julgar adequada para garantir a efetividade da tutela jurisdicional.

Essa previsão legal objetiva resguardar a eficácia das decisões judiciais proferidas, obrigando a parte a cumprir a ordem imposta.

Ao NIC.br não resta outra alternativa senão se valer mais uma vez deste MM Juiz para que se faça cessar os atos contínuos praticados pelos réus há mais de 6 (seis) meses. Diante do reiterado descumprimento das ordens judiciais proferidas nestes autos, seguem as medidas que, no entender do NIC.br, poderão ser eficazes no caso em tela.

a) Aplicação de medida coercitiva

Diante de tudo o que aqui fora exposto e dos documentos que corroboram esses fatos, ao NIC.br não resta outra alternativa senão requerer seja imposta aos réus medida coercitiva por crime de desobediência prevista no art. 330 do Código Penal.

Importante citar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Agravo de Instrumento nº 70003760667 que, sobre o mesmo assunto, assim decidiu:

“Ora, a conduta da parte é uma afronta, manifesto descaso à autoridade judicial. Dito isso, escoreita a decisão fustigada. Malgrado haja precedentes sustentando a inexistência de crime de desobediência quando a autoridade comina pena de multa para o caso de não cumprimento de ordem judicial, certo é que a reprimenda maior (prisão em flagrante) se impõe no caso em apreço. Houve autêntico desrespeito à decisão, em desprestígio do Judiciário como um todo. Não se nega que o magistrado deva se manter equidistante às pressões da sociedade e críticas da imprensa formadora de opinião. Todavia, a persistir a situação dos autos, estar-se-ia placitando com a ineficácia da prestação jusdicional. (...)

De mais a mais, inexistente incompatibilidade, tampouco vedação legal, à fixação de multa, num primeiro momento, como ocorreu na hipótese, e, diante do descumprimento da ordem pela parte, venha o magistrado impor prisão ao desobediente...”

525
R
3-1

Portanto, verifica-se que pela prática do crime denunciado no art. 330, do Código Penal e para fazer cumprir a decisão proferida nestes autos, visando cessar a lesão que continua sendo causada ao NIC.br, há de ser decretada a prisão imediata dos réus, através da expedição de mandado de prisão para ser cumprido no local onde os réus se encontrarem.

b) Bloqueio da conta corrente dos agravados

Diante das medidas já impostas e da afronta dos réus, que insistem em ignorar as decisões judiciais aqui mencionadas, justo que seja feito o bloqueio das contas bancárias dos réus JAN STRUIVING E RONALDO CARDONETTI.

Essa medida tem aplicação justificada em decisões jurisprudenciais, como a seguir se vê.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do sul prescreve da mesma forma:

"(...) Trata-se, simplesmente de cumprir a determinação posta no acórdão. Aliás, se a Autarquia cumprisse as decisões judiciais, certamente não haveria necessidade de fixação de multa.

Em suma, tratando-se de resistência ao cumprimento de diversas decisões judiciais, deve a autarquia adimplir o valor da multa pela via administrativa. O reiterado descumprimento dá ensejo ao bloqueio dos valores em conta corrente, sob pena de suspender a eficácia da decisão proferida.

Por essas razões, mantenho a decisão de primeiro grau e nego provimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento nº 70013766936, julgado em 08/03/2006, 2ª Câmara, Relator: Dês. Roque Joaquim Volkweiss)."

Pertinente, também, é esta decisão do Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de recurso especial:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. MEDIDA EXECUTIVA. POSSIBILIDADE, IN CASU. PEQUENO VALOR. ART. 461, § 5.º, DO CPC. ROL EXEMPLIFICATIVO DE MEDIDAS (...) - (...) Depreende-se do art. 461, §5.º do CPC, que o legislador, ao possibilitar ao juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas assecuratórias como a "imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial", não o fez de forma taxativa, mas sim exemplificativa, pelo que, in casu, o seqüestro ou bloqueio da verba necessária à aquisição dos medicamentos objetos da tutela deferida, (...) revela-se medida legítima, válida e razoável. Deveras, é lícito ao julgador, à vista das

A

circunstâncias do caso concreto, aferir o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas (...). (REsp nº 855414 / RS, julgado em 26/09/2006, Primeira Turma, Ministro Luiz Fux)"

Portanto, levando-se em consideração que os réus descumprem desde março de 2007 a ordem judicial que deferiu a antecipação de tutela para determinar a cessação das difamações assacadas ao NIC.br, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), majorada para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um deles, não resta outra alternativa senão requerer o bloqueio dos valores constantes nas contas bancárias dos réus, para que esses valores fiquem bloqueados até a efetiva execução da multa por descumprimento de ordem judicial, que já ultrapassa os R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para cada um deles.

Necessário informar, por fim, que estes fatos e pedidos foram requeridos inicialmente ao Relator do Agravo de Instrumento nº. 483.493-4/7, que os indeferiu, sob o fundamento de que estes devem ser feitos a este Juízo de Primeira Instância (doc. 07).

II-DO PEDIDO

Diante de todo o exposto e das provas que acompanham a presente peça, o NIC.br requer:

- a) seja expedido ofício à Brasil Telecom, com endereço na SCN Quadra 3, Edifício Telebrasil, Brasília, DF e Cep: 70.000-000, para que informe os dados de acesso do usuário do IP 200.103.241.200 em 18 de setembro de 2007, às 09:11:03hs (horário oficial de Brasília), a fim de que se comprove quem são os propagadores de mensagens eletrônicas em nome do Presidente do NIC.br;
- b) seja decretada prisão dos réus Ronaldo Cardonetti e Jan Struiving e expedido mandado de prisão deles para ser cumprido no local onde se encontrarem, pela prática de crime previsto no art. 330 do Código Penal;
- c) independente do deferimento do pedido do item anterior, sejam bloqueadas as contas bancárias dos réus, até que as determinações aqui proferidas sejam atendidas.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo, 09 de outubro de 2007.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES

OAB/SP Nº 24.545

KELLY PRISCILA ANGELINI

OAB/SP Nº 193.817

527
R

DOC N°: 07

COMUNICAÇÃO
Em 23 de novembro de 2007, o Juiz de Direito do Juízo de Direito da 1ª Vara do Poder Judiciário, São Paulo, Estado de São Paulo, em audiência pública, recebeu e recebeu os autos em cartório. Eu, _____, Escrivão, subscrito.

Processo nº 06/225286-4

Vistos.

Petição de fls. 368/372: indefiro os itens "b" e "c", por falta de amparo legal. Eventual descumprimento da antecipação dos efeitos da tutela tem como consequência a incidência do preceito cominatório, não motivando, assim, a prisão civil dos responsáveis ou o bloqueio de suas contas bancárias.

No que tange ao item "a", oficie-se, como solicitado.

28 NOV 2007

Int.

São Paulo, 23 de novembro de 2007.

MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO
Juiz de Direito

DATA

Em 23 de 11 de 07
recebi estes autos em cartório.
Eu, _____, Escrivão, subscrito.

ABUSANDO.ORG

DIREITO & JUSTIÇA DIGITAL

DOC Nº: 08

528
R

ABUSANDO - Associação Brasileira de Usuários de Numeração IP & Assinantes de Domínios -

(25/01/08)

Clique em "arquivos" e "salvar como" na sua máquina antes que a página saia novamente do ar.
Para localizar os textos mais recentes digite Ctrl + F e localize por 01/08

"O conteúdo deste site parece estar de acordo com o direito constitucional de manifestação do pensamento"
www.tj.sp.gov.br 593.00.2007.222626 21ª. Vara Cível - 20 integrantes do CGI contra 3 da Abusando. (clique [aqui](#))

Illicit enrichment by ICANN members in Brazil! (view) - Brazilian Internet Comittee is no more an impartial organ (view)

Ações e processos judiciais e policiais para consultas, atualizado em 16/01/2008 (clique [aqui](#))

CGI.br de olho no lucro dos provedores, sequer publicaram no D.O.U. mas já estão embolsando R\$ 4,2 milhões/mês adicionais. Começou em 1/2008 nas férias dos donos de provedores, quando voltarem algum funcionário já pagou aí é tarde contestar clique aqui

Algumas informações aqui contidas foram enviados por e-mail particular p/ os seguintes amigos e conhecidos: 65 senadores, 500 deputados federais, 700 deputados estaduais, 300 vereadores, 130 agências de notícias, 1100 jornais, 430 jornalistas, blogs e sites, 400 rádios AM/FM, 120 revistas, 2.300 provedores e hospedagem de sites, 130 TVs, 450 de Fundações entre outros

Situação da receita da internet no Brasil (valores aproximados) arrecadados por integrantes do CGI.br, contrariando o Art 9º do Decreto Nº 4.829, de 03/09/2003 que cria o CGI e que diz: "O CGI.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" (clique [aqui](#)):

Recursos a serem aplicados em inclusão digital nos estados conforme declaração do CGI.br (clique [aqui](#)) (24/01/08)

1995-2005	R\$ 250 milhões	Status: sumiu a metade	7. Delegacia de Lapa SP (processo 050060353642. clique aqui)
julho/2005	R\$ 50 milhões	Status: embolsado CGI.br	venda de dados cadastrais (endereços de sites) ao Google (aqui)
2006	R\$ 30 milhões	Status: embolsado CGI.br	1,1 milhões de domínios x R\$ 30,00
2007	R\$ 40 milhões	Status: embolsado CGI.br	1,3 milhões de domínios x R\$ 30,00
2008	R\$ 82 milhões	Previsão: a ser embolsado	1,5 milhões de domínios x R\$ 30,00 + cobrança IPs dos provedores

O Estado do Rio tentou em 04/2003 reaver R\$ 10,8 milhões que seria usado no projeto Infovia.RJ. (clique [aqui](#)). Mas parece que a prioridade de embolsamento pelo CGI foi maior do que a inclusão digital no Rio. Suspeita-se que chegaram a aplicar milhões na ONG carioca RITS.org.br, mas foi para comprar o dono da ONG para ele calar com as denúncias contra o CGI.br (clique [aqui](#)). (25/01/08)

A Abusando.Info obteve uma declaração bombástica de um integrante de uma empresa que possui mais de 4.000 domínios, Sr. Clayton, o qual garante que a empresa já pagou mais de R\$ 1,3 milhões de reais em "retribuição de manutenção" desde 1.999. A maior parte deste dinheiro o CGI.br recusou-se a fornecer Nota Fiscal para não pagar impostos sobre a entrada deste dinheiro em caixa e a metade já sumiu! Em 2008 tudo piorou, mal o novos integrantes do CGI.br assumiram e já estão participando de maracutaias enganando mais de 1 milhão de internautas nos leilões de domínios ao transferir em 4/1/08 mais de 15 domínios de cidades retratados do Clayton por erro qualquer de endereço e transferidos diretamente sem passar pelo leilão para outra empresa também com endereço falso, mas desta vez com o apoio do CGI.br que mantém 200 empresas em salas inexistentes no endereço do Grupinho do Paraná e aonde também funciona a filial PR da Abusando. Como o CGI.br pode ser tão trapaceiro? 21/01/08

O Clayton desconfia que um funcionário de nome Alex do NIC.br parece estar recebendo algum benefício do Potim para manipular durante mais de 1 ano tickets e resultados de leilão de domínios a favor do Potim. O Alex atua em um posto chave dentro do Registro.br / NIC.br, é "homem de confiança" do Notório Barbuds (quase dormem juntos) e apoiado pela jurídica externa Kati. Clayton também detectou que esta manipulação acontece contra outros milhões de internautas participantes nos leilões. Nada é transferido nos leilões e sim somente uns 15 a 30 dias depois que a auditoria já sumiu. Clayton alega que chegam a encurtar em 1 semana o prazo limite de pagamento dele só para "forçar" a perda do domínio. A seguir vai para o processo de liberação, e quando tudo esfria vai para o Potim ou Cubits. Clayton também alega que outra forma muito usado é solicitar documentação por e-mail e caso não seja respondido em 15 dias cancelam sumariamente TODOS OS DOMÍNIOS DO CNPJ, não importando se estão pagos ou não, se existe sites ativos, lojas comerciais ou e-mails em uso e após um prazo de esfriamento vai para o Potim ou Cubits (21/01/08)

Os domínios genéricos como [revolveres.com.br](#), [rifles.com.br](#), [espingardas.com.br](#), [carabinas.com.br](#) e [municao.com.br](#) foram todos liberados juntos p/ o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Santa Cruz do Sul - RS. E os milhares de internautas que participaram nos leilões de domínios nestes domínios? Estes como sempre o CGI simplesmente enganou (25/01/08)

No CGI.br estão 3 gaúchos que sequer ligaram pelo fato do próprio CGI.br, liberar por baixo do pano, os domínios de três cidades gaúchas [bage.com.br](#), [gravatal.com.br](#) e [caxiasdosul.com.br](#) para um grupo paulista controlar. Os 3 gaúchos devem estar muito ocupados contando os resultados parciais da partilha da receita de internet (só este ano são R\$ 82 milhões para os integrantes do CGI embolsarem usando a ONG NIC.br de fachada) Também chamam de anuidade padrão CGI.br (clique [aqui](#)) contendo o Art 9º do Decreto Nº 4.829, que diz: "O CGI.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" (clique [aqui](#)). Outros domínios que o CGI.br liberou por baixo do pano: [anapolis.com.br](#), [caminagrande.com.br](#), [juazeirodonorte.com.br](#), [novafriburgo.com.br](#), [adesivo.com.br](#), [camisetas.com.br](#), [compressores.com.br](#), [imobiliarinas.com.br](#), [modelos.com.br](#), [lavarapido.com.br](#), [persianas.com.br](#), [picanha.com.br](#). E os milhões de internautas que participaram dos leilões? Sequer imaginam que é o próprio CGI.br que manipula os domínios depois que terminou o leilão e a auditoria já ter sumido. Clique [aqui](#) e veja outros casos de manipulação de domínios. (25/01/08)

Dia 17/1/2008 alguns marionetes do CGI estão tendo a primeira reunião. Conheça os integrantes do CGI.br clique [aqui](#) e converse com eles sobre seus direitos e o destino do dinheiro, porque não é aplicado em inclusão digital em seu estado, onde foi parar a metade dos 250 milhões e como conseguem sumir com cerca de R\$ 40 milhões por ano (1,4 milhão de domínios x R\$ 30,00 ano) se até os 25 funcionários a Fapesp paga. Sem contar os R\$ 1,5 milhões que entraram a mais com a alteração de 30 para 15 dias entre o registro e o congelamento, além dos milhões adicionais com a retribuição antecipada de até 10 anos e ainda a receita adicional de cerca de R\$ 4,2 milhões/mês dos provedores e empresas de telecomunicações com a venda de IPs. (17/01/08)

39 milhões de internautas aguardam ansiosamente a ata da 1. reunião dia 17/1/08 do CGI.br com os novos integrantes. Infelizmente já estamos no dia 25/1/08 e nada!!! . Como sempre boa parte das atividades do CGI acontece na surdina e na calada da noite (a TV vive noticiando grupos assim), como por exemplo a alteração de prazo de pagamento da taxa de extorsão de 30 para 15 dias, isto, porque ainda é adiantado em 1 ano!. Ou a cobrança de IPs para arrancar dinheiro dos provedores, que sequer foi publicada no D.O.U., na realidade acham que não precisa porque o importante deve ser o CGI.br embolsar. Foi o que também aconteceu na falsa reunião do dia 21/10/2005 na qual o CGI decidiu pela transferência da Fapesp para o bolso deles (NIC.br) (clique [aqui](#)). A reunião sequer aconteceu e também não podem assinar por serem da iniciativa privada. Mas isto não impede da ONG particular NIC.br de propriedade do CGI ficar embolsando cerca de R\$ 8,2 milhões / mês (4 usual e 4,2 dos IPs dos provedores) (25/01/08)

O site do CGI.br é realmente um engodo: anuncia em letras garrafais (clique [aqui](#)) desde 27/07/07 a redução na taxa de extorsão de R\$ 30,00 para R\$ 10,00 p/ domínios nom.br (clique [aqui](#)). Mas o internauta tem que pagar 3 anos adiantado. Seis meses após a Abusando constatou que domínios .nom continuam representando 0,22% do total (somente 2370 de um total de 1,3 milhões de domínios). A alteração do prazo de taxa de extorsão de 30 para 15 dias, que reforçou os cofres em R\$ 1,5 milhões e a cobrança ilegal de IPs dos provedores, sem publicar no D.O.U., que reforça mensalmente em R\$ 4,2 milhões sequer são mencionados (22/01/08)

Cuidado com as tramóias de Natal do CGI.br! No último natal de 2006, 5 domínios da ESDI foram pagos em 22/12/06 (R\$ 150,00) através de boleto bancário e com Nota Fiscal fornecida, mas tudo foi cancelado em pleno Natal 25/12/06 por falta de pagamento. O dinheiro, como sempre, o CGI.br embolsou e os domínios foram para o leilão! (clique [aqui](#)). Em 03/06 a ONG particular NIC.br de propriedade do CGI.br pediu o depósito de R\$ 120,00 (4 domínios), na conta da Fapesp! Este valor a Fundação de Amparo ao Estado de SP "embolsou" e os domínios foram para o leilão! (clique [aqui](#)). Um dos domínio em questão é genérico, isto é, tem alto valor no mercado como [locadora.com.br](#) e que o CGI.br parece ter muito interesse. Como podem ser tão sujos? 25/12/07

529
2

Presente de Natal - A ONG particular NIC.br prevendo que em breve vão cair e ao mesmo tempo não satisfeitos em embolsar somente R\$ 40 milhões por ano (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00/ano), resolvem por ordem de seus donos o CGI.br (que são os mesmos, hehehehe) e sem sequer publicar no D.O.U. (Diário Oficial da União) antecipar em até 10 anos a cobrança da retribuição do serviço de "cadastro automático de domínios" no computador. É como cobrar adiantado por 10 anos o aluguel do inquilino de um imóvel mesmo sabendo que o imóvel irá ser vendido no mês seguinte. Para sacanear os milhões de internautas pagantes encurtaram de 30 para 15 dias o prazo entre o registro e o congelamento (é congelado caso não seja pago 1 ano adiantado). Só estes 15 dias já dá um aumento de caixa de R\$ 1,5 milhões (antecipação de Natal hohoho!) Tudo na surdina! E aonde vai este dinheiro? Segundo a resolução 01/05 cai direto no bolso do CGI.br a título de gastos. Nem os 25 funcionários precisam pagar. A Fapesp paga por estarem assumindo o polo passivo das ações judiciais clique [aqui](#) 27/12/07

E aonde está indo os R\$ 1,5 milhões que entraram a mais com a jogada dos 15 dias, além dos milhões adicionais com a retribuição antecipada de até 10 anos tudo somado aos habituais R\$ 3 milhões mensais (1,4 milhão de domínios x R\$ 30,00 / ano)? Uma parte em um resort alugado para "doutinar" todos os integrantes do CGI.br. pois eles vão ter o árduo trabalho em janeiro 2007 de convencer os internautas que estão sendo útil (após 12 anos de embolsamento) e que a metade dos R\$ 250 milhões não sumiu mas evaporou sem querer. Será que mais de 1 milhão de internautas ávidos em pagar taxinhas de R\$ 30,00 / ano concordam que seja aplicado em um resort para lazer em vez de inclusão digital nos seus estados conforme declaração do CGI.br? (aqui) (28/12/07)

O ano 2008 promete grandes embolsamentos: A ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br resolve em 14/12/2007 (sem que haja alguma publicação no D.O.U. - Diário Oficial da União), cobrar pela alocação dos blocos de IPs essenciais para que uma empresa ou provedor possa atuar na área de internet no Brasil (clique aqui), isto, após 12 anos sem custos porque é equivalente ao monopólio de liberação de senhas para várias filas. Existe uma previsão de receita ADICIONAL para o CGI (cerca de R\$ 4,2 milhões/mês) para os integrantes do CGI.br "embolsarem", todos os meses, a título de gastos e dar risadas dos pobres brasileiros pagantes. Parece "paua sobre o CGI.br" uma suspeita que os provedores devem estar ganhando montanhas de dinheiro com os IP's e que não custa repassarem um pouco deste lucro para os integrantes do CGI.br cobrirem o rombo da festa de fim de ano. Tudo isto baseado na "irregular resolução de 01/2005" clique [aqui](#), contrariando o Art 9º do Decreto Nº 4.829, de 03/09/2003 que diz: "O CGI.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" (clique aqui) A Resolução 02/05 que deveria regulamentar toda as cobranças e normas na internet sequer foi publicada no D.O.U só em jornais! (09/01/08)

O que é congelamento de domínio? É uma espécie de Lista Negra que informa publicamente que não foi paga a taxa de extorsão adiantado de R\$ 30,00 / ano. Sequer prestam algum serviço e em 15 dias já vai para a lista negra pública. O site e e-mail da empresa param de funcionar e se não pagar urgente a taxa de extorsão a empresa poderá ter prejuízos enormes! Como o monopólio do registro ".br" está nas mãos de uma ONG particular de propriedade do CGI.br não tem como escapar. Para o CGI.br poder embolsar mais em menos tempo foram paulatinamente encurtando desde 30/07/1999 o prazo de 180 dias de congelamento para máximo 6 dias em 11/2007. Isto porque ainda é cobrado adiantado em 1 ano! (27/12/07)

O CGI.br criou na internet do Brasil, um mundo jurídico a parte com leis particulares. Exemplo: em vez de "spc ou seproc" usam "congelamento", em vez de "leilão" usam "processo de liberação", em vez de "lance" usam "ticket" em vez de "taxas" usam "retribuição da manutenção". Os domínios mais cobigados são os genéricos como cafe.com.br, pao.com.br etc. que não podem estar registrados no INPI, mas estes o "pessoal de bolso cheio" vem manipulando tranquilamente desde o leilão da Fapesp de 21/11/2004 a 05/12/2004 com 39.965 domínios para "requerentes com diferencial declaratório" que alegam "similaridade empresarial" e acabaram induzindo os internautas a abrir em entre 220 a 600 empresas frias (só existe o CNPJ) para conseguir domínios por similaridade. Basta levar a regra do CGI.br para a Junta Comercial para ser liberado nomes de empresas como "Transas e Fodas Ltda. ME e Dor e Ervas Informática Ltda. e centenas de outros. (veja alguns clique aqui). De quebra induziram mais de 1 milhão de internautas ao crime de sonegação fiscal por não fornecer Nota Fiscal sobre R\$ 250 milhões e ainda lesaram o erário não pagando os impostos (clique aqui) (28/12/07)

O "grupinho do Paraná" teve sérios problemas com a Receita por ter pago em 1999, R\$ 40 mil em "retribuição da manutenção". Negaram fornecer Nota Fiscal porque o CGI.br alegava ser um serviço de carácter público, também não pagaram impostos sobre o que receberam (contabilizaram como doação de anônimos) e o dinheiro sumiu. O CGI.br ainda se considera com razão (clique aqui)

Parecer de procurador 16/11/2003: "Ocorre que toda a estrutura e a infra-estrutura montadas a partir do Comitê Gestor Internet do Brasil padecem de uma grave insuficiência jurídica. Com efeito, a portaria interministerial em questão não possui lastro ou fundamento legal" e "decreto presidencial que viabiliza a inovação da ordem jurídica à margem da lei" (clique aqui)

Os integrantes do CGI.br/NIC.br (são os mesmo) atestam em Ata Notarial assinada no 7. tabelião de Curitiba terem pleno conhecimento das supostas maracutaia do CGI.br/NIC.br descritas neste site. A partir de 24/07/2007 às 12:43 TODOS os integrantes do CGI.br são obrigados a denunciar ao Ministério Público TODAS as maracutaia descritas neste site sob pena de serem coniventes. Será que eles vão se auto-denunciar? Mas quem fizer isto possivelmente será excluído da partilha de R\$ 40 milhões ano (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00). São quase 40 embolsadores, (clique aqui) perfazendo cerca de R\$ 1 milhão cada / ano embolsados a título de gastos, conforme resolução 01/05 clique [aqui](#) (processos.html)

Até parece a estória de Ali Demi Babá e os 40 embolsadores. Quem não conhece esta estória? (28/12/07)

Google paga R\$ 50 milhões a integrante do CGI.br pela compra do cadastro de nomes de domínios registrados (clique aqui) e ainda tira do ar o blog de eleições CGI.br 2007 (clique aqui).

Uma máquina compartilhada por integrante da Abusando foi invadida e na qual ao que parece existe um sistema de obtenção de senhas de clientes do Banco Caixa Econômica através de "phishing". A Justiça e a Polícia foram devidamente notificados. Existem grandes suspeitas que a invasão tenha sido "encomendada" pelo CERT "Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil" uma divisão do mega grupo empresarial CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil criada para justificar o "embolsamento" de "retribuições forçadas" de R\$ 40 milhões/ano, através do monopólio dos integrantes do CGI.br e "legalizada" pela ONG particular NIC.br apoiado em resoluções falsas publicadas no D.O.U. (clique aqui) Se a polícia conseguir calar os integrantes da Abusando o CGI.br divisão CERT não irá precisar justificar o sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais, nem a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e o pagamento de R\$ 300 mil a mais em ISS que permite lavar até R\$ 6 milhões de reais, basta depositar na conta da ONG NIC.br/CERT que está lavado e limpo com ISS pago e imposto isento. (clique aqui) (18/12/07). Conheça a realidade sobre o CERT (clique aqui)

Caso o CERT consiga fazer a perícia no HD invadido, antes da polícia, tudo será considerado inválido! O CERT, uma sigla do CGI.br consegue até falsificar resoluções no D.O.U - Diário Oficial da União (clique aqui) o que dirá de um simples HD? Além do mais o grupo possivelmente desviou mais do que a somatória de todos os crackers das contas bancárias brasileiras!

Manipulação da Mídia - A Associação Abusando vem levantando que boa parte dos escritórios advocatícios de direito em informática de SP prestam serviços quaisquer para a ONG NIC.br/CGI.br/Fapesp e não podem ser usados pelos internautas nos processos judiciais contra o CGI.br por já terem alguma relação de atividade. Muitos Institutos e Associações de direito de informática e Ongs como RITS recebem populos doações do CGI. e nunca vão falar mal do CGI. Sem contar a Fapesp que recebe todo o ano mais de R\$ 500 milhões do governo de estado de SP e aplica maciçamente na mídia. O mais estranho a conviência da Prefeitura de SP para não extorner 200 mil Notas Fiscais (clique aqui) frias enquanto todas as empresas tem que extorner porque o serviço não foi prestado mas só a ONG particular NIC.br de propriedade do CGI.br não precisa. Em troca parece que o CGI.br vem dedando todos os endereços das empresas de SP na mira do imposto estadual e federal. É como se o banco fornecesse endereços de clientes para a prefeitura para conseguir créditos. Para contornar a ilegalidade de liberação todos os dados empresariais ficam sempre disponíveis publicamente na site do registro.br. O único que fornece publicamente a uma década o CNPJ a partir de algum dado qualquer é o CGI.br, nem a Receita Federal faz isto. Não é a toa que todos os domínios do CNPJ são cancelados sumariamente em 15 dias se houver alguma inconsistência qualquer no endereço, baseado em uma resolução falsa 02/2005 cuja publicação foi barrada no D.O.U. Tudo para manter os dados cadastrais o mais completo possível. Um subproduto valioso são os endereços de sites e as cidades. Só o Google pagou R\$ 50 milhões a integrante do CGI.br pela compra do cadastro de nomes de domínios registrados mas disfarçado em venda de empresa lotado de cérebros brasileiros. (clique aqui) (17/01/08)

O CGI.br DETONOU o legítimo Movimento Brasileiro de Combate ao SPAM e abriu seu próprio antispam.br para ter um controle maior sobre os e-mails brasileiros e DETONAR os relativos as denúncias das maracutaia deles (clique aqui) (28/12/07)

CGI.br tenta através da Polícia Federal alguma ação policial para bloquear as denúncias da Abusando.org como se fossem SPAM. Caso o CGI.br obtenha êxito não vão precisar justificar o sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais, se é que ainda existe a outra metade, Tudo foi contabilizado como doação de anônimos logrando até o erário. (18/12/07)

"O spam não é, em si, um crime. O que o transforma em conduta criminosa é o envio de mensagens com o uso de falsificação e roubo de identidade". Eliot Spitzer- promotor-geral do Estado de Nova York

Um exemplo típico de SPAM: Em 5/12/2005 o CGI.br enviou SPAM a mais de 860 mil internautas informando a transferência da atividade de registro de domínios da Fapesp para a ONG particular deles NIC.br a que tal fato foi decidido em uma reunião de 21/10/2005 (clique aqui). A reunião nunca aconteceu e ninguém do CGI assinou nada e não ser o coordenador! Era tudo falso! Para dar mais veracidade até publicaram no D.O.U. o resultado de reunião fictícia e o doc. não assinado (clique aqui) Graças a este truque a receita da Internet R\$ 40 milhões/ano cai direto no bolso do CERT/CGI/NIC a título de gastos 18/12/07

Os integrantes do CGLBr são em boa parte da iniciativa privada e NÃO podem assinar resoluções publicadas no D.O.U. - Diário Oficial da União. Para contornar alguém do Ministério de Ciência e Tecnologia assina.. (08/01/08)

O mega grupo empresarial CGL.br/NIC.br tenta por ordem judicial a prisão dos integrantes da Abusando e ainda a penhora judicial sobre suas contas bancárias. Tudo isto porque denunciaram as maracotas do CGL/NIC! Não seria melhor TODOS os integrantes do CGL comparecerem na 7. Delegacia de Lapa SP (processo 050060353642-0000, [clique aqui](#)) que está averiguando o sumiço da metade dos R\$ 250 milhões e já aproveitar e explicar a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e o pagamento a mais de R\$ 300 mil em ISS que dá direito a levar R\$ 6 milhões de reais? ([clique aqui](#)) (18/12/07)

No "Comunicado a respeito de difamações contra o CGLBr" (clique [aqui](#)), o CGL.br alega que "já houve condenações desse grupo que faz essas difamações". Como o CGL.br pode mentir tão descaradamente? Onde estão as condenações? Sequer conseguiram ordem judicial para desativar o domínio original, bem brasileiro, www.interejus.com.br (clique [aqui](#)) e entãcessor da associação abusando.org e ativo já por quase 5 anos. Por perderem a ação judicial quando tentaram tirar de ar o site interejus.com.br. (clique [aqui](#)) (03/01/08)

Em resposta a "Denúncias do CGLbr são falsas" (clique aqui) e Abusando publicou "Denúncias do CGLbr são verdadeiras" (clique aqui) copie e reproduza nos seus sites ou no orkut. A seguir o CGLbr (clique aqui) tenta justificar porque as megalôides de domínio do NIC.br caíram nos feriados. Algumas touperas alegam "coincidência cair no feriado". Mas só houve 5 laíões NIC.br nos últimos 2 anos e TODOS caíram no feriadão! (clique aqui). Além de um monte de torças (clique aqui) não informam o que 39 milhões de internautas brasileiros querem saber: "onde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões de reais?" (03/01/08)

Integrantes do CGL.br garantem que o CGL.br recebe sobre cada domínio "apenas a anuidade padrão do CGL.br" de R\$ 30,00 (clique aqui). O que periaç para cada um R\$ 1,6 milhões / ano limpos no bolso (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00 ano / 24 embalsadores). tudo a título de gastos, contrariando o decreto Nº 4.829, de 3/9/03 (clique aqui) que no Art 9º diz: "A participação no CGL.br é considerada como de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração". Será que o bolso dos 24 embalsadores falou mais alto? Nos EUA a ICANN cobra US\$ 0,25 por domínio (clique aqui) (17/12/07).

Como o CGI.br pode ser tão ligeiro? A ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br emitiu 2,5 milhões de cobranças por e-mail cobrando R\$ 30,00 cada durante 2 anos (1,2 milhões de domínios em 2006 e 1,4 milhões em 2007) todos com o texto: **"O não pagamento destas retribuições implica na inobservância do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II da Resolução 002/2005, publicada em 05/12/2005"** (clique aqui). Mas a publicação da resolução Q2/05 foi barrada no D.O.U. (o prazo limite era 6 meses a partir de 5/12/2005 e já estamos em 2008) e o publicado é só quer dizer "em 3 jornais comuns" enganando internautas e advogados nos processos judiciais e ainda cancelam a resolução 01/98 que realmente foi publicado no D.O.U. Será que eles tenham que devolver o dinheiro, cerca de R\$ 70 milhões? (10/01/08)

O projeto de lei do Senador Papaléo Paes ([clique aqui](#)) "também argumenta ser conveniente facultar às associações a geração de receita, desde que o resultado da operação não seja apassado de forma privada e individual, mas aplicado integralmente nos objetivos da associação". Parece que a ONG NIC.br do CGI se antecipou a anos ao projeto de lei, mas somente na geração de receita. Continuando "...Em sua opinião, a mudança por ele proposta permitiria que as atividades econômicas das associações venham a garantir sua sustentabilidade". No caso da ONG particular NIC.br os 25 funcionários são pagos pela Fapesp e os R\$ 70 milhões entraram limpo, descontando os impostos ISS e Cofins e o restante são usados por ser uma ONG sem fins lucrativos. Lucro é aquilo que sobra e como a ONG NIC.br (= CGI.br) é sem fins lucrativos nada dos R\$ 70 milhões pode sobrar. (10/01/08)

Eleições no CGI.br: 5º Setor que representa o grupo mais eleição tenta livrar os participantes com declarações inverídicas p/ poderem continuar na partida de R\$ 90 milhões a título de gastos durante +3 anos, mediante as eleições do CGI.br veja aqui: [No final foi tudo resolvido com sutilezas](#). Será que eles também têm direito a participar de partidas? (27/12/02)

Para acomodar todos na eleição do CGI.br, incluindo os 4 que não querem abandonar a partilha dos R\$ 40 milhões (1,4 milhão de domínios x R\$30,00) (clique aqui), criaram o cargo de suplente. Na próxima eleição está prevista o cargo de suplente do suplente. A partilha é limpa porque os 25 funcionários da ONG particular NiC.br e fapesp pagá e em troca o CGI.br assume as ações judiciais e e uma das formas para evaporar a outra metade dos R\$ 25 milhões de reais. (13/01/06)

CGI.br de olho no lucro dos provedores

Antes de se abocanhar parte dos lucros dos provedores na área de internet o Comitê Gestor Internet resolve em 14/12/2007 (sem que haja alguma publicação no D.O.U. Diário Oficial da União), embolsar parte dos ganhos dos provedores através da cobrança da alocação de números IPs ("Internet Protocol"). Cada máquina conectada a Internet deve ter um código único, análogo a um número de telefone que tem que ser único no mundo e portanto os blocos de IPs são essenciais para que uma empresa ou provedor possa atuar na área de internet no Brasil. (17/01/08)

Durante 12 anos, não houve custos porque é equivalente ao monopólio de uma simples liberação de número de senhas (na internet se chama IP's) para integrantes de filias de espera em um Posto de Saúde. As regras do CGLBr são idênticas as senhas de uma fila comum: "não pode repassar, não pode vender, não pode trocar" clique [aqui](#). Mas imaginou o Posto de Saúde enriquecer cobrando pelas senhas? Pois é, somente o CGLBr não cobrar algo assim e ainda sem publicar no D.O.U. hehehehe 17/01/08)

Existe uma previsão de receita ADICIONAL de cerca de R\$ 4,2 milhões/mês] para os integrantes do CGJ.br "embolsarem", todos os meses, a título de gastos baseado na "irregular resolução de 01/2005" que diz que a receita anual (1,4 milhões de dólares x R\$ 30,00) cai no bolso do NJC.br que segundo o estatuto é o próprio CGJ.br, contrariando o Decreto nº 4.829, de 03/09/2003 que no Art. 3º diz: "O CGJ.br não ensejará qualquer espécie de remuneração" (clique aqui) e a Resolução 02/05 que deveria regulamentar toda as cobranças e normas na internet sequer foi publicada no D.O.U só em jornais. O prazo para publicação expirava em 5 meses após a assinatura em 5/12/05, mas mesmo em 2008 continuam usando como se fosse uma resolução, enganando internautas e advogados nos processos judiciais.(17/01/08)

Tudo se baseia na suspeita do CGL.br que os provedores devem estar ganhando montanhas de dinheiro com os IP's e não custa repassarem um pouco deste lucro para os integrantes do CGL.br cobrirmos o nome das festas de fim de ano e o resort de lazer para "doutrinar" os integrantes do CGL.br. (17/01/08)

A cobrança começou em janeiro de 2008, justamente quando os donos de provedores estão curtindo as férias com seus filhos. Quando voltarem algum funcionário já acabou pagando e aí é tarde para contestar. Também já é tarde para se mobilizar quanto à irregularidade da cobrança e o destino deste dinheiro que suspeito que seja o bolso dos integrantes do CGI.br. (24/01/08)

Resumindo: O ano 2008 promete grandes embolsamentos para a ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil (e so calcular: R\$ 40 milhões por ano (1,4 milhão de domínios x R\$ 30,00/ano) (limpos porque os cerca de 25 funcionários da ONG particular x Papapo paga), mais os R\$ 1,5 milhões que entrarão com a alteração de prazo de pagamento de 30 para 15 dias entre o registro e o congelamento, mais os milhões adicionais com a retribuição antecipada de até 10 anos, mais a receita adicional de cerca de R\$ 4,2 milhões/mês dos provedores e empresas de telecomunicações com a venda de IPs. Tudo para os integrantes do NIC.br embolsarem a título de gastos (que segundo o estatuto são os integrantes do CGI) e tudo conforme a resolução 01/2005 que sequer os integrantes do CGI assinaram: (clique aqui). E ainda tem metade dos R\$ 250 milhões arrecadados até 2005 (a outra metade já evaporou... resssssssss). (17701/08) Valtia (clique aqui)

"Ocorre que toda a estrutura e a infra-estrutura montadas a partir do Comitê Gestor Interno do Brasil padecem de uma grave insuficiência jurídica. Com efeito, a portante informacional em questão não possui letra ou fundamento

Caso tenha alguma denúncia: clique aqui

classified on 4/11/2007

MENSALÃO NA INTERNET II O MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia aprovou em 14/02/06

540
R

lega". (parecer de procurador).

Denúncia: Fraude milionário em leilão de domínios da Fapesp. (clique aqui)

NIC.br inicia II etapa do 5. Mega Leilão de 70 mil domínios. O leiloeiro virtual bateu o martelo no domingo 17/06/2007 às 15:00 Milhares de empresários tiveram que trabalhar no domingo! Agora vem a segunda fase: pedir doc e liberar só para os amigos do CGI até a auditoria já foi dispensado! O resultado final nunca é divulgado! Regras veja aqui e aqui

Registro.br expulso de dentro da Fapesp pelo Tribunal de Contas do Estado de SP Só esqueceram de expulsar os depósitos milionários que continuaram por mais 4 anos, uns misérsos R\$ 90 milhões. Clique aqui

resolução de codinome "embolsar" (clique aqui) que permite a integrantes do governo acomodados no CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil a extorquir os internautas e embolsarem R\$ 3 milhões / mês usando uma ONG particular de propriedade do CGI.br (clique aqui) Conheça os donos da ONG NIC.br (clique aqui) Mas pode o CGI.br criar e embolsar uma taxa pública disfarçada de "retribuição" sem aprovação do congresso e ainda enganar a Receita por 12 anos sem pagar impostos sobre os 250 milhões extorquidos?

Após 32 meses de governo, graças ao "decreto presidencial que viabiliza a inovação da ordem jurídica à margem da lei" (anexo1) foi possível extorquir R\$ 64 milhões a uma velocidade de R\$ 2,5 milhões por mês sob a forma de doação forçada para a Fapesp de R\$ 30,00/ano de cada um dos 906 mil internautas. Veja foto da gang e integrantes.

No término do FHC ainda sobraram 90 milhões no Banespa e um doc interno do CGI revela que Dami Gerschko conseguiu o cargo de "Notário Saber em Internet" somente após declarar gastos de R\$ 22 milhões. Mais tarde outros R\$ 64 milhões sumiram. Nem o atual Ministro C&T soube explicar e limitou-se a chamar o denunciante de irresponsável.

WWW.ABUSANDO - Área destinada a denúncias de internautas - Denúncias Clique aqui

"Apreensão muitas vezes por ter falado muito, nunca por ter ficado em silêncio"

Abusando informa: Dúvidas na Internet podem ser esclarecidas por um "Notário Saber em Internet" de segunda à sexta-feira das 08:00h às 17:00h no telefone (0xx11) 5509-3500.

Aviso: Pretendem suspender as eleições 2007 CGI.br - Veja no www.abusando.info/blog - Dê a sua opinião!

...Estamos falando da Eleição do CGI Br. Quer dizer, não é uma eleição porque já possui vencedores antes de serem proclamados. Mas eles são peritos nisso! Fazem a mesma coisa com os domínios... Autor clique aqui

Saiu na mídia: "Sbc-t - Opiniões e comentários ajudariam a deglutir melhor a questão". (clique aqui)

E você internauta o que faria? Denunciaria qual item?

☐ o sumiço da metade de R\$ 250 milhões?
☐ os R\$ 50 milhões pagos pelo Google ao CGI?

☐ o embolsamento de R\$ 30 milhões / ano ?
☐ a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias?
☐ o pagamento a mais de R\$300 mil em ISS? (permite lavar R\$ 6 milhões, basta depositar na conta da ONG.

☐ os leilões irregulares de milhares de domínios genéricos?

☐ o pagamento de R\$ 500 mil para ser agente de chaves públicas?

☐ arrecadar R\$ 250 milhões sem emitir NF e sem pagar impostos, apesar do Juiz concluir que a atividade é privada.

☐ Publicar resolução falsa no D.O.U. Diário Oficial da União

☐ Induzir internautas e juizes a utilizarem um documento frio a Resolução 2/2005 que regulamenta toda a internet Brasileira, mas não existe porque a publicação no D.O.U - Diário Oficial da União foi barrada em 2005!

☐ melar as eleições do CGI.br para evitar que outros entrem na partilha dos R\$ 30 milhões de reais / ano?

☐ agraciar com centenas de domínios de alto valor para quem denuncia as maracatuas do CGI.br ao Ministério Público?

☐ induzir 1,4 milhões de internautas ao crime de sonegação fiscal ao cobrar R\$ 250 milhões em boletos sem Nota Fiscal.

☐ ou o grupinho do Paraná que em 1999 o CGI.br extorquiu R\$ 40 mil em "retribuições", se negaram a fornecer Nota Fiscal e depois ainda descobriu-se que simplesmente o dinheiro pago sumiu!

Caso queira denunciar, veja sugestão de órgãos listados em:

www.abusando.info/denuncias/denunciar.php

Divulgue está denúncia em suas listas:

(clique aqui)

Conheça as maracatuas do registro.br em 19/04/2004 (clique aqui)

Mas quem é CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil?

- CGI.br não é órgão ou entidade federal e não representa o ministério,

- CGI.br não representa órgão federais da Administração direta,

- CGI.br sequer tem personalidade jurídica.

Recurso Criminal N° 2007.70.95.004446-2/PR (veja varios processos - clique [aqui](#))

Declarações judiciais: (Veja eles clique aqui)

"O CGI.br é, de fato, um grupo de pessoas que visa a um interesse determinado - o uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil. Não é, porém, um grupo de representantes dos Ministérios de Estado, de representantes de órgãos federais da Administração Direta."

"O CGI.br não é, pois, órgão ou entidade federal. Na realidade, sequer tem personalidade jurídica. É, como se viu, um grupo de pessoas - representativas do Estado, da sociedade e da comunidade específica - que têm um interesse comum: o uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil."

"Juiza Rejeita Competência da Fapesp para Registro de Site", "...o registro na Fapesp não cria direitos de privilégios pois sua competência não descende de lei, mas sim de uma mera delegação. A Fapesp não tem competência legal para fazer o registro porque essa função foi passada ao organismo por delegação e não por texto legal". Isto foi em 2002! E a ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br, como fica?

"Tal atribuição (decreto 4.829 3/9/03) não investiu o CGI, por óbvio, de poderes para editar regras jurídicas primárias, assim entendidas, para fins da argumentação que ora se desenvolve, aquelas que, inovando na ordem normativa, sujeitam os seus destinatários ao cumprimento de deveres e obrigações" A decisão judicial se baseia em um documento falso que o CGI.br chama de "Resolução 02/2005" cuja publicação no D.O.U. (Diário Oficial da União) foi barrada e deveria regulamentar toda a internet brasileira. Só conseguiram aprovar a Resolução 01/2005 que permite que eles mesmo embolsem toda a receita de R\$ 40 milhões ano. Até a resolução 01/2006 que altera uma resolução que não existe acabou sendo publicado no D.O.U.

541
R

O CGI.br – Comitê Gestor Internet Brasil, vem a uma década falando sobre siglas estranhas como: gTLDs, CERT.br, PTT.br e CETIC.br, TICs, viagens para Mar Del Plata, Tunísia e outros. Não adianta o CGI.br gastar tempo com lorotas, 21 milhões de internautas brasileiros querem saber aonde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões e porque a outra metade está apodrecendo até hoje! Se é que ainda existe... Porque emitiram 200 mil Notas Fiscais Frias (clique aqui), e porque pagaram a mais R\$ 300 mil em ISS que dá direito a lavar R\$ 6 milhões de reais por ano, basta depositar o dinheiro, sujo na conta bancária da ONG particular NIC.br de propriedade dos integrantes do CGI.br que o ISS já está pago e imposto é isento. (01/10/07)

Nos EUA a ICANN cobra US\$ 0,25 por domínio (clique aqui), enquanto aqui no Brasil o CGI.br (clique aqui) embolsa R\$30,00 / ano de 1,4 milhão de domínios usando a ONG particular deles (clique aqui). Não é a toa que os que estão no CGI.br não querem abandonar a partilha de R\$ 30 milhões / ano, tentando melar a eleição (clique aqui) e desta forma evitar que estranhos entrem pelo voto. (03/12/07)

O grupo empresarial CGI.br embolsa R\$ 100 mil por dia corrido (1,4 milhões de domínios x 30,00 ano) graças a licitação irregular para o "registro automático de domínios" vencida pela ONG particular NIC.br de propriedade dos integrantes do próprio CGI.br (03/12/07)

Mas quem é o CERT? É só uma sigla e não existe absolutamente nada legalizado além disto. Por trás disto esconde-se um enorme tráfico de influência de informações cadastrais e rastreamento de atividades. Para legalizar o tráfico tornam os dados cadastrais obrigatoriamente públicos. Nem a Receita Federal informa o nr. de CNPJ com base em alguma outra informação, só o CGI.br. Se o endereço for a residência em vez da empresa os domínios são sumariamente cancelados! Portanto a qualidade dos dados cadastrais são excelentes. Suspeita-se que a Prefeitura e Governo de São Paulo utilizam este cadastro para localizar contribuintes e empresas inadimplentes, em troca o CGI.br emite 200 mil notas fiscais frias e pagam a mais R\$ 300 mil em ISS o que permite lavar até R\$ 6 milhões de reais. Suspeita-se que os cadastros são liberados para a Receita Federal e em troca não incomodam com a falta de pagamento de imposto sobre os R\$ 250 milhões extorquidos porque foi contabilizado como doação de anônimos e portanto isento de impostos. Os dados cadastrais valem uma fortuna. Conseguiram vender ao Google por cerca de R\$ 50 milhões (clique aqui) e também passaram ao UOL por um valor astronômico desconhecido (clique aqui) (20/12/07 volta)

O CGI.br vem usando um truque "baixo" na justiça tentando trocar em centenas de processos judiciais no www.tj.sp.gov.br o CNPJ 43.828.151/0001-45 da Fapesp para o CNPJ 05.506.560/0001-36 de uma ONG particular chamado NIC.br. Veja alguns processos relativos a troca do polo passivo de FAPESP por NIC. (clique aqui) Será que a Fapesp está tentando fugir da Justiça ao transferir os supostos delitos para uma ONG particular passível de falência? Em troca desta gentileza a Fapesp ainda paga a 2 anos os 25 funcionários da ONG particular NIC.br. Ainda bem que todos os integrantes do CGI.br estão cientes destes truques baixos, até registraram em cartório tudo que está escrito aqui, e ainda porque a ONG particular NIC.br deles só segue ordens do chefe CGI.br. (estatuto NIC Art. 4º § 1º clique aqui) que por sua vez são eles mesmo (estatuto NIC Art. 6º clique aqui). Basta comparar estas duas listas: (clique aqui e aqui). Nas centenas processos, que correm em segredo de justiça, consta o codinome "Domínio Marca Virtual" e são sorteados curiosamente com preferência para uma mesma vara. (veja alguns aqui) (04/12/07)

Segundo o CGI.br: "O documento (Resolução Nº 02/2005) é um resumo das regras atualmente adotadas pelo Registro.br para o registro de domínios no país, bem como as normas para a cobrança e pagamento das taxas." (clique aqui) O texto foi elaborado por um grupo que não é órgão do governo, não representa o governo ou o ministério e sequer tem personalidade jurídica (clique aqui). Mesmo assim nos processos judiciais e alguns juristas a usam como referência e "sequer imaginam que a Resolução Nº 02/2005 NÃO EXISTE". Deveria ter sido publicada no D.O.U. – Diário Oficial da União até 6 meses após a assinatura (4/12/2005). Na época o CGI.br só conseguiu publicar a resolução 01/2005 (clique aqui) que no Art. 1º altera a delegação de um serviço de caráter público da Fapesp, sem licitação, para uma ONG particular chamada NIC.br de propriedade dos próprios integrantes do CGI.br (conforme estatuto da ONG NIC.br clique aqui) e que no Art. 4º regulamenta o auto-embolsamento de toda a receita da internet (R\$ 40 milhões ano, 1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00 / ano) a título de gastos, para eles mesmo. (10/12/07)

Na prática, nos últimos 12 anos, o CGI.br tem-nos demonstrado que está mais preocupado em embolsar R\$ 40 milhões por ano do que criar alguma regulamentação na área de internet. Pior em 12/2005 anularam a Resolução 01/98 e não o substituíram. Desde 5/12/05 os juizes baseiam suas decisões em documentos ilegais como resolução 02/2005 que nem existe (exemplo clique aqui) (10/12/07)

O Comitê Gestor Internet Brasil vem censurando a mídia internet de forma que determinados e-mails sejam bloqueados. A Abusando teve que escolher como remetente uns nomes malucos em russo para conseguir com que seus e-mails particulares chegassem aos seguintes amigos e conhecidos: 65 senadores, 500 deputados federais, 700 deputados estaduais, 300 vereadores, 130 agências de notícias, 1100 jornais, 430 jornalistas, blogs e sites, 400 rádios AM/FM, 120 revistas, 2.300 provedores e hospedagem de sites, 130 TVs e não pode ser considerado SPAM pelo ANTISPAM.BR, um dos "grupos" criado pelo CGI.br para justificar o "embolsamento" de R\$ 30 milhões/ ano a título de gastos conforme resolução 01/2005. (11/09/07)

Como pode integrantes do governo (clique aqui) incluírem no D.O.U. – Diário Oficial da União resolução (clique aqui) na qual eles mesmo (clique aqui) embolsam toda a receita de internet de R\$ 30 milhões / ano? O grupo já é suspeito pelo sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais. Caso você saiba aonde foi parar esta montanha de dinheiro (mais de R\$ 100 milhões) informe a 7ª Delegacia de Polícia de Lapa (11) 3864 7445 R. Camilo, 317 SP/SP. Os milhares de proprietários de mais de 1 milhão de domínios registrados no Brasil que pagam R\$ 30,00 cada / ano irão te agradecer. Veja um dos depoimentos na Polícia sobre o sumiço de mais de R\$ 100 milhões (clique aqui). (03/12/07)

Durante 10 anos a Fapesp não emitiu Nota Fiscal sobre R\$ 250 milhões extorquido dos internautas porque o CGI.br alega ser um serviço de carácter público e assim NÃO PAGAR IMPOSTO! e ainda INDUZINDO 1,4 MILHÕES DE INTERNAUTAS AO CRIME DE SONEGAÇÃO, posto que não existia origem para a saída do dinheiro uma vez que boleto não acompanhado de Nota Fiscal não pode ser declarado. Veja decisão judicial: sobre a atividade: *"Ressalta a diferença entre serviço público e interesse público, para concluir que "Nosso ordenamento jurídico não recepcionou as atividades descritas no Decreto nº 4.829/2003 como serviços públicos, mas sim como atividade econômica, ou seja, serviços privados especialmente destinados à exploração da iniciativa privada, porém de interesse coletivo".* Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR .(clique aqui) *Decreto nº 4.829/2003 (clique aqui)* (03/12/07)

Em final de 2002 "Juíza Rejeita Competência da Fapesp para Registro de Site", .."o registro na Fapesp não cria direitos de privilégios pois sua competência não descende de lei, mas sim de uma mera delegação. "Para ela, a Fapesp não tem competência legal para fazer o registro porque essa função foi passada ao organismo por delegação e não por texto legal", diz Rodrigo Rocha, advogado do escritório Dannemann, Siemsen Advogados,.." (clique aqui). **Em início de 2003 o TCU-SP expulsa** a atividade de registro de dentro da Fapesp (clique aqui), mas infelizmente esqueceram de expulsar a taxa de extorsão, desculpe, "retribuição" de R\$ 30 milhões anuais. Graças a este "descuido" da TCU entram mais R\$ 90 milhões e que sumiram!. **Até final de 2005 a Fapesp continuou tranquilo registrando e embolsando R\$ 30 milhões por ano contabilizados como doação de anônimos em conta de projeto de pessoa física.** o Sr Harmut Richard Glasser, um obscuro professor, de bolsos grandes, que inventou o milionário sistema de "registro automático de domínios em computador" recebendo R\$ 250 milhões de reais em doações de 1,4 milhões de internautas ávidos em pagar taxinhas de R\$ 30,00 reais. (03/12/07) .

Após a expulsão pelo TCU, em início de 2003 e para contornar o problema de computadores no Registro.br, Segundo o próprio CGI.br, os mesmos eram fornecidos pela UNIEMP (clique aqui pag4) de propriedade do presidente da Fapesp.(clique aqui) auxiliado por um "assessor do presidente da Fapesp" (clique aqui) que também é dono da ONG particular NIC.br (clique aqui) e eterno dono do CGI.br um "Notório Saber em Internet" (clique aqui). (03/12/07)

Fundação é o único órgão que pode receber doação de anônimos, nem partido político tem estas regalias. A doação anônima permite inclusive ficar livre e longe da Receita Federal e órgãos fiscalizadoras com TCU. Não é a toa que continuaram usando a Fapesp entre 2002 e final de 2005 (são mais R\$ 90 milhões que sumiram!). Se voce souber informe a 7. Delegacia de Lapa (11) 3864 7445 (04/12/07)

Se a juíza concluiu em 2002 (clique aqui) que a **"Fapesp não tem competência legal para fazer o registro porque essa função foi passada ao organismo por delegação e não por texto legal"**, agora imagine a ONG particular NIC de propriedade do CGI.br que assumiu em 5/12/2005 . da Fapesp a atividade de supervisionar o cadastro automático de domínios em computador, sem licitação! Foi na realidade uma **auto-delegação (delegar a si mesmo usando o D.O.U.)** a receita de R\$ 40 milhões anuais (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00) do registro de domínios a si mesmo. Será que o bolso pessoal fala mais alto? (04/12/07)

CGI.br tenta prender integrantes da Associação Abusando e ainda bloquear as contas bancárias deles (clique aqui). Juiz nega tapa-boca e nega provimento ao CGI.br. O correto seria o CGI.br esclarecer na 7. Delegacia de Lapa em SP (processo 050060353642-0000. clique aqui) aonde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões (se é que a outra metade ainda existe) e aproveitar a oportunidade para esclarecer a emissão de 200 mil Notas Fiscais frias e ainda o pagamento de 300 mil em ISS, (o que dá direito a lavar R\$ 6 milhões), mas em vez disto entram com pedido de prisão e bloqueio de contas de integrantes da Associação Abusando, porque cometeram o crime de denunciar as maracutaia do CGI.br. Veja Processo www.tj.sp.gov.br: 583.00.2006.225286-4/000000-000. Existem outros 5 processos (clique aqui). Todos por difamação. **mas nada do CGI informar a 21 milhões de internautas, aonde está o dinheiro!** (04/12/07)

Alguns barrigudos do CGI.br insistem e afirmar que foi coincidência os leilões milionários de domínios caírem nos feriados.

Veja os últimos 5 leilões manipulados de domínios que sequer foram publicados no D.O.U. - Diário Oficial da União.

- 1. leilão NIC.br 03/06/2006 15:00 a 18/06/2006 15:00 (feriadão Corpus Christi)
- 2. leilão NIC.br 07/10/2006 15:00 a 22/10/2006 15:00 (feriadão Dia das Crianças)
- 3. leilão NIC.br 10/02/2007 15:00 a 25/02/2007 15:00 (feriadão Carnaval)
- 4. leilão NIC.br 02/06/2007 15:00 a 17/06/2007 15:00 (feriadão Corpus Christi)
- 5. leilão NIC.br 06/10/2007 15:00 a 21/10/2007 15:00 (feriadão Dia das Crianças)

Porque nos feriados? Poucas pessoas participam e fica mais fácil manipular o resultado. Quando o internauta ou proprietário de empresa voltar e descobrir que o domínio já está com

543
2

outro é tarde demais (dormiu no feriadão!). A data mais importante é a data limite, que sempre cai no domingo. Se alguém der o lance no domingo o outro concorrente anterior sequer é informado quem foi que deu o lance e sim somente que perdeu por concorrência com um desconhecido. A auditoria é dispensado assim que termina o leilão, mas os domínios são manipulados até 30 dias após o leilão, quando a auditores já estão em casa descansando (auditoria é um engodo só para mostrar seriedade nos processos judiciais) Para dificultar qualquer controle as consultas dos cerca de 60 mil domínios (em cada) são limitadas a 40 domínios por vez, e pior ainda nunca houve uma publicação do resultado do leilão na internet ou a legalização no D.O.U Ainda incluíram regras obscuras nas quais o CGI.br decide quem pode ou não ficar com um domínio genérico e na realidade são os mais importantes porque não podem ser registrados no INPI e tem alto valor no mercado (até R\$ 150 mil). Regras veja aqui e aqui (03/12/07)

Sequer houve licitação na transferência da atividade de "cadastro automático e nacional de domínios em computador e pela internet" da Fundação Estadual Fapesp para uma ONG particular NIC.br (clique aqui) de propriedade do CGI.br (estatuto Art. 6º clique aqui) que só segue ordens do chefe CGI.br.(estatuto Art. 4º § 1º clique aqui) cujos integrantes são os mesmos (clique aqui).- Na realidade é uma receita de R\$ 100 mil por dia corrido (1,4 milhões de domínios x R\$ 30,00 ano) limpos para o CGI porque até os 25 funcionários da ONG particular são pagas pela Fapesp. portanto o dinheiro sobra limpo, é só embolsar.(03/12/07) . Assunto/ementa: **Apurar eventuais irregularidades em licitações promovidas entre os representados e eventuais fraudes em leilões de domínios na internet.**

Centros de Apoio Operacional C.A.O das Promotorias de Justiça da Cidadania
Publicidade de que tratam os artigos 106 e seguintes do ato n.º. 484/06 CPJ junho/2007
Nº CAO: 49082007 - Nº Documento: 185/07 - Município: São Paulo
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado São Paulo - representado
CGI.BR - Comitê Gestor de Internet Brasil - representado
NIC.BR - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br - representado
<http://www.mp.sp.gov.br/pls/portal/url/ITEM/358B74F10D3BE6FAE040A8C02C017B23>

Parece que o Ministério de Ciência e Tecnologia quer se desvincular das maracutais do CGI.br, sumindo textos originais do site do MCT como por exemplo: "Getschko, que atualmente é Membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil - organização ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), assessor da presidência da Fapesp e diretor de tecnologia da Agência Estado" veja (backup) Outros textos que sumiram do site do MCT: "Portaria Interministerial CCIVIL/MCT nº 18, de 13.01.2004" (veja backup) que delega ao Demi Getschko dono do CGI.br e NIC.br superpoderes de "Notório Saber em Internet". Em geral alegam que devido a problemas técnicos houve alteração de endereço o que é uma forma elegante de sumir com um documento. Ainda sumiu no IDG Now!: "Hackers invadem sites da Fapesp e da ICANN" (veja backup), e no Jornal do Brasil "Rio quer relocação da receita dos registros de domínio da Internet - O montante, que pode chegar a R\$ 10,8 milhões, seria usado pelo projeto Infovia.RJ" ... (veja backup) Infelizmente o Rio não conseguiu em 03/2003 e até hoje a metade do dinheiro continua apodrecendo na conta da Fapesp e a outra metade sumiu!.. (03/12/07)

Através de portaria, os Ministros de Estado das Comunicações e da Ciência e Tecnologia criaram o **Comitê Gestor da Internet do Brasil**, com as atribuições de coordenar a atribuição de endereços IP assim como o registro de nomes de domínio. Este por sua vez, por resolução e em regime de monopólio, delegou sua competência para executar tais serviços a um órgão público estadual. Portanto, da forma como foi concebido trata-se de um registro tipo híbrido, posto que não pode ser considerado público por não derivar de lei; e tampouco privado, tendo em vista à concessão em regime de monopólio, que fere o princípio da livre concorrência. Uma curiosa situação se apresenta com a repetitiva tese de ilegitimidade passiva sustentada pela Fapesp em todas ações judiciais em que é chamada a integrar a lide. Isto porque se o CG, como responsável pela coordenação de endereços IP e registro de domínios no país, que não possui personalidade jurídica própria, terceirizou suas atribuições a uma fundação estadual de fomento à pesquisa que pretende a exclusão de sua responsabilidade, germina a semente da dúvida: quem então teria legitimidade para integrar o pólo passivo em demandas que envolvem registro indevido? Domínios dominados - Simulação de voo para registrar um ponto br - por Ana Amelia M. B. de Castro Ferreira mail: anamelia@ism.com.br

Relatório Final do Comitê Gestor da Internet no Brasil em início de 2003 (clique aqui) foi muito bem explicado no documento intitulado "Conciliábulo de lordes e o povaréu" (clique aqui). O documento declara gastos de R\$ 22 milhões, não se sabe no bolso de quem, mas segundo a pag. 10, os membros desse grupo de trabalho são : Demi Getschko; Nelson Simões; Fernando Peregrino e Hartmut Glaser. Do grupo: um sugeriu e conseguiu o eterno cargo de contrôleur chamado "Notório Saber em Internet", outro deixou escapar que foram (registro.br) expulsos de dentro da Fapesp pelo TCU (só esqueceram de expulsar as contas R\$ 90 milhões nos 3 anos

seguintes), outro foi um vendido do RNP e o último tentou o que qualquer brasileiro honesto faria "liberar a parte carioca de R\$ 10,8 milhões" para o projeto Infovia.RJ (clique aqui) Infelizmente o bolso de alguns Notórios falou mais alto do que qualquer inclusão digital e social tanto que a metade continua apodrecendo a 4 anos e a outra metade sumiu!!!!. (clique aqui) (04/12/07)

O CGI.br deveria parar de brincar de censura na imprensa, tomar vergonha na cara, e esclarecer ao povo brasileiro porque sumiu a metade de R\$ 250 milhões (clique aqui), porque a "suposta" outra metade está apodrecendo na conta da Fapesp e porque a Fapesp paga os cerca de 25 funcionários da ONG particular NIC.br de propriedade do CGI.br. Gastam tempo escrevendo lorotas (clique aqui) em vez de esclarecer o porquê das 200 mil Notas Fiscais Frias emitidas e os R\$ 300 mil pagos a mais em ISS (clique aqui). Alguns suspeitam que foi para lavagem de dinheiro, basta depositar até R\$ 6 milhões que está lavado e limpo. (ISS pago e imposto isento) outros acham que o ISS foi pago a mais por mero engano. (11/09/07)

Como eles conseguiram esta mamata sem licitação? Alguns integrantes do CGI.br (clique aqui) são funcionários do Ministério de Ciência e Tecnologia e conseguiram publicar no D.O.U. a resolução 01/2005 que no artigo 4º diz "o total dos valores ... será utilizado para o ressarcimento das despesas tidas pelo NIC.br na execução das atribuições ... mediante prévia autorização do CGI.br." que por sinal são eles mesmos. Desta forma conseguiram até ludibriar o decreto 4.829 3/9/2003 que cita no Art. 9º "A participação no CGI.br é considerada como de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração" (detalhes aqui). Ainda bem que os donos de 1,1 milhão de domínios adoram pagar R\$ 30,00 14/9/07

O grupo empresarial CGI.br já entrou com 5 ações judiciais contra membros da Abusando e sempre vem se apresentando como "vinculado à União Federal e representantes do Estado" para entre outras serem "dispensado do recolhimento de custas por parte do Comitê por se tratar de órgão vinculado à União (fl. 77)" veja Recurso Criminal Nº 2007.70.95.00446-2/PR (clique aqui) e o mesmo documento informa que o CGI.br não é "...um grupo de representantes dos Ministérios de Estado, de representantes de órgãos federais da Administração Direta." e não é "órgão ou entidade federal. Na realidade, sequer tem personalidade jurídica". Portanto o CGI.br deveria se retratar nas centenas de ações judiciais e pagar as custas da mesma forma que todos os outros. (12/07/07)

Integrantes do CGI.br, em vez de comparecerem na 7. Delegacia de Lapa, SP/SP (clique aqui) para em 2.005 prestarem depoimento referente ao sumiço de R\$ 100 milhões (clique aqui), resolvem contra-atacar com outra representação criminal na polícia de São José dos Pinhais e de Curitiba contra integrantes da Abusando por calúnia. Este é o 4 processo contra os mesmos, mas como podem entrar com tanto processos judiciais? (clique aqui) Não seria melhor todos irem na 7.DP de Lapa para explicar quem sumiu com os R\$ 100 milhões e porque emitiram 200 mil Notas Fiscais frias? (30/08/07)

O grupo empresarial CGI.br isentou a Fapesp durante 10 anos a NAO emitir Notas Fiscais sobre R\$ 250 milhões de reais, logrando a Receita Federal, para não pagar impostos. Internamente na Fapesp nunca existiu o "registro.br", tudo foi tratado como "doação de anônimo" para o projeto de pessoa física do Prof. Hamut Richard Glaser (exemplo R\$ 45.251.300,00 que foi extorquido dos internautas em 2005 - título de quitação clique aqui) Detalhes clique aqui E agora quem embolsou a metade dos R\$ 250 milhões? E quem vai repor o erário? (12/08/07) Detalhes clique aqui

Comitê Gestor Internet: Eleição vira pizza russa. Segundo o próprio CGI.br "O prazo é muito curto. Estamos propondo reeleger os atuais representantes titulares ... para mais um mandato de três anos" (clique aqui e descubra nas entrelinhas, depois de um monte de lorotas, mais esta nova marmelada!). Em outras palavras, estão excluindo da eleição os 220 empresários interessados em participar no CGI.br (clique aqui) e joga-los para o escanteio alegando que o prazo de votação de 1 ano para o CGI.br, estabelecida pelo próprio CGI.br ter sido "muito curto". (31/08/07)

O grupo empresarial CGI.br joga baixo... nos processos judiciais incluem até 8 folhas impressas e lotadas de títulos e prêmios para convencer todos da utilidade deles... Infelizmente se sujam com atitudes como pedir depósito de R\$ 120,00 na conta da Fapesp (clique aqui) e ainda ficar com os 4 domínios ou embolsar R\$ 150,00 de 5 domínios pagos em 23/12/2007 e em 25 dezembro cancelar por falta de pagamento (clique aqui), isto durante uma festinha de natal que custou, segundo um ex-funcionário, R\$ 30 mil. o que equivale a 1.000 domínios x R\$ 30,00 (19/09/07)

Será que o CGI.br está sendo conivente com a emissão de 200 mil notas fiscais frias, sumiço de R\$ 100 milhões, manipulação de domínios, leilões fraudulentos, etc? O mais estranho é que tem 220 empresários (clique aqui) querendo participar e que ainda desconhecem que o estatuto da ONG particular NIC.br (clique aqui) afirma nas entrelinhas que "os integrantes da ONG NIC.br são os mesmos que os do CGI.br" e que a "ONG NIC.br só segue ordens do CGI.br" (portanto deles mesmo hehehehehehe) Na prática suspeita-se que os integrantes do CGI.br emprestam o nome para dar legalidade a atos suspeitos do NIC.br e em troca podem participar na partilha (somente a título de gastos) da extorsão de R\$ 30 milhões anuais (sequer publicado no D.O.U.). Mas surgiu um impasse, os que estão lá não querem sair e abandonar a partilha de R\$ 30 milhões, alegando que o prazo de eleição de 1 ano é muito curto. (clique aqui) E agora? Só em 2005 o seleto grupo consumiu R\$ 15.628.944,00 (e isto com 25 funcionários pagos pela Fapesp). (30/08/07)

Caso algum dos 220 empresários (clique aqui) consiga entrar no CGI.br (os que estão lá não querem sair) e obter o direito de entrar na partilha de R\$ 30 milhões de reais por ano, R\$ 110 mil por dia útil a título de gastos conforme a resolução 01/2005 (clique aqui), estará também logo no primeiro dia útil do CGI.br participando ativamente da emissão diária de cerca de 740 Notas Fiscais Falsas (sem NF de estorno e repetidos), (clique aqui), pagando a mais cerca de R\$ 1.100,00 por dia útil de ISS e com direito de lavar cerca de R\$ 22.200,00 por dia útil, (o ISS já está pago e o restante de imposto é isento). É só depositar na conta Banespa ag. 105 cc, 3917001-5 ou 105 13 003201-4 - CNPJ 05.506.580/0001-36 da ONG particular NIC.br (clique aqui) que é também do CGI.br (clique aqui) porque os integrantes são os mesmos conforme o estatuto.(clique aqui) (30/08/07)

O que os 220 empresários (clique aqui) não imaginam é que se forem eleitos, vão ser também responsáveis por centenas de processos judiciais relativos a conflito de domínios da Fapesp e que estão sendo sorrateiramente assumidos (clique aqui) pela ONG particular NIC.br . É importante que o empresário tenha bastante bens, porque por enquanto o CGI.br usa centenas de bens público (domínios genéricos) para calar a boca de quem denunciou as maracutaías ao Ministério Público. (clique aqui) E quando os domínios acabarem? (30/08/07) Acórdão em que a Justiça indefere a troca do polo passivo de FAPESP por NIC. (clique aqui) (04/12/07)

O CGI.br declara publicamente que "Os domínios brasileiros são geridos pelo CGI.br como um patrimônio da comunidade e não uma mercadoria..." (clique aqui) mas o mesmo CGI.br usa domínios genéricos (um bem público) como mercadoria para calar a boca de quem denuncia as maracutaías do CGI.br ao Ministério Público. (clique aqui). Enquanto isto todos partilham alegremente dos R\$ 30 milhões por ano (receita dos domínios) a título de gastos, dinheiro que segundo o próprio CGI.br deveria ter sido destinado aos estados (clique aqui), mas acabou virando uma auto-embolsamento. O Rio de Janeiro tentou em 3/2003 aplicar a sua parte de R\$ 10,8 milhões no Infovia.RJ (clique aqui) mas não conseguiram. De lá para cá o total chegou a R\$ 240 milhões de reais. A metade está apodrecendo na conta da Fapesp e a outra metade sumiu! Veja processo policial no 7.DP em Lapa / SP. (clique aqui) (30/08/07)

Estranho é a eleição para o CGI.br: Os integrantes do governo são indicados por 4 anos, os da iniciativa privada pelo voto ultra-secreto por 3 anos mas o cargo Notório Saber em Internet é eterno! Lógico foi o atual Notório que sugeriu este modelo e que saiu rapidinho após ele declarar gastos estranhos de R\$ 22 milhões em 03/2003 (clique aqui).(30/08/07)

Paródia: Lá longe se vê um navio afundando... Mas o capitão, um "Notório Saber em Navegação Virtual" prefere afundar junto e ainda insiste que seja acompanhado por todos do "Comitê Gestor de Navegação Virtual" por conviência no desastre. Pior é que ainda tem outros duzentos e vinte querendo embarcar na canoa furada. (30/08/07)

Afinal de contas a única coisa que o grupo conseguiu publicar no D.O.U. Diário Oficial da União, até agora desde a sua posse, foi uma mísera resolução 01/2005 (anexo31) que transfere o registro.br da Fapesp para uma ONG particular "sem licitação" e ainda permite um "auto-embolsamento" de R\$ 30

545
12

milhões (1,1 milhão de reais x R\$ 30,00 por ano) a título de gastos. A resolução 02/2005 que regulamenta toda a Internet no Brasil sequer foi publicada no D.O.U e a Resolução 01/2006 é falsa, porque altera 2 itens na resolução 02/2005 que nem existe. Onde estão os advogados com especialização digital deste país ??? (23/08/07)

Mas e você leitor acha que eles vão dividir R\$ 30 milhões, que são extorquidos anualmente dos internautas, com estranhos que estão tentando entrar pelo voto? (23/08/07)

Para a eleição atual gastou-se 6 meses na publicação do edital e o processo todo vai levar outros 6 meses. Os 12 meses equivalem a mais R\$ 30 milhões no bolso da ONG particular NIC.br, cujos integrantes são os mesmos que o CGI.br. (23/08/07)

A polícia já está intimando os donos do CGI.br para prestarem esclarecimentos quanto ao sumiço da metade de R\$ 250 milhões de reais. (veja processo policial no [clique aqui](#)). Além disto um deles "ganhou" mais de 25 milhões de DÓLARES graças ao acesso ao cadastro de domínios no Brasil. Não satisfeito, um outro membro abriu um sistema de "certificação E-CPF e E-CNPJ" onde o provedor ou contador que quer ser um agente certificado deve primeiro pagar um DARF de R\$ 500 mil". Um terceiro abriu uma ONG que recebe toda a receita da Internet. R\$ 30 milhões por ano e nem os 25 funcionários não precisam pagar, porque quem paga é a Fapesp (na realidade é um forma de ir consumindo com a outra metade dos R\$ 250 milhões que "supostamente" ainda restam) Clique aqui e veja três casos de sucessos na Internet - (23/08/07)

A ficha de antecedentes criminais do CGI.br já está ficando extensa, quase dobrando a esquina, com alguns processos judiciais desde 2001 ([clique aqui](#)). Veja depoimento na Polícia sobre o sumiço de R\$ 100 milhões ([clique aqui](#)) e ainda querem trabalhar com segurança bancária! ([clique aqui](#)) eliminando as empresas brasileiras do setor. (23/08/07)

Na realidade o próprio CGI.br mela a sua própria eleição para evitar de ter que dividir nos próximos 3 anos o bolo de R\$ 30 milhões anuais com estranhos ([clique aqui](#)) e o que não chega a ser tão grave, se acontecer só muda o nome do "embolsador". Grave mesmo é lidar 1 milhão de internautas nos leilões de domínios e após o leilão liberar centenas de domínios genérico para "empresas amigas" e "calar a boca de denunciantes". ([clique aqui](#)) (23/08/07)

Alguém vivia questionando a "destinação dos recursos arrecadados pela venda do serviço de registro de domínio"; chamava o Comitê Gestor de "um grupo de voluntários", debochava da falta de transparência, "o processo de eventual criação dessa nova entidade (NIC.br), tem sido conduzido a portas fechadas, o que não chega a ser novidade" ([clique aqui](#)) E ainda "...lamento que não haja informações nos sites da Fapesp e do Comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino" e sobre o dinheiro que sumiu: "Precisamos ter informações sobre o que é feito com o dinheiro arrecadado". ([clique aqui](#)). (23/08/07)

Mas depois que entrou em 2003 neste "seleto grupo do CGI.br" ([clique aqui](#)) e a ONG particular Nic.br ([clique aqui](#)) e após ter entrado outros R\$ 90 milhões no bolso do grupo, nada divulgou sobre o destino deste dinheiro e logicamente ainda co-assinou a permanência por mais três anos no "embolsamento" a título de gastos. ([clique aqui](#)) (23/08/07)

Sorte mesmo tiveram os membros fundadores da ONG particular NIC.br, conforme o estatuto ([clique aqui](#)) nunca vão sair por serem fundadores e vão embolsar a vida toda a título de gastos boa parte dos R\$ 30 milhões anuais (conforme a resolução 01/2005). (23/08/07)

4.16 Por que o Registro .br não emite nota fiscal ? (CGI.br - 15/08/2008) ([clique aqui](#))

Registro de domínios é um serviço público? "Ressalta a diferença entre serviço público e interesse público, para concluir que "Nosso ordenamento jurídico não recepcionou as atividades descritas no Decreto nº 4.829/2003 ([clique aqui](#)) como serviços públicos, mas sim como atividade econômica, ou seja, serviços privados especialmente destinados à exploração da iniciativa privada, porém de interesse coletivo" Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR ([clique aqui](#))

Para boletos com cedente NIC.BR: O boleto bancário tem valor fiscal segundo a Autorização de Regime Especial Nº 11.901, Processo Nº 2005-0.142.944-8, da Prefeitura Municipal de São Paulo, para a emissão de nota fiscal de serviços - Série A, mensal, conjugada com boleto de cobrança bancária e relatório de encaminhamento de cobrança, publicada em 15/7/2005 no Diário Oficial da cidade de São Paulo, folha 23. Para boletos com cedente FAPESP: O serviço do Registro .br é isento da emissão de nota fiscal por ser um serviço de caráter público, executado por delegação de competência do Comitê Gestor da Internet brasileira. Está amparado pela normatização publicada no D.O.U. 15/05/1998: ([clique aqui](#)) resoluções número 1 e 2 e seus anexos I e II e na Constituição Federal, Art. 150.

Em outras palavras o grupo empresarial CGI.br isentou a Fapesp durante 10 anos a NAO emitir Notas Fiscais sobre R\$ 250 milhões de reais, logrando a Receita Federal, para não pagar impostos. Internamente na Fapesp nunca existiu o "registro.br" e tudo foi tratado como "doação de anônimo" para o projeto de pessoa física do Prof. Harmut Richard Glaser (exemplo R\$ 45.251.300,00 que foi extorquido dos internautas em 2005 - título de quitação de [clique aqui](#)) Detalhes [clique aqui](#). E agora quem embolsou a metade dos R\$ 250 milhões? E quem vai repor o erário? (12/08/07)

Decisão Judicial referente ao decreto presidencial n. 4.828, de 3 de setembro de 2003 que cria o CGI.br com competência para somente "estabelecer diretrizes para a organização das relações entre o governo e a sociedade, na execução do registro dos nomes de domínio". Tal atribuição não investiu o CGI, por óbvio, de poderes para editar regras jurídicas primárias, assim entendidas, para fins da argumentação que ora se desenvolve, aquelas que, inovando na ordem normativa, sujeitam os seus destinatários ao cumprimento de deveres e obrigações. ([clique aqui](#)). (23/08/07)

Mas poderia a Fapesp emitir cerca de 3.470.678 boletos bancários por ordem do CGI.br que incluiu uma "retribuição" no Art. 5º da Resolução 01/98 do CGI.br ([clique aqui](#)) e que está baseada em uma simples Portaria Interministerial MC/MCT nº 147, de 31 de maio de 1995? E a ONG particular NIC.br cobrar e embolsar baseada em uma suposta resolução 02/2005 que nem existe no D.O.U.? (23/08/07) (voltar)

Os estados necessitam urgente de verba para inclusão digital, enquanto isto a metade de R\$ 250 milhões está apodrecendo na conta da Fapesp (a outra metade sumiu mas a 7ª Delegacia de Lapa / SP está investigando ([clique aqui](#)) e a ONG particular NIC.br já conseguiu embolsar R\$ 50 milhões em 20 meses (1 milhão de domínios x R\$ 30,00 ano) só porque os integrantes ([clique aqui](#)) são os mesmos que o CGI.br e tudo isto com os 25 funcionários pagos pela Fapesp! ([clique aqui](#)). (23/08/07)

A verba da Fundação Araucária do Paraná poderia dobrar de 20 para 40 milhões de reais se a Fundação de SP (Fapesp) devolve-se a parte que foi extorquida dos paranaenses e a ONG particular NIC.br devolve-se a parte surrupiada a "título de gastos", baseada na Resolução 01/2005 ([clique aqui](#)) do CGI.br que favorece a "eles mesmos" embolsarem tudo a "título de gastos" (23/08/07)

Como se pode derrotar uma idéia? Como se pode derrotar um argumento? No diálogo que se segue, fica claro que se pode derrotar uma idéia de duas maneiras diferentes: A primeira é debatendo e apresentando uma idéia melhor; um argumento mais consistente. É a maneira construtiva e democrática. Faz avançar o conhecimento. Faz avançar o direito e a justiça. Um país progride quando assim consegue estabelecer um debate sobre seu futuro. A outra é desqualificando o autor da idéia ou do argumento. No ataque pessoal, mesmo que assim não pareça. Por exemplo: ele é um falido! Ele não conhece a realidade! Ele está defendendo interesse próprio! E por aí vamos. É maneira de encerrar o debate sem debater a idéia. Foge-se dela.

Segundo a mídia tem noticiado o Prefeito de SP vive mandando guardas "azuis" e truculentos em cima dos vendedores ambulantes da rua 25 de março, galeria pajé e outros, por não emissão de Nota Fiscal! Mas será que o prefeito terá coragem para mandar os guardas azuis invadirem a ONG particular NIC.br ([clique aqui](#)) de propriedade do CGI.br ([clique aqui](#)) por emitir 200 mil Notas Fiscais frias e o que dá direito a lavar R\$ 6 milhões por ano? ([clique aqui](#)) (01/08/07)

Alguém já viu alguma vez a lista dos "mais de 6 (seis) leilões" ou dos "reservados pelo CG", os "reservados para a transição EDU.BR", os "reservados por baixo calão", os "reservados por marca notória" ou ainda alguma "publicação no D.O.U referendando o resultado dos leilões de domínios"? A técnica do CGI.br parece ser "quanto mais desinformado o internauta mais fácil será para manipulá-lo e mais dócil ficará para soltar dinheiro (R\$ 30,00 por domínio)" (21/07/07)

Denúncias do mês:

- CGI.Br envolvido na emissão de 200 mil Notas Fiscais Eletrônicas "frias".
- Suposta lavagem de dinheiro, possivelmente R\$ 6 milhões por ano.
- FAPESP paga salários para 25 funcionários da ONG particular NIC.BR.

546
R

- ONG NIC.br extorque R\$ 30 milhões ano dos internautas por ordem do CGI.br.
- FAPESP de São Paulo tumultua processo judicial no Paraná.
- FAPESP transferindo processos judiciais para uma ONG particular!
- CGI.br libera um bem público para calar denunciante.

Mas quem é CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil?

- CGI.br não é órgão ou entidade federal e não representa o ministério,
- CGI.br não representa órgão federais da Administração direta,
- CGI.br sequer tem personalidade jurídica.

Veja: Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR (clique aqui)

Resumo do mês: - O ciclo do dinheiro.

O Governo do Estado de SP pagou em 2006 (clique aqui) R\$ 522 milhões (referente a 1% da receita tributária do Estado SP para ser aplicada em pesquisa pela Fapesp que por sua vez paga os salários de cerca de 25 funcionários da ONG particular NIC.br (clique aqui) que por sua vez emite 200 mil Notas Fiscais Frias (clique aqui) pagando R\$ 300 mil a mais em ISS para a prefeitura de SP o que dá direito à lavagem de dinheiro de até R\$ 6 milhões por ano, basta depositar o dinheiro sujo na conta do NIC.br que já está lavado e com ISS pago! Os R\$ 240 milhões (inclusive juros) extorquidos dos internautas em 10 anos, entrou e está saindo pela porta dos fundos da Fapesp com a conivência do TCE-SP Tribunal de contas do Estado de SP e longe dos impostos da Receita Federal porque tudo foi contabilizado como doação de anônimos de 1 milhão de empresas e internautas ávidos em pagar R\$ 30 por domínio por ano. (23/06/07)

No último leilão de domínios do CGI.br que aconteceu no feriadão Corpus Christi (02/08/2007 15:00 a 17/08/2007 15:00), somente três empresas (dentro de um universo 1,1 milhões possíveis) foram agraciadas com domínios genéricos por similaridade. Uma empresa recebeu por similaridade com o nome empresarial: "aguardentes.com.br, cadeados.com.br, cimentos.com.br, cola.com.br, estufas.com.br, exaustores.com.br, ferros.com.br, fiscal.com.br, folheados.com.br, mamona.com.br, paes.com.br, pintores.com.br, piso.com.br, plotters.com.br, troca.com.br". Outra empresa, mesmo com o endereço falso, recebeu "anticoncepcional.com.br, coife.com.br, cozinha.com.br, cromoterapia.com.br, despachante.com.br, gravidez.com.br, hipismo.com.br, ingles.com.br, sexualidade.com.br, vasesctomia.com.br", e a Prefeitura de "itumbiara.com.br" que foi "por baixo das panos" pois deveria obrigatoriamente ser www.itumbiara.go.gov.br. (16/08/07)

Os milhares de internautas que fizeram seus lances para obter estes domínios, mais uma vez ficaram, como sempre, "chupando dedo" neste processo "democrático" promovido pela ONG particular NIC.br de propriedade do Comitê Gestor Internet Brasil

Para comprar o silêncio de um denunciante com um bem público o CGI.br repassa no dia 18/07/2007 o domínio colecionadores.com.br, que tem um preço estimado de R\$ 50 mil no mercado, logrando 21 milhões de internautas que acreditam na honestidade, imparcialidade e justiça do Comitê Gestor Internet do Brasil. Também passaram cirurgias.com.br, cogumelos.com.br, fusquinha.com.br, laminacoes.com.br, caprinos.com.br, sinucas.com.br, sirene.com.br, tulipas.com.br, acucareos.com.br, explosivo.com.br, gelos.com.br, macacohidraulico.com.br, multímetros.com.br, soldados.com.br, guardacosta.com.br, garanhões.com.br, concretos.com.br e tem mais 50 outras. Clique aqui (19/07/07) volta

Um bilionário russo pagou 3 milhões de dólares pelo domínio vodka.com. A compra faz parte de uma tentativa de expandir a empresa para o mercado norte-americano, informou um operador. O preço pago pelo vodka.com está entre os maiores já revelados em negociações de endereços genéricos da Web. Em maio, o diamond.com foi vendido por 7,5 milhões de dólares para a rede de varejo de jóias Ice.com. Já o business.com foi vendido pela mesma quantia em 1999. Não é a toa que a família Getschko registrou o domínio homepages.com.br. Consulte no www.registro.br a titularidade. Só cuidado que todas as consultas são rastreadas e os melhores domínios genéricos (mais consultados) separados para amigos do CGI.br. (20/07/07)

3 milhões de dólares não é muito, isto o CGI.br arrecada e embolsa a título de gastos através da ONG particular NIC.br em dois meses. É só calcular: 1,1 milhão de domínios registrados x R\$ 30,00 / ano menos 6% de inadimplência. (6% = 60 mil domínios média dos leilões sobre 1,1 milhão de domínios). Portanto a receita limpa de quase R\$ 3 milhões por mês não é nada comparado com o valor dos domínios genéricos brasileiros e que são trocados para "calar a boca" de denunciantes. (21/07/07)

Como pode o CGI.br trapacear 1 milhão de internautas através de regras de similaridade nos leilões de domínios? Centenas participaram no último leilão nos domínios: plotters.com.br, cadeados.com.br, paes.com.br, mamona.com.br, estufas.com.br, exaustores.com.br etc, mas perderam por similaridade para uma empresa que não tem nada a ver com o assunto! e que deveria ser idêntica! (clique aqui) Além do CGI.br já ter liberado uns 20 domínios genéricos por baixo do pano para esta mesma empresa como: aguardentes.com.br, auditivos.com.br, cambagem.com.br, caprinos.com.br, endoscopista.com.br, equinos.com.br, equipadora.com.br, estaleiros.com.br, fisiatra.com.br, foniatra.com.br, geneticista.com.br, gravacoes.com.br, jateadora.com.br, lajota.com.br, renal.com.br, urologico.com.br, nazista.com.br, tudo para "calar" a boca de um denunciante das maracutaias do CGI.br. Alguns dos domínios genéricos chegam a R\$ 80 mil. (Clique aqui). (23/07/07)

Fora isto o CGI.br ainda agregou os seguintes domínios genéricos: cimentos.com.br, alergologista.com.br, alisante.com.br, anfetamina.com.br, anticoagulante.com.br, antioxidantes.com.br, cadeados.com.br, cancerologista.com.br, cardiologista.com.br, citologista.com.br, cola.com.br, curio.com.br, doador.com.br, dragagem.com.br, embriologista.com.br, endocrinologista.com.br, epidemiologista.com.br, eutonia.com.br, fardamentos.com.br, fisiologista.com.br, fivela.com.br, gessos.com.br, roldana.com.br, hemoderivado.com.br, hemodialises.com.br, hemoterapeuta.com.br, hortas.com.br, imunologista.com.br, imunopatologia.com.br, lanternagem.com.br, mangote.com.br, mineracoes.com.br, nutrologista.com.br, ortodontologia.com.br, ouvidores.com.br, palmita.com.br, pasteis.com.br, pavimentacoes.com.br, personalidade.com.br, piso.com.br, sinteco.com.br, vinagres.com.br, sonorizacoes.com.br, terraplenagens.com.br, transfusoes.com.br, transposicao.com.br. (Clique aqui). Enquanto milhões de internautas participam dos leilões de domínios (regras veja aqui e aqui) o CGI.br libera por baixo do pano milhares de domínios genéricos para amigos ou são usados como moeda para calar denunciantes. (23/07/07)

Centenas de internautas que concorreram para tentar adquirir estes domínios nos leilões, simplesmente foram enganados pelo CGI.br! Para cada domínio são em média 6 a 25 interessados que foram ludibriados. (23/07/07)

Fapesp libera zoologico.com.br para a prefeitura de SP, que na realidade deveria usar www.zoologico.sp.gov.br. Em troca parece que a prefeitura faz vistas grossas as 200 mil Notas Fiscais frias (clique aqui) emitidas pela ONG particular NIC.br (com funcionários pagos pela Fapesp) e o que dá direito a lavar R\$ 6 milhões por ano, basta depositar na conta do NIC.br porque o ISS já está pago adiantado! Será que existe alguma relação com o jogo do bicho do zoológico de SP? (19/07/07)

CGI.br muda a história da Internet no Brasil. A primeira conexão da internet ocorreu em setembro de 1988 no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) do CNPq, no Rio de Janeiro, que consegue acesso à Bitnet estabelecida com a Universidade de Maryland a uma taxa de transmissão de 9600 bits (clique aqui). Mas um "notório saber em Internet", para se autoafirmar e autovangloriar, garante que assistiu em janeiro de 1991 à primeira conexão... 3 anos após... (clique aqui) (19/07/07)

Atualmente a única resolução sobre Internet publicada no D.O.U - Diário Oficial da União é a resolução 01/2005 (clique aqui) que trata sobre o autoembolsamento a título de gastos do CGI.br de R\$ 30 milhões por ano. (1,1 milhão de domínios x R\$ 30,00) através da ONG particular NIC.br composto por integrantes do CGI.br (clique aqui). O texto que chamam de resolução 02/2005 só foi publicado em alguns jornais e a Resolução 01/2006 é falsa porque somente altera textos publicados em jornais e não precisaram ter gasto a tinta de impressão no D.O.U ou foi só para lograr 21 milhões de internautas brasileiros? (20/07/07)

O CGI.br sequer segue a sua própria resolução 01/2006 publicada em 05/02/2007, seção 1, página 02. no D.O.U. (falsa porque altera um texto publicado no jornal, clique aqui) e que diz: "f) o domínio que participe de mais de 6 (seis) processos de liberação consecutivos sem que seja possível a sua liberação para registro, será excluído do processo e reservado pelo CGI.br por prazo indeterminado, para posterior deliberação." Mas o domínio colecionadores.com.br que estava dia 08/07/2007 01:32 e no dia 13/07/2007 01:17 na lista dos "mais de 6 (seis)" no dia 18/07/07 foi usado para "comprar o silêncio de uma denúncia". Além disto ainda liberaram em 18/07/07 os domínios crepes.com.br e geriatra.com.br! Clique aqui (21/07/07)

Não bastasse o CGI.br lograr os internautas na lista de "mais de 6 (seis)" e também nas regras de similaridade nos leilões ainda repassa em 18/07/2007 por similaridade o domínio itumbiara.com.br para a Prefeitura de Itumbiara que deveria, segundo as regras do próprio CGI.br usar www.itumbiara.go.gov.br e não um endereço comercial www.itumbiara.com.br. Os outros participantes deste domínio no leilão ficaram chupando dedo! (clique aqui) (24/07/07)

O CGI.br, como terceira pessoa, vive contestando com agravo penhoras judiciais de domínios. Se houve uma penhora é porque foi julgada e deferida. E os domínios "surrupitados" pelo CGI.br. Quem julga? Ou eles estão até acima disto também? (15/08/07)

21 milhões de internautas, segundo as regras do CGI.br, não podem registrar uma revista com extensão ".br" mas somente ".com.br" ex. comciencia.br ou registrar 3 extensões diferentes uniemp.br, uniemp.com.br e uniemp.org.br. no mesmo CNPJ. Quem pode é o presidente da Fapesp cuja empresa particular UNIEMP (clique aqui) ainda anda supostamente envolvida na lavagem de dinheiro do Registro.br (clique aqui) (24/07/07)

542
2

No www.tj.sp.gov.br tinham centenas de processos de domínios, todos em segredo absoluto de justiça, envolvendo o CNPJ 43.828.151/0001-45 da Fapesp mas parece que estão mudando para o CNPJ 05.506.560/0001-36 de uma ONG particular chamado NIC.br (mas e se a ONG particular depois falir? Todos ganham mas ninguém leva!). A maioria dos processos da Fapesp acabaram sendo sorteados para a mesma vara, foi muita sorte! Será que por trás das transferências de CNPJ está o dedo do CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil que não passa de um mero grupo empresarial conforme Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR (clique aqui) ou da Fapesp tentando fugir da Justiça ao transferir os supostos delitos para uma ONG particular passível de falência? A ONG particular está de pé porque a Fapesp paga os 25 funcionários mas e se parar de pagar? (28/06/07) **(veja alguns aqui)**

O codinome "Domínio Marca Virtual" é a sigla que consta nas centenas de processos de domínios da Fapesp e NIC.br e que são sorteados curiosamente com preferência para uma mesma vara. Veja no www.tj.sp.gov.br. **(veja alguns aqui)** (19/07/07) (voltar)

De olho no dinheiro dos bancos a ONG particular NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br (clique aqui Art. 6º), lança com exclusividade um novo produto de segurança no mercado brasileiro com o nome "dnsec". (clique aqui) A nova extensão ".b.br" sequer foi publicado no D.O.U mas mesmo assim logo no lançamento 2 bancos já se interessaram em soltar dinheiro. Para evitar concorrentes bloquearam o domínio dnsec.com.br. e o serviço de segurança (conversão de letras em números) não será prestada pelas empresas brasileiras (não são confiáveis) mas pelo próprio CGI que nem existe juridicamente (recurso criminal clique aqui) e com antecedentes criminais suspeitos (clique aqui) (19/07/07)

Como pode uma ONG (clique aqui) que emite 200 mil NF frias (clique aqui) e possível lavagem de dinheiro cuidar de segurança bancária? Repete-se a fábula do "lobo tomando conta das ovelhas" sendo aplicada na Internet do Brasil. Conheça a origem desta fábula a 7 anos atrás (clique aqui). (27/06/07)

O CGI.br foi denunciado ao Antispam.br (um grupo mantido pelo próprio CGI.br para justificar o embolsamento de R\$ 30 milhões/ano) por ter praticado o envio de 1 milhão de e-mails contendo informações falsas. O caso ocorreu em 04/12/2005 no e-mail "Comunicado de alteração da Fapesp para Nic.br na qual o Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br comunica ao público em geral que, em reunião realizada no dia 21 de outubro de 2005 e" Clique aqui. Mas na consulta no site do CGI só constam reuniões realizadas nos dias 7 e 28 de outubro de 2005 (clique aqui). Na época dispensaram até a licitação porque não se refere a transferência de uma atividade pública para privada, mas de um mero embolsamento público para uma ONG privada, tanto que nem o pagamento dos 25 funcionários mudou. (21/07/07)

Os cerca de 250 processos judiciais da Fapesp também estão mudando de CNPJ imagine algum engraçadinho solicitar o congelamento dos R\$ 522 milhões de 2006? Os R\$ 240 milhões obtidos da extorsão na internet em 10 anos foi contabilizado como doação e a metade está enroscado no caixa 2. O orçamento da Fundação do Paraná (Fundação Araucária) é de cerca de R\$ 21 milhões e poderia dobrar este ano, bastando devolver cerca de 9% (a contribuição do PR) do total arrecadado. (21/07/07)

Mas o que 21 milhões de internautas brasileiros podem esperar da ONG particular NIC.br (clique aqui) de propriedade de integrantes (clique aqui) do CGI.br (clique aqui Art. 6º) e que somente segue ordens dela mesmo, (clique aqui Art. 4º § 1º), mesmo define os valores a serem extorquido de 1,1 milhão de empresas e internautas (clique aqui Art. 4º § 2º), embolsa tudo (R\$ 30 milhões/ano) a título de gastos (clique aqui Art. 4º) e ainda com os 25 funcionários pagos pela Fapesp? (27/06/07)

Slogan do mês:

Dizem as más línguas que "A transparência do grupo empresarial CGI.br, NIC.br e Fapesp limitam-se aos vidros nas janelas".

Inédito:

Livraria virtual lança o e-book virtual: "Domínios: um caso de polícia". v1.1. Adquirir o seu é grátis! (clique aqui)
A versão 1.0 não contém os parágrafos escritos em marrom.

Destaque: CGI.br perde ação judicial (clique aqui).

Destaque: CGI.br perde outra ação judicial por abuso de poder (clique aqui).

Destaque: Lista de processos judiciais! (atualizado em 20/08/07) (clique aqui).

Destaque: CGI.br perde agravo Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR (clique aqui)

Destaque: Depoimento na Polícia sobre o sumiço de R\$ 100 milhões (clique aqui).

Destaque: Processo no Tribunal de Contas da União desde 2001 parado (clique aqui).

Veja: Processo Fraude milionário em leilão de domínios da Fapesp. (clique aqui e denúncia aqui e outra aqui)

Veja: texto explicativo sobre a situação de domínios no Brasil (clique aqui)

Saiu na mídia: Brazilian Internet Committee is no more an impartial organ (clique aqui)

Inédito: Illicit enrichment by ICANN members in Brazil! (clique aqui)

CGI.Br envolvido na emissão de 200 mil Notas Fiscais Eletrônicas - Nfe "frias" e

suposta lavagem de dinheiro, possivelmente R\$ 6 milhões por ano. detalhes (clique aqui)

Será que os integrantes do NIC.br (clique aqui) e do CGI.br (clique aqui) estão sendo coniventes? (25/06/07)

Início da II Etapa do 5. Mega Leilão (70 mil domínios). O leiloeiro virtual bateu o martelo no domingo dia 17/06/2007 às 15:00. Milhares de empresários tiveram que trabalhar no domingo por imposição do CGI.br! Agora vem a segunda fase: pedir a documentação e liberar de preferência para os amigos do CGI. Como nas outras vezes a auditoria foi dispensado para esta segunda fase! Nos processos judiciais podem informar que houve auditoria, mas nunca informam que os domínios são manipulados entre 15 a 30 dias após o leilão e usando métodos obscuros de similaridade desde 12/2004. O resultado completo nunca é divulgado! Para tentar oficializar as similaridades e embolsar os melhores domínios publicaram no D.O.U. uma resolução falsa 01/2006 (clique aqui) que somente altera 2 artigos publicados em jornal comum (que por sua vez chamam de resolução 02/2005)! Antes de iniciar o 5. leilão o movimento de empresários entrando e saindo no NIC.br era muito grande. Será que estavam negociando os domínios do leilão? Será que este leilão será novamente feito com cartas marcadas? Regras (clique aqui e denúncia aqui e outra aqui) (26/06/07)

Fapesp paga os cerca de 25 funcionários da ONG particular NIC.br! Apesar da ONG NIC.br embolsar por ordem do CGI.br (que são os mesmos) mais do que R\$ 100 mil por dia útil, a título de gastos, a Fapesp continua pagando os salários. Será que estão sumindo com a outra metade dos R\$ 240 milhões extorquidos pela Fapesp dos internautas? Será que os eventos do CGI.br/NIC.br também estão sendo patrocinados pela Fapesp? E porque a FAPESP não paga também os salários dos funcionários dos provedores e sites de hospedagem, que recebem um lucro menor do que R\$ 30 milhões por ano? (25/06/07)

Somente em 2005 a Fapesp gastou R\$ 4.175.823,00 em salários (clique aqui) o que perfaz uma média aritmética de R\$ 14 mil mês para cada um dos 25 funcionários. O valor é tão irrisório que desde 05/12/2005 até 05/2007 continuou pagando os mesmos 25 funcionários apesar da atividade de registro de domínios e a receita de R\$ 30 milhões/ano serem transferidos da Fapesp para uma ONG particular chamada NIC.br (clique aqui) e que não precisou nem pagar seus funcionários (25/06/2007)

Manipulação de domínios genéricos por similaridade pela Fapesp e após 05/12/2005 pela ONG particular NIC.br

lote.com.br -> Iogurte Lote Com BR Informatica Ltda ME CNPJ 07.281.935/0001-32 Conwaf Cont. Ltda

logurte.com.br -> Iogurte Lote Com BR Informatica Ltda ME CNPJ 07.281.935/0001-32 Conwaf Cont. Ltda

transas.com.br -> Transas & Fodas Com BR Informatica Ltda ME CNPJ 07.282.118/0001-07 Conwaf Cont. Ltda

blog.com.br -> Blog & Fotolog Com BR Informatica Ltda ME CNPJ 07.283.086/0001-58 Conwaf Cont. Ltda

dor.com.br -> Dor & Ervas Com BR Informatica Ltda ME CNPJ 07.281.723/0001-55 Conwaf Cont. Ltda

ervas.com.br -> Dor & Ervas Com BR Informatica Ltda ME CNPJ 07.281.723/0001-55 Conwaf Cont. Ltda

Mais de 10 mil domínios genéricos de alto valor comercial foram manipulados para amigos do CGI.br, após o término dos leilões fraudulentos (clique aqui e aqui) e a auditoria contratada ter sido mandada embora! Veja como funciona (clique aqui) (01/07/07)

Denúncia de "sumiço de metade de 250 milhões de reais", registrado na Polícia Federal Divisão Fazendária em 12/2005 e após o laudo de qualificação encaminhado 7º DP de Lapa, jurisdição da Fapesp. Inquérito 147206 - Processo 050080353642-0000. Caso você saiba aonde foi parar esta montanha de dinheiro (mais de R\$ 100 milhões) informe a 7ª Delegacia de Polícia de Lapa (11) 3864 7445 R. Camilo, 317 SP/SP. Os milhares de proprietários de mais de 1 milhão de domínios registrados no Brasil que pagam R\$ 30,00 cada / ano irão te agradecer. (12/12/06) Veja um dos depoimentos na Polícia sobre o sumiço de R\$ 100 milhões (clique aqui). (volta)

E o Ministro de Ciência e Tecnologia? deu um sabor de pizza na denúncia ao enviar em 28/04/05 (clique aqui) para o próprio CGI.br a denúncia do CGI.br resultando ainda em perseguições contra o denunciante. Em 26/09/05 chamou o denunciante de irresponsável por ter denunciado o sumiço de R\$ 100 milhões. Confirmou que os R\$ 100 milhões extorquidos na época FHC continuam na conta, mas não explicou aonde foram parar os outros R\$ 100 milhões extorquidos no governo atual (clique aqui). O assunto virou Caso de Polícia com as provas do sumiço enviadas em 12/05 para a Polícia

Federal Divisão Fazendária. (29/05/07)

Em 05/12/2005, com a transferência "sem licitação" da atividade de registro de domínios da Fapesp para a ONG particular NIC.br houve alteração somente do CNPJ do Registro.br (serviço de registro de domínios) e o restante permaneceu igual! Nem o telefone, endereço ou a empresa pagante dos 25 holandeses (a Fapesp) foram alterados! Seria "dolo presumido", "formação de quadrilha", "estelionato" ou "crime de concussão"? Ou foi somente para a Fapesp tentar escapar do Ministério Público? Veja estes processos de denúncias (clique aqui) Alguns no TCU continuam parados desde 2001! (21/06/07)

Como pode integrantes do Ministério da Ciência e Tecnologia (clique aqui) criarem a resolução 01/2005 (clique aqui) na qual eles mesmos, usando outro nome (clique aqui), embolsaram a título de gastos R\$ 30 milhões por ano? (21/06/07)

O CGI.br tentou processar o denunciante mas perdeu e entrou com agravo, perdeu novamente, e no resultado se destaca: "O CGI.br não é, pois, órgão ou entidade federal. Na realidade, sequer tem personalidade jurídica. É, como se viu, um grupo de pessoas - representativas do Estado, da sociedade e da comunidade específica - que têm um interesse comum: o uso e o desenvolvimento da Internet no Brasil." e também NÃO é "...um grupo de representantes dos Ministérios de Estado, ou de representantes de órgãos federais da Administração Direta" e portanto foi negado provimento ao Recurso Criminal Nº 2007.70.95.004446-2/PR (clique aqui) (23/05/2007)

Declaração do Comitê Gestor Internet do Brasil: (clique aqui) "Assim, os serviços que a Fapesp atualmente presta com exclusividade poderiam, por exemplo, ser também prestados por instituições de amparo a pesquisa de outros Estados, como a Faperj, do Rio de Janeiro, ou a Facepe, de Pernambuco. Isso evitaria a aplicação dos recursos arrecadados predominantemente no eixo Rio-São Paulo e também que: "Os recursos gerados pertencem ao Comitê Gestor e não a Fapesp, que se encarrega gratuitamente de todo o serviço de registro contábil. Os gastos são efetuados segundo regras rígidas estabelecidas pelo CG; e têm sido utilizados na aquisição de equipamentos de suporte à operação do próprio registro e no pagamento à Fapesp de R\$ 60 mil mensais fixos pelo ressarcimento direto de suas despesas, o que inclui, entre outros encargos, a manutenção da infra-estrutura correspondente" entretanto a Fapesp extorquia durante 10 anos entre 2 a 3 milhões de reais por mês dos internautas a título de doação de anônimo. (hehehehehe) (20/06/07) (volta)

O estado do Rio de Janeiro tentou obter em 03/2003 a sua parte de R\$ 10,8 milhões dos R\$ 90 milhões depositados na conta da Fapesp (receita da Internet), para aplicar na Infovia.RJ (clique aqui), mas não conseguiu! De lá para cá o total chegou a R\$ 240 milhões de reais. A metade esta apodrecendo na conta da Fapesp e a outra metade sumiu! Veja processo policial no 7.DP em Lapa / SP. (clique aqui) (20/06/07)

Portaria Interministerial nº 307 cria a comissão eleitoral do mega grupo empresarial CGI.br (clique aqui), entretanto esqueceram de incluir na eleição o integrante do cargo de "Notório Saber em Internet" que foi uma auto sugestão feita em 2003 pelo Sr. Demi Getschko (clique aqui pag. 8) mas que saiu rápido para ele após declarar gastos estranhos de R\$ 22 milhões de reais. (clique aqui pag. 4). Se o CGI.br tem 12 representantes de 6 Ministérios porque o governo indicou para o cargo de "Notório Saber em Internet" um empresário sócio proprietário da ONG NIC.br que por ordem do próprio CGI.br fatura R\$ 30 milhões por ano? Conheça os milionários sócios da ONG NIC.br (clique aqui) (28/05/07)

O dono do mega grupo empresarial CGI.br, um "Notório Saber em Internet" (clique aqui) e dono da ONG NIC.br (clique aqui) por ser também um importante "Assessor do Presidente da Fapesp" (clique aqui), poderia muito bem ter substituído nos 3.470.678 boletos da Fapesp o texto "por ordem do CGI.br" por "por ordem do Assessor do Presidente da Fapesp". É tudo igual... e seria mais sensato... e não tem porque ficar enganando 1 milhão de empresas e internautas. (25/05/07)

Como o CGI.br é considerado um grupo particular (clique aqui) que usa a sigla Registro.br com o CNPJ da Fapesp até 04/12/2005 e a seguir usa o CNPJ da ONG NIC.br que segue ordens do CGI.br, que são os mesmos, só sobra a suspeita que a principal atividade do CGI.br é embolsar R\$ 100 mil por dia útil a título de gastos graças à resolução 01/2005 (limpos porque a Fapesp já paga os funcionários) e ainda manipular a vontade os melhores domínios genéricos brasileiros com base na falsa resolução 01/2006 publicado no D.O.U e que somente altera um texto publicado no jornal! Alguns desavisados chamam este texto do jornal de Resolução 02/2005 e que por estranho que pareça regulamenta toda a Internet Brasileira (20/06/07) O comportamento do CGI.br mudou no 5. leilão fraudulento NIC.br, depois que pegaram um notório do CGI, de "calça curta", cor preta e com faixa vermelha escrita R\$ 30,00, carregando o "dominiogratiss.com.br" "reservado pelo CG" desde 17/05/2002 e entregando em 12/06/2006 para o grupo "amigos do cgi". Agora o CGI.br está colocando no leilão os domínios reservados pelo CGI para depois após processos fraudulentos liberar para empresas com nomes similares. O leilão de domínio do CGI.br é como participar do jogo de baralho com cartas marcadas (20/06/07)

A FAPESP de São Paulo, não satisfeito em extorquir R\$ 40 mil da empresa Paranaense EBDI - Empresa Brasileira de Domínios ainda tenta arrancar outros R\$ 2 mil reais. Caso contrário, serão penhorados os bens da EBDI. Processo 75.053.04. 001744-6, 1ª Vara Cível SP. Além de extorquir R\$ 240 milhões em 10 anos (inclusive juros) dos internautas debrem a metade apodrecendo na conta e a outra metade fizeram sumir. A polícia de São Paulo, 7ª D.P. da Lapa, investiga o caso. (clique aqui) (20/06/07)

Em Curitiba, Paraná, corre um processo judicial de execução na 4ª vara cível 1500/2001 www.assejepar.com.br na qual a Fapesp após um determinado tempo conseguiu entrar no processo como terceira pessoa. Acredite se quiser, até com agravo contestando a decisão do juiz a Fapesp fez. Porque uma Fundação de Amparo ao Estado de São Paulo esta enfiada em um processo judicial no Paraná? (21/06/07)

No mesmo processo judicial 1500/2001 apesar do juiz enviar ofício ordenando que na consulta pública de domínios penhorados consta-se "domínio penhorado por ordem judicial a favor de nome_completo@hotmail.com" a Fapesp vive esquecendo da ordem judicial e volta atrás para "palavra reservada por ordem judicial". A Fapesp esqueceu pela 4. vez em 4 anos e o o juiz terá que enviar um 4º Ofício com as mesmas solicitações anteriores. (21/06/07)

Para piorar a FAPESP removeu, sem ordem judicial, uns 20 domínios que estão no processo paranaense 1500/2001 e repassou para a ONG NIC.br incluir no 5º leilão de domínios em 02/06/2007 a 17/06/2007. (ex. reclamacao.com.br, terrasanta.com.br, etc). Como a Fapesp pode ser tão sujo? Só porque recebeu R\$ 522 milhões e extoruiu outros R\$ 240 milhões dos internautas, não quer dizer que sejam os donos da internet no Brasil! (21/06/07)

A Fapesp também removeu centenas de domínios como luminosos.com.br, vinil.com.br paineis.com.br, plotters.com.br e outros porque a documentação comprovando o endereço chegou com atraso de 2 dias!!! A taxa de extorsão estava paga por mais de 6 anos e o endereço que constava era do provedor e não o da empresa A empresa paranaense que se dane ficou sem site e e-mails! Entretanto o grupo CGI.br mantém mais de 5 mil domínios em 200 empresas com endereços falsos!!! Lógico isto dá uma receita adicional de R\$ 150 mil por ano (5 mil x 30,00) Alguém acha que vão abdicar do embolsamento adicional de R\$ 150 mil por ano em prol de justiça? (21/06/07)

Mas isto não é nada! Vejam só: o domínio reclamacao.org.br e outros quatro que foram pagos em 22/12/2006, (total = R\$ 150,00) e fornecido até Nota Fiscal, mas foram cancelados por falta de pagamento em pleno Natal em 25/12/2006 e inclusive no 5. leilão para mostrar a "força" do CGI.br. Foi um belo presente de Natal do CGI.br! R\$ 150,00 no lixo! (21/06/07) (volta)

A FAPESP no processo judicial 1500/2001 na 4ª vara cível no Paraná deu uma de "João sem braços". enrolou na resposta ao ofício do Juiz e bloqueou indevidamente 490 domínios da empresa EBDI. Não satisfeita ainda repassou um dos domínios >> dominiogratiss.com.br << para um dos 11 amigos do CGI.br. Como podem ser tão trapaceiros? (20/06/07)

Indicação de peso: o Ministério de Ciência e Tecnologia vem a 12 meses recomendando a mais de 1 milhão de empresas e internautas que usem as 11 únicas empresas provedoras de serviço de hospedagem no Brasil. O restante, mais de 5 mil que se danem! Consulte as páginas do www.registro.br e veja quais são estas 11 únicas empresas provedoras de serviço de hospedagem do Brasil. Para entrar neste seleto grupo dos 11, o provedor ganha um desconto de R\$ 3,00 sobre os 30,00, mas tem que arcar com as despesas bancárias do boleto (cerca de R\$ 3,00) e ainda fica sendo responsável juridicamente pelo domínio registrado pelo seu cliente. Motivo o registro é feito pelo provedor e não mais pelo site www.registro.br que se isenta de qualquer responsabilidade, mas continua recebendo os mesmos R\$ 27,00! Será que os 11 foram enganados por estes daqui (clique aqui)? (20/06/07)

Em 17/07/06 o domínio prostituta.com.br estava no leilão com 2 participantes (clique aqui). Em 21/06/2006 na consulta informava "O domínio prostituta.com.br não pode ser registrado por estar reservado pelo CG" em 27/06/2006 informava "O domínio prostituta.com.br não está disponível para registro. Encontra-se em fase de averiguação de documentação dentro do processo de liberação." A polícia costuma pedir a documentação mas o Comitê Gestor Internet também? Atualmente o domínio continua com o CG será que querem montar um prostíbulo virtual? (29/06/07)

O empregado da ONG NIC.br o Sr. Harmut Richard Glaser (clique aqui) é um dos homens mais ricos do Brasil!. O projeto que ele abriu na Fapesp chamado de "registro automático de domínios", recebeu durante 10 anos sob a forma de doação de anônimos mais de R\$ 240 milhões (inclusive juros) de mais de 1 milhão de empresas e internautas ávidos em pagar anualmente as taxas de extorsão de R\$ 30,00. (antes da liquidação era 100,00 e depois 80,00). Veja Processos Fapesp (aqui), mas acesse rápido antes que trem do ar. (23/05/2007)

O segredo mais bem guardado da Internet Brasileira é a lista de "domínios do CG" contendo todos os milhares de domínios genéricos de alto valor

549
R

(alguns acima de R\$130 mil) e que foram algum dia "reservados pelo CGI", "em processo de transição EDU.BR" ou outro motivo maluco que andam inventando. Muitos destes domínios resurgem em nome de alguma empresa amiga (ex. dominiogratis.com.br que estava reservado pelo CGI). Estamos elaborando lista provisória dos "domínios do CGI". (clique aqui). (08/05/07)

Outro segredo são as dezenas de milhares de domínios que foram manipulados fora das datas dos leilões usando métodos obscuros como "similaridade", "endereço com um erro qualquer" ou outro motivo fútil. (08/05/07)

O seu jornal ou blog está com problemas financeiros? Precisa de anúncios? Faça uma reportagem sobre as denúncias. Entreviste todo o grupo da ONG NIC.br (endereços clique aqui) e o CGI.br (clique aqui). É bem provável que "alguém" faça contato colocando um popúlo anúncio em troca de palpites na sua pauta. Se isto não acontecer e for constatado veracidade nas denúncias pelo menos mantenha o seu eleitor informado. (08/05/07)

A resolução 02/2005 (clique aqui) é um resumo das regras atualmente adotadas pelo Registro.br para o registro automático de domínios no país, bem como as normas para a cobrança e pagamento das taxas que NUNCA FOI PUBLICADO NO D.O.U. portanto tudo é ilegal inclusive os leilões e as cobranças. Mas para poder embolsar a título de gastos R\$ 30 milhões ano (1 milhão de domínios x R\$ 30,00) publicam um texto em alguns jornais, chamam de Resolução 02/2005 e com isto ainda dizem que cancelaram a Resolução 01/98 este sim publicado no D.O.U. Pague logo seus R\$ 30,00 o bolso do CGI.br agradece! (29/03/07)

Os gaúchos entraram com o processo TC 012.048/2001-5 no TCU - Tribunal de Contas da União para "apurar possíveis irregularidades ocorridas na prestação de contas dos recursos arrecadados com o registro de domínios na internet brasileira e para que fosse efetuada a fiscalização desses recursos". O processo pode ser visto no site www.tcu.gov.br mas não andou um milímetro desde 2001! Porque em 7 anos não andou? Alguém teria interesse nesta demora ou é normal? Mais detalhes (clique aqui) Até o Sr. Harmut Richard Glaser empregado da ONG NIC.br de propriedade do CGI.br (clique aqui) reclamou da expulsão do registro.br de dentro da Fapesp em início de 2002 pelo TCE-SP Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (clique aqui), mas conseguiram enganar o TCE-SP porque a atividade expulsa rendeu entre 2002 a 2005 para a Fapesp R\$ 59.359.585,00 (com juros cdi 18% R\$ 90 milhões) conforme o próprio Sr. Harmut declara (clique aqui). Também lograram a Receita Federal contabilizando como doação de anônimos e portanto livre de impostos. (13/04/07)

Enquanto o Brasil vive defendendo uma descentralização do controle da internet mundial (clique aqui), o CGI.br fica controlando a rede dentro do país com mãos de ferro. Talvez a falta de startups tupiniquins tenha um nome: burocracia (texto original www.techbits.com.br clique aqui) (20/03/07)

Instituto UNIEP - CNPJ 66.052.028/0001-80 - Responsável Carlos Vogt (clique aqui) também Presidente da Fapesp até 2006 Av. Paulista, 2198, 15 andar 01310-300 - SP - Tel. (11) 3288-0466, envolvido em suposta lavagem de dinheiro simulados através de pagamento de salários e computadores para o Registro.br (atividade de registro automático de domínios) (clique aqui) enquanto a Fapesp do mesmo Carlos Vogt extorquia do internauta usando o nome Registro.br e por ordem do CGI.br cerca de R\$ 3 milhões / mês (clique aqui), enquanto o CGI.br declarava publicamente que pagava R\$ 60 mil / mês para a Fapesp pela atividade de registro automático de domínios - registro.br. (clique aqui) enquanto o mesmo declarante embolsava US 25 milhões pela venda de um servidor de Busca (clique aqui) (26/03/07) Veja mais aqui

Fraude: apesar do CGI.br transferir em 05/12/2005 a atividade e principalmente a receita do registro automático de domínios da Fapesp para a ONG NIC.br de propriedade particular do CGI.br muitas cobranças de registros foram desviados em 12/2005 e 2006 da conta do Nic.br para a conta da Fapesp e caracterizado como doação de anônimo por ser uma fundação, logrando a Receita Federal e conseguindo fugir dos impostos (26/03/07)

A dura vida do CGI.br. Assim começa mais um dia na vida dos nossos "notórios": todos reunidos confortavelmente na sala com a "placquinha" "CGI.br" na qual definem os valores a serem extorquidos de mais de 1 milhão de internautas e os domínios genéricos a serem manipulados (reservados para o CGI). A tarde, logo após um belo almoço, reúnem-se na mesma sala. Mas o primeiro ao entrar inverte a "placquinha" que desta vez fica com o texto "ONG NIC.br" e iniciam a longa e difícil tarefa da "contagem de pilhas e pilhas de dinheiro", tudo que entrou no dia anterior: cerca de R\$ 120 mil (por dia útil) A seguir embolsam popúlos pro-labores seguindo determinação do estatuto e ainda são obrigados a gastar o restante no mesmo dia e de qualquer forma! A ONG é sem fins lucrativos e portanto nada pode sobrar nem mesmo as evidências! (26/04/07).

Alguém liberou dor.com.br e ervas.com.br para a recém criada empresa "Dor e Ervas Informatica Ltda." (clique aqui) e também liberou transas.com.br para a empresa "Transas e Fodas Informatica Ltda.", mas bloqueou a liberação do broadvoice.com.br para a empresa "Broadvoice do Brasil Ltda.", pedindo registro no INPI. Logo a seguir fizeram um leilão relampago de domínios na qual não houve tempo e nem foram informados a participar. Resultado o domínio broadvoice.com.br foi parar em um clube de Voip que não tem nada a ver com a marca Broadvoice. A questão é descobrir quem foi o integrante da ONG NIC.br que fez tamanha sacanagem? Quanto ele embolsou com esta atitude? Clique aqui e veja se consegue descobrir quem foi, porque sinceramente nós não conseguimos descobrir o Notório Saber em Internet do NIC.br que fez tamanha sacanagem. (26/04/07)

Em 10/11/2006 denunciaram que "alguém" da ONG NIC.br vem passando informações sigilosas para o Robô do Servidor de Busca do UOL (detalhes aqui) ou o robô foi dotado de inteligência artificial que permite adivinhar centenas de domínios novos registrados 20 dias antes no Registro.br. Agora centenas de milhares de boletos bancários falsos cobrando hospedagens estão sendo enviados para os internautas. Será que foi o mesmo "alguém" do caso do vazamento de cadastros do NIC.br para UOL? Clique aqui e nos ajude a descobrir quem foi.....(28/04/07)

Ao que parece o CG-PCVL.br - Comitê Gestor de Proteção aos Cachorrinhos Vira Lata do Brasil e o CGI.br - Comitê Gestor Internet Brasil são ambos grupos particulares mas com interesses diferentes. O que difere mesmo é que a Fapesp emitiu em 10 anos 3.470.678 boletos de extorsão embolsando cerca de R\$ 240 milhões, por ordem do CGI.br, e depois o grupo ainda cria a ONG NIC.br, (clique aqui), cujos integrantes são os mesmos que o CGI.br conforme estatuto do NIC.br (clique aqui), publicam um texto no jornal que chamam de Resolução 02/2005 mas que permite cancelar a Resolução 01/98 publicado no D.O.U., tudo com o objetivo de embolsar a título de gastos R\$ 30 milhões / ano. (Resolução 01/2005) a partir de 05/12/2005 (23/05/2007).

Decisão Judicial referente ao decreto presidencial n. 4.829, de 3 de setembro de 2003 que cria o CGI.br com competência para somente "estabelecer diretrizes para a organização das relações entre o governo e a sociedade, na execução do registro dos nomes de domínio". Tal atribuição não investiu o CGI, por óbvio, de poderes para editar regras jurídicas primárias, assim entendidas, para fins da argumentação que ora se desenvolve, aquelas que, inovando na ordem normativa, sujeitam os seus destinatários ao cumprimento de deveres e obrigações. (clique aqui) Será que eles poderiam transferir "sem licitação" da Fapesp para a ONG NIC.br de propriedade particular de integrantes do próprio CGI.br? Ou extorquir R\$ 30,00 de mais de 1 milhão de empresas e internautas por ano? (20/04/07)

Conheça as novidades do 4. Mega-leilão NIC.br com 74.000 domínios: (clique aqui para ver os detalhes) (31/03/07)

- Cerca de 96% dos 74.000 domínios do leilão foram obtidos através de meios ilícitos.
- não houve publicação das regras no D.O.U Diário Oficial da União
- criam resolução falsa no D.O.U. para oficializar a regra de similaridade do domínio de forma a justificar a manipulação já feita nos últimos 3 anos nos melhores domínios genéricos brasileiros. Alguns o mercado paga mais de R\$ 130 mil.
- Resolução falsa para excluir e embolsar o restante dos melhores e mais valiosos domínios genéricos brasileiros.
- incluíram domínios pagos, pretendendo ganhar duas vezes com o mesmo domínio
- incluíram domínios "picareteados". (pagos com depósito na conta da Fapesp)
- embolsam o resultado monetário do leilão (74.000 x R\$ 30,00) a título de gastos
- esconderam na consulta os nomes dos concorrentes
- determinados usuários são excluídos eletronicamente das consultas (clique aqui para ver os detalhes) (31/03/07)

Ministério de Ciência e Tecnologia contribuindo para o progresso do Brasil: desde o leilão de 12/2004 e nos 7 seguintes devido a regra de similaridade na qual o registro.br decide quem será o dono de um domínio genérico, aliado a limitação de somente 20 lances nos leilões de mais de 60 mil domínios o CGI.br conseguiu induzir os internautas nos últimos dois anos a abrirem entre 1000 a 1.500 empresas novas no Brasil só para conseguirem os domínios genéricos de alto valor no mercado. Alguns acima de 130 mil reais, devido ao alto tráfego que trazem. Estas empresas tem registro na Junta e CNPJ na Receita Federal e nada mais. Como a empresa Transas & Fodas.com.br Informática Ltda ME CNPJ 07.282.118/0001-07 que ganhou o domínio transas.com.br do registro.br na época Fapesp. Para oficializar a maracutaia publicaram dois anos depois uma resolução falsa no D.O.U. (clique aqui). (27/03/07)

No Brasil existem cerca de 5 mil empresas de hospedagem de sites, para mais de 1 milhão de domínios registrados, mas o CGI.br insiste em indicar somente 11 empresas (para enganar ainda chamam de provedor de serviços). Não é a toa que o Brasil anda na lanterna mundial em termos de distribuição de renda. Ou as milhares de empresas de hospedagem brasileiras são a favor das maracutaias ou perdem clientes para estas 11 empresas. (27/03/07)

O CGI.br também distribui IPs que são essencial para uma empresa poder atuar no mercado de internet. A distribuição é gratuita mas a quantidade é em geral 16 IPs por provedor, mas alguns recebem blocos de 65 mil IPs. (clique aqui) (31/03/07)

O Decreto N° 4.829, de 3 de setembro de 2003 da Presidência da República (clique aqui) declara no Art. 9° "A participação no CGI.br é considerada como de relevante interesse público e não ensejará qualquer espécie de remuneração", mas o estatuto da ONG NIC.br, de propriedade do CGI.br, define pró-labore para os integrantes do NIC.br e que também são do CGI.br conforme o mesmo estatuto (clique aqui) e ainda segue ordens do CGI.br

(deles mesmo heheheheh) contrariando o Art. 9º do Decreto Nº 4.829. Até o empregado do NIC.br Sr. Harmut Richard Glaser (clique aqui) deixou escapar que antes do NIC.br no período de 1998 a 2005 os integrantes do CGI.br já tinham embolsado entre salários e mordomias um total de R\$ 55.603.008,00 (clique aqui). Somente em 2005 foram R\$ 15.628.944,00 em salários e mordomias para o CGI.br. Imagine então quanto foi em 2006! Como pode o CGI.br do MCT contrariar o Art. 9º do Decreto Nº 4.829 do Presidente? Ou será que o bolso próprio fala mais alto? Será que eles agem como se não existisse o Ministério Público, o TCU, o TCE-SP, a Receita Federal e só preocupam em cobrar de quase 1 milhão de internautas e empresas R\$ 30,00 / ano? (20/03/07). O próprio CGI.br declarou várias vezes que o custo da atividade de registros de domínios é de R\$ 60 mil por mês (clique aqui), mas recolhem agora como ONG NIC.br a título de gastos R\$ 3 milhões por mês (1 milhão de domínios x R\$ 30,00 / ano). O que demonstra que todo o esquema foi montado visando um enorme lucro mensal, mas como a ONG deles é sem fins lucrativos são obrigados a gastar tudo rapidinho (20/03/07). Declaração do CGI.br 1): "Assim, os serviços que a Fapesp atualmente presta com exclusividade poderiam, por exemplo, ser também prestados por instituições de amparo à pesquisa de outros Estados, como a Faperj, do Rio de Janeiro, ou a Fapece, de Pernambuco. Isso evitaria a aplicação dos recursos arrecadados predominantemente no eixo Rio-São Paulo" (clique aqui). Isto foi em 1998 pelo Sr. Ivan Moura Campos, Coordenador do Comitê Gestor da Internet que graças ao acesso a todos os domínios existentes no Brasil conseguiu vender o servidor de busca akwan/todo.br, de propriedade particular, por estimados 25 milhões de dólares. (clique aqui) (20/03/07) (voltar)

Declaração do CGI.br 2): que ainda entre 1998 a 2005 a Fapesp extorquiu R\$ 124.732.885,00 por ordem do CGI.br (clique aqui). Na planilha foram usados juros bancários CDI em torno de 18,9% e calculando-se a valores atualizados com os mesmos juros daria: R\$ 228.801.712,00 extorquidos até 2005 de quase 1 milhão de internautas e empresas através de cerca de 3.470.678 boletins de extorsão. Garantem que tinham em 2005 R\$ 136.479.227,00 apodrecendo na conta, faltando em 2005 somente R\$ 92.322,485,00. Se incluir o 2006 a falta poderá ultrapassar os R\$ 130 milhões. Quem embolsou este dinheiro? Porque não foi para os estados? Porque o estado do Rio de Janeiro tentou obter a sua parte em 03/2003 de R\$ 10,8 milhões na Infovia.RJ (clique aqui) mas não conseguiu? (20/03/07)

Caso você tenha alguma denúncia relativo ao CGI.br encaminhe para a Procuradoria da República em São Paulo, Drª Zélia Luiza Pierdoná, Rua Pexoto Gomide, 768, 7º andar, CEP 01409-904, São Paulo – SP Ref. PAC 1.26.000.001756/2005-27 e mencione seu telefone ou e-mail: zpierdoná@prsp.mpf.gov.br - (11)3269-5000 ou no site www.prsp.mpf.gov.br. Clique aqui para enviar o seu e-mail ao Registro.br com cópia para a Polícia Federal, Câmara, Senado, MCT, TCU, TCM, TCE, Abusando e Ministério Público e com cópia escondida para diversos jornais e revistas. Em geral os jornais pedem nome do remetente, RG, endereço e telefone.

R\$ 15 milhões ano em salários e regalias. CGI.br confirma a expulsão da "atividade de registro" de dentro da Fapesp pelo TCE-SP Tribunal de Contas do Estado de SP a partir de início de 2002 clique aqui pg.5 e veja alguns comentários clique aqui. Mas parece que alguém chutou o TCE-SP para o escanteio pois o documento www.nic.br/contas (clique aqui) da ONG NIC.br cujos integrantes são também do CGI.br informa que a Fapesp extorquiu entre 2002 a 2005 pela "atividade de registro" R\$ 90 milhões (incluindo os juros). Muito estranho tudo isto pois a ONG NIC.br foi fundada em 6/1/2003 mas a ata da primeira reunião foi em 17/06/2005 clique aqui. Mas então quem pagou e recebeu aqueles salários e mordomias de R\$ 35.652.438,00 entre 2003-2005 listados no documento do NIC.br? Ao total entre 1998 a 2005 foram R\$ 55.603.008,00, mas quem pagou e embolsou tudo isto? Houve alguma licitação? Porque a UNIEMP do presidente da Fapesp está envolvido nos salários? Será que os principais integrantes do NIC.br clique aqui participaram? ou algum Conselheiro do CGI? ou foi somente o CGI.br clique aqui que são os mesmos conforme o estatuto Art. 8º do NIC.br? clique aqui. (13/04/2007).

Até as contas bancárias estão no mesmo banco e agência, veja só:
Fapesp - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
Banespa ag. 105 cc. 72400-2 CNPJ 43.828.151/0001-45
NIC.br - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
Banespa ag. 105 cc. 3917001-5 CNPJ 05.506.560/0001-36
Banespa ag. 105 13 003201-4 CNPJ 05.506.560/0001-36

Enquete: Quem você acha que ficaria preso? a) alguém (uns) que desvia R\$ 55 milhões, da uma rasteira na TCE-SP, ludé e trapaceia quase 1 milhão de empresas e internautas e acaba sendo denunciado ou b) alguém (uns) que com pouco estudo e devido a fome surrupia uma galinha e acaba sendo denunciado. (18/02/07)

Comunidade Linux excluído da consulta do Mega-leilão de 74 mil domínios, através do bloqueio do comando "whois" que pesquisa a quantidade de concorrentes de um domínio. O comando permaneceu bloqueado no momento mais importante do leilão, isto é na data final 25/02/2007 de 7:44 até o término às 15:00 horas. A mensagem "Taxa máxima de consultas excedida" pode ter duas origens: a) ultrapassou o limite de consultas no banco de dados, mas que pode ser resolvido de forma bem simples: dividir o banco em 24 pequenos bancos e fazer a consulta no banco correto conforme a letra inicial ou b) falta de dinheiro para comprar um PC decente. É também possível que tenham embolsado os R\$ 30 milhões ao ano e acabou faltando troco para comprar um PC melhor. Como pode o CGI.br simplesmente excluir determinados grupos do leilão? (25/02/2007)

CGI.br bloqueia no meio do Mega-leilão a consulta de nome empresarial dos concorrentes de um domínio. Em uma eventual disputa ou manipulação ninguém pode contestar quem ficará sendo o dono do domínio. Na prática esconderam em um outra tela secundária: clicando no botão "pesquisas" e a seguir NÃO se pode clicar no botão "Disponibilidade de Domínios - informa se um determinado domínio está disponível para registro" porque a resposta será o mesmo (este botão é só para enganar), mas sim clicar no último botão lá em baixo, bem no final, aonde diz "whois" e ainda digitar novamente o domínio. Além disto ao visualizar uma consulta o CGI.br apaga o log na sua máquina e ao tentar salvar a tela as imagens ficam incorretas. São técnicas para trapacear os internautas mantendo-os desinformado e sem provas (regras do leilão clique aqui) (25/02/07)

Em cada leilão fraudulento (clique aqui) que propicia receitas acima de 1 milhão de reais para CGI.Br o mesmo gasta uma nota em auditores para acompanhar o leilão tomando cafezinho na frente do micro. O que os auditores não sabem é que as maracutias (clique aqui, aqui, aqui e aqui) acontecem depois do leilão quando já foram para casa e embolsaram uma boa grana pelo serviço de dar credibilidade ao suposto leilão. Só a imprensa nunca foi convidada... e você pode imaginar o porquê? (9/9/06) Veja as maracutias do leilão anterior clique aqui.

CGI.br usa o Jornal Nacional para informar que através de uma Resolução solucionou o problema dos "espertinhos que registram marcas para depois vendê-los por milhões de dólares". É mentira! O assunto não tem nada a ver com a Resolução publicada no D.O.U. Veja a seguir. (27/03/07)

CGI.BR se atrapalha com o D.O.U. – Diário Oficial da União. Fato inédito no Brasil: "o CGI.br grupo anônimo vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia publica no D.O.U. Resolução 01/2006 que na realidade altera a resolução 02/2005 que por sua vez não foi publicado no D.O.U. e portanto não existe!" Com a pretensa alteração do inexistente o CGI.br, entre outras, "pretende-se autodelegar o direito para decidir" quem será proprietário do restante dos melhores e mais lucrativos domínios genéricos brasileiros na internet. Alguns genéricos valem mais de R\$ 130 mil cada. A fim de ludibriar os internautas não fazem lista de "reservados pelo CG", em "processo de transição para edu" e outros textos esquisitos. Por baixo dos panos, na calada da noite, eles vão liberando, como já aconteceu centenas de vezes. Clique aqui e veja todas as resoluções (27/03/07)

CGI.BR se atrapalha com o D.O.U - Além disto com a publicação no D.O.U. da resolução 01/2006 que altera uma resolução que não existe o CGI.br pretende oficializar as manipulações feitas desde o leilão de 12/2004 e nos sete leilões seguintes na qual o CGI.br já vinha manipulando a titularidade de domínios cujo nome seja similar a razão social. Veja esta denúncia grave de 09/2005 clique aqui. Milhares de domínios genéricos como dor.com.br, ervas.com.br, blog.com.br etc de alto valor monetário foram transferidos de titularidade. Veja também várias trapaceas feitas com a conivência da Fapesp por ordem do CGI.br, clique aqui. Mais de 500 mil empresas e internautas foram logradas com estas manipulações desde 12/2004. CGI.Br chega a incentivar o ridículo como a empresa Transas & Fodas Informática Ltda. disputando o domínio amante.com.br em 02/2006 clique aqui Agora veja a divulgação deturpada e inocente passada para a mídia em 2007 para encobrir e oficializar as maracutias clique aqui (18/02/07) (Voltar)

Ainda chamam de domínios abandonados, (clique aqui) sendo que na realidade a maior parte dos 74 mil domínios foram "surrupados" dos internautas com base na resolução 02/2005 que nunca foi publicado no D.O.U. (27/02/07)

Para esconder as transferências ilegais o CGI.br em 19/02/2007 simplesmente cancelou na consulta do domínio a informação de quem é o proprietário e quais são os domínios e tickets daquela empresa. Até a data da consulta foi retrado. Desta forma podem manipular a vontade todo e qualquer domínio no Brasil.

Mas isto não é tudo, veja esta: "a resolução 02/2005 que não foi publicada no D.O.U., mas somente em alguns jornais comuns já dá poderes suficientes para no Art. 13º cancelar a resolução 01/98 este sim publicado no D.O.U." (18/02/07)

Como pode o CGI.br publicar um texto qualquer no jornal, chamar de resolução 02/05 e com isto cancelar a resolução 01/98 publicada no D.O.U e ainda embolsar 30 milhões de reais (1 milhão de domínios x R\$ 30,00 / ano)?

Porque a resolução 02/2005 não foi publicada? O Decreto Nº 4829/03 com base no art. 84, VI, "a", da CF não permite "criar gastos" e para contornar a falta da publicação no D.O.U. só publicaram em alguns jornais comuns. Resultado "mais de R\$ 30 milhões (1.000.000 de domínios x R\$ 30,00 / ano) no bolso do NIC.br que são os mesmos do CGI.br conforme o estatuto do NIC.br (clique aqui), além de quatro leilões de domínios". (17/02/07)

Como eles conseguiram esta mamata sem licitação? Alguns integrantes do CGI.br (clique aqui) são funcionários do Ministério de Ciência e Tecnologia e conseguiram publicar no D.O.U. a resolução 01/2005 que no artigo 4º diz "o total dos valores ... será utilizado para o ressarcimento das

551
R

despesas tidas pelo NIC.br na execução das atribuições ... mediante prévia autorização do CGI.br: que por sinal são eles mesmos. Deste jeito eles conseguem fazer passar até um elefante pelo buraco de uma agulha. (17/02/07)

Como pode o CGI.br na Resolução 1/98 Art. 5º contrariar o art. 87, II, da CF a que alude a portaria nº 147/95 e o art. 84, VI, "a", da CFa que alude o decreto nº 4829/3 que recria o CGI.br, a criar aumento de despesas com uma "retribuição de manutenção de domínio" que durante 10 anos rendeu R\$ 250 milhões maculado sob a forma de "doação de anônimos" na conta da Fundação Estadual Fapesp? Nem Nota Fiscal forneceram por ser um serviço de carácter público. Quando a ONG NIC.br assumiu sem licitação veja resolução 01/2005 art. 1º, e mesmo assim somente após 8 meses é que começaram a fornecer Nota Fiscal. A receita deve ter aberto o olho, mas será que vão ter coragem para cobrar os impostos dos R\$ 250 milhões extorquidos? (18/02/07)

CGI.br perde ação judicial. Queixa-crime na 3. Vara Criminal Federal de Curitiba. CGI.br (com apoio do NIC.br) e com três advogados, os melhores do planeta, contra o Sr. Jan Struiving com somente um advogado Dr. Marcus Reis, mas muito bom! Veja www.jfr.gov.br processo 2006.70.00.009663-9 na qual ocorreu em 15/02/2007 a seguinte decisão de forma resumida: *Comitê Gestor Internet do Brasil não foi criado por lei, mas por decreto nº 4829/3 com base no art. 84, VI, "a", da CF... quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos... a legitimidade da propositura da ação sena do Ministério Público e não do Comitê Gestor... Rejeito pois a queixa-crime....* (17/02/07)

Segundo o processo, na véspera da audiência anterior de instrução e julgamento marcado para o dia 05/10/06 às 14:00 horas o Querelado sofreu um acidente, e devido a um entorse e distensão do tornozelo estava impossibilitado de locomover-se ao local da audiência que acabou sendo remarcado para 15/02/07. Parece que devido ao pouco prazo não foi possível informar o CGI.br. Na petição seguinte do CGI.br depreende-se que o mesmo reclamou dos enormes gastos com passagens aéreas para vários advogados e testemunhas e todos parecem que queriam "tirar o couro" do Querelado, pois entre outras sugeriram que o Querelado poderia ter ido de muletas ou cadeira de rodas para a audiência. Clique aqui e veja a audiência anterior (17/02/07)

Para enganar a Procuradoria da República em São Paulo que através do PAC - Procedimento Administrativo Civil de número 1.28.000.001756/2005-27 pretende apurar "eventuais fraudes em leilões de domínios na internet, irregularidades praticadas pela FAPESP e pelo Comitê Gestor de Internet Brasil (CGI), quanto à cobrança de valores de registro e manutenção de nomes de domínio, a aplicação e destinação do dinheiro arrecadado e ilegalidade do Decreto nº 4.829/2003", o Comitê Gestor Internet Brasil somente em 05/12/2005 (três anos!!!) após o pessoal do Registro.BR ser expulso de dentro da Fapesp pelo Tribunal de Contas do Estado de SP veja aqui agradeceu a Fapesp pelo serviço de extorsão (doação forçada ou perda do domínio) de 250 milhões de reais em 10 anos e transferiu "sem licitação" para a ONG NIC.br (de propriedade do próprio CGI.br (hehehehehe!) e alguns integrantes do governo (veja aqui e aqui) (12/12/06)

TCU - Tribunal de Contas da União. Devido ao enorme volume de recursos federais arrecadado pela CGI / Fapesp estadual foi ingressado com o processo TC 012.043/2001-5 para "apurar possíveis irregularidades ocorridas na prestação de contas dos recursos arrecadados com o registro de domínios na internet brasileira e para que fosse efetuada a fiscalização desses recursos". Consultando a tramitação no site www.tcu.gov.br percebe-se que o processo está durante 6 anos "deitado em larço esplêndido", à espera de uma decisão dos Ministros do TCU. Quem sabe algum dia... De lá para cá, graças a demora, entraram cerca de R\$ 200 milhões sob a forma de doação obrigatória (ou perde o domínio) na conta da Fapesp, iludindo mais de 500 mil internautas e empresas e a Receita Federal por não fornecer Nota Fiscal e não pagar imposto. A metade dos recursos arrecadados simplesmente sumiram, alertam outros processos judiciais e policiais relativo ao assunto. Suspeita-se que a lavagem do dinheiro foi feita entre 2003 e 2006 através de prestação de serviços quaisquer (sem licitação) para a Fapesp pela ONG particular chamada NIC.br de propriedade de integrantes do CGI.br e do governo e a UNIEMP de propriedade do presidente da Fapesp (22/01/07) C'que aqui para voltar.

A ONG NIC.br efetuou em 2006 mais 3 mega leilões de 60 mil domínios cada e sem que sequer fosse publicado alguma regra no D.O.U. e pior é que detectamos que as irregularidades vem aumentando nos leilões (para confundir chamam de "processo de liberação") Não se pode esperar muito de um grupo que publica uma suposta resolução 02/05 em um jornal comum o que confere poderes para até cancelar a resolução anterior 01/98 publicado no D.O.U. O próximo passo só pode ser publicar uma resolução e um papel higiênico usado e com isto cancelar a resolução publicado no jornal. Só conseguiram publicar no D.O.U uma das resoluções, a 01/05, em fevereiro de 2006 mas que permite eles mesmos embolsarem toda a receita da internet (total de R\$ 3 milhões / mês) em vez da Fapesp embolsar e sumir com o dinheiro. (12/12/06)

Afinal de contas, porque aplicar R\$ 30 milhões por ano em "inclusão digital" nos estados brasileiros mais necessitados se dá para sumir com a grana da conta da Fapesp (veja processo na 7 Delegacia de Polícia) ou contabilizar como gastos no milionário órgão arrecadador chamado "ONG NIC.BR" de propriedade deles e ainda com o apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia através da resolução 01/05 (clique aqui) ? (27/12/05)

Cuidado: Se você recebeu e pagou um boleto de registro e hospedagem (entre R\$ 38,00 a R\$ 318,00) com seus dados cadastrais incluindo o seu CNPJ e alguns com logo semelhante ao da NIC.br, a ação deve ser movida contra a ONG NIC.br. porque o mesmo vem divulgando todos os seus dados cadastrais na internet possibilitando o surgimento de dezenas de boletos deste tipo. Sempre tem alguém que acaba pagando e depois não consegue a devolução do dinheiro. Sendo que nem a Receita Federal informa o CNPJ de empresa com apenas o nome fornecido, isto demonstra a total irresponsabilidade da NIC.br, que segue orientação do CGI.br que são os mesmos (26/12/07)

O registro de domínios é um negócio ou uma atividade de utilidade pública? Empresas privadas disputam com Fapesp um mercado que rende milhões de reais em taxas anuais. Demi Getschko, do CGI.br - Comitê Gestor, disse em entrevista à Reuters que "o registro de endereços locais é um tipo de trabalho de utilidade pública, não é uma forma de negócio". Segundo ele, a maioria dos países mantém em suas mãos a coordenação dos domínios nacionais. Não há nenhum interesse de repassar para outras entidades" disse Getschko ao Assessor da Presidência da Fapesp (clique aqui) e a Fapesp deve continuar. (texto original 29/03/2001 clique aqui). Seis anos depois toda a receita anual de R\$ 30 milhões passa anualmente sem licitação para uma ONG particular chamada NIC.br de propriedade do Getschko e alguns integrantes do governo (veja aqui e aqui) segundo o estatuto Art. 6º da ONG (clique aqui) mas que só segue ordens do CGI.br também do Getschko. hehehehehe! (09/01/07)

É um direito seu exigir Nota Fiscal do CGI.br sobre tudo que voce pagou nos últimos 12 anos.!!! Clique aqui (9/9/06) Se não for fornecido Nota Fiscal você terá direito a receber de volta em espécie. E entre 5 a 20 anos por lei você pode exigir a devolução do dinheiro por não ter sido fornecida NF Solicite o seu logo porque a metade dos R\$ 250 milhões arrecadados sumiram e nem o Ministro da Ciência e Tecnologia soube explicar aonde foram, limitando-se a chamar o denunciante de irresponsável. (12/12/2006)

É até ridículo a cobrança do NIC.br de R\$ 30,00 por "determinação do Comitê Gestor conforme resolução 02/2005 publicada em 05/12/2005". Ora o Nic.br e CGI.br são os mesmos conforme o estatuto do NIC.br (clique aqui) como pode eles seguirem ordem dados por eles mesmos? Pior a resolução 02/2005 nunca foi publicada no DOU!!!! É só calcular: 1 milhão de domínios x R\$ 30,00 ano pingando sem esforço no bolso deles graças a resolução 01/2005. Decidem como CGI.br e embolsam como NIC.br (12/12/06)

Comitê Gestor Internet Brasil repassa informações sigilosas para a UOL. Dezenas de domínios de extensão blog.br, .vlog.br, .flor.br, .wiki.br registrados dia 21/10/2006 foram repassados para o robô do Servidor de Busca da UOL que em 10/11/2006 fez 8.309 consultas nestes domínios. Mas como estes nomes saíram do NIC.br e foram parar em 20 dias no robô do Servidor de Busca da UOL? A cerca de um ano um dos donos do CGI.br/Nic.br embolsou 25 milhões de dólares pela venda de um Servidor de Busca semelhante ao Google / Yahoo / Cadê e para cujo sucesso foi crucial ter acesso a todos os domínios registrados no Brasil. (detalhes clique aqui) Será que o Presidente do Conselho Consultivo da Abranet, ao qual a UOL esta filiada, que também é "Notório Saber em Internet" no CGI.br, Assessor do Presidente da Fapesp e ainda dono da poderosa ONG NIC.br pretende fazer o mesmo? (12/12/06) (voltar)

Existem quase 1.000 processos judiciais relativos a conflitos de domínios correndo contra a Fapesp, (já que o CGI.br não existe juridicamente), todos em absoluto segredo de justiça. Numa delas a Fapesp pretende penhorar bens como domínios da EBDI. Alguns destes domínios são de pomô. Será que o presidente da Fapesp pretende montar um bordel com estes domínios? Ele deveria gastar o tempo dele explicando aonde foram parar os R\$ 100 milhões que sumiram da conta da Fapesp, os leilões irregulares de domínios feitas pela Fapesp e porque a empresa dele a UNIEMP estava envolvida em pagamento de salários e computadores para o Registro.br (que era a Fapesp) se o CGI.br estava pagando R\$ 80 mil por mês para Fapesp = Registro.br pelo registro automático de domínios. Pior é que uma Fundação de Amparo aos Pícaras do Estado de São Paulo já extorquiu R\$ 40 mil da empresa paranense EBDI. Dinheiro que sumiu ... (12/12/06) Veja como foi fácil o CGI.br escapar durante 10 anos dos juizes nos processos judiciais. Nas palavras do próprio CGI.br: "Até início de 2003 existem cerca de 250-300 processos em que ocorreram contestações judiciais relativas a atribuição de nomes de domínio pelo Registro.br. A Fapesp é citada diretamente em apenas parte dessas ações judiciais e, até o presente (01/2003), não foi condenada em qualquer uma delas. Existe jurisprudência consolidada e amplo entendimento no sentido de que a Fapesp, que é a pessoa jurídica que dá suporte à operação do Registro.br, é apenas fiel depositária de informações prestadas pelos requerentes, que são os efetivos responsáveis pela veracidade das informações apresentadas no ato da solicitação do registro. Grande parte dos juizes aceita argumento e a maioria das ações termina de forma amigável." (10/06/2003 - Relatório final do Comitê Gestor interno (clique aqui). Obs. Todos os processos correm em segredo absoluto de justiça! Em outras palavras: como o CGI.br é uma entidade anônima e não existe juridicamente e a Fapesp é o Pontius Pilatus que lava as mãos e somente segue ordens do CGI.br ninguém é responsável por nada. Só não conseguem explicar quem embolsou a metade dos R\$ 250 milhões arrecadados..... com a conivência do TCU/SP - Tribunal de Contas do Estado de SP que só expulsou o Registro.br da Fapesp (clique aqui) mas não os depósitos milionários dos internautas durante 3 anos. (mais de 100 milhões de reais). (13/12/06)

No Brasil temos 1 milhão de domínios de internet cujos proprietários estão sendo extorquidos R\$ 30,00 cada, enquanto nos EUA a ICANN cobra

somente US\$ 0,25 (clique aqui). Andamos na contramão porque algumas empresas no exterior detêm até 5 milhões de domínios próprios, isto é 5 vezes mais que o Brasil todo, concluindo: Não crescemos porque a ONG NIC.br cobra 200 vezes mais do que a ICANN e pior dos 250 milhões recebidos no registro automático de domínios durante 10 anos, a metade esta apodrecendo e a outra metade sumiu! Lógico é que vamos ter 1 quinto de registros em relação a Alemanha e que tem apenas a metade da população brasileira (13/12/06)

No mundo 10 empresas de registros detêm cada um mais domínios que o Brasil todo e a divulgação feita por um empregado do NIC.br (clique aqui) que o Brasil é o sexto em registros no mundo é falsa. O correto é olhavo no mundo no ranking por país. Este mesmo empregado anda envolvido com depósitos irregulares (clique aqui) na qual o NIC.br pede para depositar na conta da Fapesp (clique aqui), não entrega o domínio, e ainda embolsa o dinheiro (clique aqui) e pior veja o nome dele envolvido na conta da Fapesp. (clique aqui) (13/12/06)

22. Leilão Benéfico de 60 mil domínios de Internet. Período 07/10/2006 15:00 a 22/10/2006 15:00. na qual estão liberando milhares de domínios surrupiados dos internautas (ex. locadora.com.br que mesmo pago ficaram com o dinheiro e o domínio) Participe, o seu domínio poderá estar sendo leilado pelo NIC.br com o apoio do MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia através da resolução 02/2005 que ainda não foi publicado no Diário Oficial da União. Toda a receita (estimada em R\$ 2 milhões) será embolsada conforme a resolução 01/2005 (clique aqui) pela ONG NIC.br formada por integrantes do governo. veja aqui e aqui) Para tirar a Receita Federal da jogada, parte dos depósitos são feitas na conta da Fapesp e contabilizados como doação, da mesma forma que os 240 milhões extorquidos dos internautas nos últimos 11 anos. (07/10/06) (voltar)

O CGI.br trocou em 06/2006 na consulta pública o texto: "O domínio xxxxx não pode ser registrado por estar reservado pelo CG" por "O domínio xxxxx não pode ser registrado por tratar-se de uma palavra reservada pelo CG". Foi uma alteração sutil mas que ficava chato com esta consulta pública feita em 2006-06-21 04:40:51 "O domínio prostituta.com.br não pode ser registrado por estar reservado pelo CG" O que o CG - Comitê Gestor quer com este domínio? Segundo a resolução 02/2005 que esqueceram de publicar no DOU, só em jornais comuns, eles se auto-delegam "Art. 7º - O CGI.br pode reservar a si, sempre, domínios que são considerados de interesse à operação da Internet brasileira e que não estejam atribuídos a ninguém"

Nos EUA o ICANN (órgão controladora de registro de domínios ligado ao Dep. de Comércio do Governo dos EUA), cobra US\$ 0,25 dólares de cada registro anual (clique aqui) No Brasil, uma terra de ricos, o correspondente CGI.br órgão de registro de domínios composto por alguns integrantes do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia (veja aqui e aqui) cobra R\$ 27,00 de cada registro e oferece R\$ 3,00 a provedores homologados. "O modelo americano é uma burrice. As empresas querem é faturar". declara o CGI.br do Ministério de Ciência e Tecnologia. (clique aqui) De fato a ONG chamada NIC.BR de propriedade particular do CGI.br (hehehehe) faturou mais de R\$ 20 milhões em 9 meses e a Fapesp mais de R\$ 240 milhões em 10 anos e nem o Ministro C&T soube explicar porque a metade sumiu e o resto está apodrecendo lá. (27/8/06) (voltar)

O CGI.br não confia nos datacenters brasileiros, não é atoa que usam o datacenter da HP - Hewlett-Packard (clique aqui) e tudo é controlado por uma empresa chamada Terremark do Paraguai, desculpe Miami (clique aqui). Constatamos que os e-mails do registro .br vem do IP 200.160.2.3 e o identificador de origem www.ipgeo.com.br detectou como "Provável ser fora do Brasil" ... Será que o CGI.br se instalou nas ilhas Caimans ou na Suíça? Só um Notório Saber em Internet para nos responder. (23/9/06)

Quem costuma apagar rastros na calada na noite? Com a Internet mudou a forma e o procedimento. Ao acessar um site fica uma cópia da página armazenado no seu computador local. No caso de uma simples consulta de domínio no site do registro.br ou documentação no CGI.br, nada fica no seu computador! a não ser que imprima! Caso detecte alguma inconsistência você não pode provar nada na justiça. Até os backups da Internet mundial no site www.archive.org foram bloqueados pelo CGI.br a partir de 3/2005 (23/9/2006)

O Comitê Gestor Internet Brasil, parece um "bazar de produtos" de tantos empresários entrando e saindo com produtos embalados em caixas com nomes estampados e saíram aparentemente satisfeitos após uma reunião em um sala qualquer do jurídico. Será que eles conseguiram o domínio? (22/9/06)

"Uma mão lava a outra e as duas depenam 960 mil internautas" é um dito popular que se aplica ao observar que o Sr. Antonio Tavares da Abranet (Associação Brasileira de Provedores de Acesso) foi colocado como Representante dos Provedores no CGI.br de propriedade do Demi Getschko e também na ONG NIC.BR de propriedade do mesmo Demi. A retribuição de favores veio logo com o Sr. Demi Getschko agraciado com cargo no Conselho Consultivo Superior da Abranet na qual o Sr. Tavares é o presidente. Clique aqui. Tudo através do voto e enquanto isto 960 mil internautas pagam religiosamente R\$ 30,00 para o CGI.br repartir entre os socios (clique aqui) usando a ONG NIC.br deles (clique aqui) (9/9/06)

Nas audiências judiciais, o Sr. Demi Getschko (CPF clique aqui), chega mal vestido aparentando para o Juiz como se fosse um pobre coitado acompanhado de 3 seguranças, desculpe advogados, mas no Registro.BR chega com cada carrão graças aos seus trintaó! (9/9/06)

Na principal audiência criminal do ano no dia 24/8/2006, na qual o Comitê Gestor da Internet no Brasil acusou o Sr. Jan Struiving de difamação no site interjuris protocolada na 3. Vara Criminal Federal do Paraná, estavam de um lado do tribunal 4 pessoas: o Sr. Demi Getschko preposto do Comitê Gestor Internet Brasil, o "sábio" Sr. Demi Getschko ocupante do cargo "Notório Saber em Internet" do CGI, (condecoração que o próprio Sr. Demi sugeriu e saiu rapidinho após declarar gastos de 22 milhões de reais) (clique aqui), também estava o Sr. Demi Getschko, Assessor da Presidência da Fapesp (clique aqui), acompanhado dos Srs. Demi Getschko, Membro representante do Brasil na ICANN (Internet Corporation for Assigned Name and Numbers) autorizado pelo Dep. de Comércio do governo dos EUA, o Sr. Demi Getschko, quase dono do Abranet (Associação Brasileira de Provedores) e o Sr. Demi Getschko, presidente da poderosa ONG particular NIC.br, acompanhado de 3 (três!!!) advogados, afinal o dinheiro público (os trintaões) de 900 mil internautas foi extorquido e tem que ser gasto de uma forma ou de outra e 3 advogados é uma delas!!! Do outro lado da mesa estavam o Sr. Jan Struiving (Proprietário da EBDI considerada pelo CGI uma firma falida após conseguirem em 2.000 extorquir 50 mil dela) ao lado de seu representante legal, o advogado Dr. Marcus Reis. Basicamente o Comitê queria que o Sr. Jan se retratasse no site interjuris.com.br e com o direito de ampliar a retratação no site do CGI.br. Como o Sr. Jan respondeu em tom bem claro e de fácil assimilação um sonoro "NÃO" foi então marcada outra audiência para o dia 5 de outubro de 2006 com a tentativa de um desfecho diferente daquele tentado pelo Sr. Demi Getschko na audiência do século (27/08/06)

Mas o CGI.BR existe realmente? "Embora não possua personalidade jurídica propriamente dita, é sem dúvida uma entidade jurídica e, nessa condição detentora de direitos e obrigações. E por ser uma entidade detentora de direitos e obrigações, em tudo se assemelha a uma pessoa jurídica". O próprio E. Supremo Tribunal Federal, na carta rogatória nr. 11.371, em que a Procuradora da República junto ao Tribunal Ordinário de Bolonha requeria fosse obtido junto ao Comitê Gestor da Internet no Brasil as informações relativas "a comunicação por meio eletrônico, visando esclarecer homicídio ocorrido na Itália, determinou, em data de 20 de fevereiro de 2004, que fosse expedida intimação, via postal, ao "Comitê Gestor da Internet no Brasil, na pessoa do seu representante legal, em Brasília/DF", reconhecendo, assim a representação legal desta entidade (doc nr. 05)". Este texto curioso escrito em 10/2005 pelo próprio Comitê Gestor consta nos autos do Juizado Especial Criminal nr. 2005.70.00.028397-6 de Curitiba. Pág. 3. Entretanto no doc nr. 05 consta claramente: "Este documento é válido apenas como informação, não produzindo efeitos legais". E ainda partindo na mesma linha de raciocínio, como o Interpelado nunca recebeu um comunicado do STF "o Interpelado não existe". Copiado do notificacao.html. Veja as perguntas clique aqui

Infelizmente o Dono da Internet no Brasil perdeu a melhor oportunidade da vida dele para esclarecer a 950 mil internautas, porque o Comitê Gestor pagava em 2003 R\$ 60 mil por mês para a Fapesp pelo serviço de registro automático de domínios (clique aqui) que por sua vez cobrava R\$ 2 milhões por mês dos internautas (R\$ 30 x 900 mil) e no meio disto o Sr. Demi declarou gastos de R\$ 22 milhões de reais sendo que os computadores e salários do Registro.Br eram pagos pela empresa UNIEMP de propriedade do Presidente da Fapesp (clique aqui) isto após o Registro.br ser expulso de dentro da Fapesp pelo Tribunal de Contas do Estado de SP Clique aqui (só esqueceram de expulsar os depósitos milionários que continuaram por mais 3 anos, uns R\$ 90 milhões (900 mil registros x R\$ 30,00/ano); as dezenas de leilões fraudulentos de domínios promovidos pela Fapesp, cada um com receita limpa de quase R\$ 2 milhões clique aqui e nem questionaram porque a Fapesp emitiu 3.470.678 boletos de extorsão ou porque o Sr. Demi do CGI.br, usando o argumento "gastos", sumiu com R\$ 22 milhões da conta da Fapesp.clique aqui). Segundo o relatório do Demi Getschko subentende-se que o TCE-SP só se preocupa com pessoas e tem ojeriza a contas. O CGI.br tentou enrolar os internautas (clique aqui) Mas afinal quem embolsou estes milhões? Só um Notório Saber em Internet para nos esclarecer, ou será que o CGI.br comprou o TCE-SP? (21/09/06) (voltar)

Presidente da Fapesp é cargo de confiança decidido pelo governador do Estado de SP.

Como sempre o Tribunal de Contas de SP nem percebeu que a Fapesp extorquiu, por ordem do CGI.br, R\$ 50 mil da empresa paranaense EBDI, sem contar as centenas de outras empresas brasileiras extorquidas. Pior após falir a empresa o Comitê Gestor anuncia em letras garrafais no site www.cgi.br sobre empresário paranaense em dificuldades, só não mencionaram que foram eles mesmo que extorquiram R\$ 50 mil do empresário (clique aqui). A reportagem foi feita pelo Sr. Demi Getschko, Diretor de Tecnologia do Agestado da Folha SP. Mas o CGI.br em vez de se preocupar com "meras recomendações" (parecer de procurador) na área de Internet preocupou-se em através da Fapesp e NIC.br a extorquir empresas e divulgar no site do próprio Comitê as empresas que conseguiram falir. Quem tem o poder de sumir R\$ 90 milhões pode fazer qualquer coisa.

Após 12 anos de extorsão o Comitê Gestor Internet Brasil descobriu que existe Nota Fiscal e que toda empresa paga imposto de renda. No início o Registro.br simplesmente informava no site que não emitia Nota Fiscal por ser uma doação! Os 3.470.678 boletos emitidos por uma década não eram

553
R

"taxas" (taxa tem que ser aprovado pelo congresso) mas uma "retribuição de manutenção" para a Fundação de Amparo ao Estado de São Paulo (Fapesp). Desta forma conseguiram por 10 anos ludibriar a Receita Federal e a TCU porque tudo foi contabilizado como doação (somente Fundação tem estas regalias, nem partido político tem) Resumindo: a metade dos R\$ 240 milhões sumiu e a outra metade está apodrecendo sem juros na conta da Fapesp. (27/08/06) (voltar)

Comitê manipula clientes de sites de hospedagem: "Tenho um micro empresa de hospedagem de sites (uma entre os 3 mil existentes no Brasil) e um dos clientes me ligou falando que não estava homologado! Fui verificar o cadastro da empresa dele no Registro.br e de fato o Comitê Gestor Internet Brasil vem tentando retirar os usuários da minha hospedagem e de milhares de outras hospedagens e incentivando-os a transferir para cerca de 1/2 dúzia de empresas de hospedagem coligadas a ONG NIC.br. Descobri que uma das empresas de hospedagem da coligação NIC.br foi homologado 7 dias antes (clique aqui e aqui) do anúncio público em 3/7/2006 (clique aqui e aqui) além disto não existe nada no D.O.U. sobre o assunto e nada sobre as regras de homologação, somente que se entrar no esquema deles ganho 3,00 de cada 30,00 reais extorquidos dos usuários mas fico sendo responsável por qualquer problema judicial em relação ao nome do domínio! Afinal de contas, com que direito o CGI.br / NIC.br vem tentando transferir os meus clientes para outra hospedagem indicada por eles?" (Rodrigo, 27/08/06) O Registro.br baixou em 7/2006 a extorsão do registro de R\$ 30,00 para R\$ 27,00 (clique aqui) mas apenas para provedores (clique aqui e aqui) que assumirem o ônus jurídico da escolha do nome de domínio. Como é o provedor que vai ter que cobrar do interessado, na prática quem vai embolsar os R\$ 3,00 é o banco através das despesas financeiras. (27/08/06)

CGI.Br envolvido na emissão de 200 mil Notas Fiscais Eletrônica - NFe "frias" e suposta lavagem de dinheiro, possivelmente R\$ 6 milhões por ano

200 mil Notas Fiscais "frias". Para cada domínio registrado hoje (em média 1 milhão por ano) a ONG NIC.br de propriedade do CGI.br emite NFe - Nota Fiscal Eletrônica de R\$ 30,00 e recolhe o ISS de R\$ 1,50 após 30 dias. Até aí está tudo correto. Mas, devido às normas criadas por eles, todo ano, cerca de 200 mil domínios são congelados e removidos por não pagamento da retribuição anual de extorsão de R\$ 30,00. Estes mesmos domínios acabam parando em até 3 a 4 milhões fraudulentos anuais de 70 mil domínios cada. Consultando várias NFes não pagas (clique aqui) constatamos que no site da prefeitura de SP, mesmo após 1 ano, não houve estorno das NFes. Quem explica isso? (21/06/07) Todas as empresas tem que extorquir porque o serviço não foi prestado. Só a ONG particular .br NIC.br de propriedade do CGI.br não precisa. Parece que o CGI.br vem dedando todos os endereços das empresas de SP na mira do imposto estadual e federal. É como se o banco fornecesse endereços de clientes para a prefeitura para conseguir créditos. Para contornar a ilegalidade todos os dados empresariais ficam sempre disponíveis publicamente na site do registro.br. O único que fornece publicamente a uma década o CNPJ a partir de algum dado qualquer é o CGI.br, nem a Receita Federal faz isto.

Nas NFes também não consta o nome do domínio (o mesmo domínio pode aparecer em até em 3 milhões por ano). Seria ilegal emitir 3 NFes de um mesmo serviço único cobrando os mesmos R\$ 30,00 anuais em cada? A solução do Comitê Gestor Internet Brasil foi eliminar o nome do domínio da NFe, para nestes casos a ONG deles poder continuar emitindo NFes frias a vontade e a Receita Federal e a Prefeitura de SP não descobrirem. (21/06/07)

Para quem não é paulista o crédito de ISS foi cancelado, o que é correto, afinal de contas quem mandou o internauta morar fora do município de São Paulo? (21/06/07)

Mas porque a ONG NIC.br está pagando a mais R\$ 300 mil em ISS por ano? São duas as hipóteses:

- a) alguém poderia requerer o estorno e embolsar o dinheiro enganando os outros sócios da ONG. Estranho porque mesmo após 12 meses a NFe continua disponível e com o ISS pago e não estornado (clique aqui). Ninguém quis embolsar R\$ 300 mil. As empresas sequer são informados que a NFe não tem mais validade e podem usar os créditos de ISS a vontade!
- b) suposta lavagem de dinheiro. Basta depositar R\$ 6 milhões sujos por ano na conta do ONG NIC.br que já está lavado e limpo e com ISS pago! Será que o Comitê Gestor Internet através da ONG deles estão lavando o dinheiro do pessoal do bingo? (21/06/07)

A ONG NIC.br já é suspeita de ter efetuado suposta lavagem de dinheiro entre 2003 a 2005, prestando serviços quaisquer para a Fapesp para poder liberar o dinheiro extorquido dos internautas (parte dos R\$ 240 milhões). Outra parte supõe-se que foi pela UNIEMP de propriedade do presidente da Fapesp (clique aqui) e envolvida em suposta lavagem de dinheiro simulados através de pagamento de salários e computadores para o Registro.br (atividade de registro automático de domínios) (clique aqui) enquanto a Fapesp extorquia R\$ 3 milhões por mês dos internautas com a mesma atividade. e o CGI.br declara que paga R\$ 60 mil por mês para a Fapesp prestar o serviço (clique aqui)! De qualquer forma a polícia já está averiguando os integrantes do CGI.br para descobrir quem (ou quais) conseguiram sumir com os R\$ 100 milhões. Clique aqui para voltar (20/06/07)

Cuidado para não ser enganado! A ONG NIC.br cujos donos são os mesmo que o CGI.br (clique aqui), costumam solicitar pagamento de domínios através de depósito bancário na conta da Fapesp! Apesar de ter feito o depósito de 120 reais no mesmo dia para 4 domínios, enviado o comprovante através do velho e arcaico FAX do Correios (não aceitam scanear e envio por e-mail), não devolveram dois deles e após reclamar levaram os outros dois. Resultado embolsaram R\$ 120,00 e ficaram com os domínios: locadora.com.br, materiaisescolares.com.br, fornoeletrico.com.br, fornomicronondas.com.br. Como a conta da Fapesp é uma doação enganaram também a Receita não pagando o imposto, mas será que enganaram até os próprios sócios do NIC.br ou todos os sócios participaram? clique aqui e conheça os sócios do NIC.br. (27/08/06) mais detalhes (clique aqui) (voltar)

Segue as contas corretas e evite também ser enganado pelo NIC.br:

Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo
Fapesp. Banespa ag. 105 cc. 72400-2 CNPJ 43.828.151/0001-45
Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR - NIC.BR
NIC.br: Banespa ag. 105 cc. 3917001-5 CNPJ 05.506.560/0001-36
NIC.br Banespa ag. 105 13 003201-4 CNPJ 05.506.560/0001-36

Palavras do CGI.br nos processos judiciais: "... o Comitê Gestor da Internet no Brasil CGI.br - representa um modelo de governança na Internet, pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da mesma". Só não informam que a única coisa que conseguiram publicar no D.O.U., Diário Oficial da União, foi a resolução 01/2005 (clique aqui) na qual se destaca um auto-embolsamento a título de gastos de R\$ 30 milhões / ano e a transferência de um serviço público para privado, sem licitação. Que a resolução 02/2005 nem existe, no D.O.U. e que a confusão maior se armou em 2007, porque os que estão lá dentro querem continuar na partilha por mais 3 anos (= R\$ 90 milhões) (clique aqui) e lógico estão melando a eleição, impedindo que alguém dos 220 empresários (clique aqui) consiga entrar através do voto ultra-secreto (14/09/07)

Aviso: Pretendem suspender as eleições 2007 CGI.br - Veja no www.abusando.info/blog - Dê a sua opinião!

Na resposta do CGI.br abaixo, após o CGI.br declarar que o "O prazo é muito curto. Estamos propondo reeleger os atuais representantes titulares ... para mais um mandato de três anos" (clique aqui), esqueceram do assunto principal chamado "mela eleição", não comentaram nada sobre o sumiço da metade dos R\$ 250 milhões; do embolsamento a título de gastos de R\$ 30 milhões anuais contrariando o decreto que criou o CGI.br, dos milhões irregulares (em cada um embolsam até uns R\$ 2 milhões) e sequer divulgam o resultado (regras veja aqui e aqui)... dos milhares de domínios genéricos transferidos para amigos, dos 200 mil Notas Fiscais frias emitidas; dos R\$ 300 mil pagos a mais em ISS o que permite lavar até R\$ 6 milhões de reais, basta depositar na conta que o ISS está pago e o imposto é isento..... Será que o CGI.br virou um centro de lavagem de dinheiro? A Abusando acha que não e que não fariam isto... Mas como eles mesmo declaram abaixo que o CGI.br não é perfeito, de vez em quando pode escorregar uns R\$ 120 ou R\$ 150 direto no bolso e ainda reterendo os domínios (clique aqui). enquanto isto 21 milhões de internautas ficam estarelecidos de tanto embolsamento. (14/09/07)

Não se pode esquecer que os integrantes do CGI.br/NIC.br atestam em ata notarial assinada em cartório terem pleno conhecimento das maracutais do CGI.br/NIC.br descritas neste site. A partir de 24/07/2007 às 12:43 SÃO TODOS CONIVENTES... e não podem alegar desconhecimento. Além de que acima de 3 é considerada um grupão

Denúncias contra CGIbr são falsas (por CGI.br)

Foi divulgada nas seguintes listas para mais de 30 mil pessoas.

To: frente-nac-sist-democ-rtvd@googlegroups.com ; fmdc-debates@yahoo.com.br ; Lista MNDH ; lacompartida@listas.hipatia.info ; Casa Maculnina ; televisao publica@yahoo.com.br ; Lista Política B ; Grupo Política B ; Lista Política BR ; setoresocial@yahoo.com.br ; Lista 3 Setor ; Lista Ditadura Civil ; Lista Dep. Federais ; Lista Senadores BR ; Grupo de Debates Políticos Brasileiro ; Lista Parayba-PB ; Lista Mente Estratégica ; educacaoparaopensar@yahoo.com.br ; estudantes_brasil@yahoo.com.br ; nossobrasil@yahoo.com.br ; Lista Polêmica ; acropolis@yahoo.com.br ; zumbi10rs@yahoo.com.br ; AbracaNac@yahoo.com.br
Sent: Tuesday, September 11, 2007 3:50 PM

554
R**Subject:** TVC - Membros do CGIbr divulgam documento: Denúncias contra CGIbr são falsas

Essas "denúncias" não surgiram agora. É fundamental entender a origem disso, e até entender por que sempre é o mesmo grupinho que faz as denúncias (o que já deveria levantar suspeitas sobre as razões reais disso).

Essas "denúncias" são parte de uma campanha feita por um grupinho empresarial do Paraná que teve seus interesses contrariados pela forma com que o CGIbr administra nomes e números no Brasil. Há alguns anos, esse grupinho registrou uma quantidade enorme de nomes de domínio (como é sabido, não há limite para o número de domínios que uma empresa pode registrar sob o mesmo CNPJ), com a intenção de tornar-se revendedores de nomes de domínio (os "registrars", intermediadores de domínios que parasitam o sistema no caso de domínios comerciais, como os gTLDs -- nomes de domínio globais -- e muitos domínios de países que optaram por transformar seus domínios nacionais em mercadorias, algumas vezes geridos por empresas estrangeiras, tal como se fossem gTLDs).

No Brasil não existem "registrars", há somente um "registry" (o registro.br) sem finalidade lucrativa que distribui os domínios sob o ccTLD ".br" com os cuidados necessários para que este seja preservado como a identidade do país na Internet, e para que não seja tratado como uma mercadoria. Quem vê um domínio ".tv", ou ".st", ".fm" etc, não sabe a que país se refere -- são domínios de países que viraram domínios comerciais globais, e seus respectivos países perderam sua identidade na Internet. Por exemplo, o domínio “tv”, hoje usado por emissoras de televisão, pertencia inicialmente à Tuvalu. O ".br", como o ".ca", o ".de" e muitos outros, são administrados com a visão de identificar cada domínio com seu país. É o ".br" vai além é administrado sem fins de lucro com a visão de bem da comunidade, com uma governança pluralista. Essa é uma conquista sacramental desde a criação do CGIbr em 1995, e aprofundada a partir de 2003 com a eleição dos conselheiros não governamentais por seus próprios grupos de interesse.

É claro que nada impede que duas entidades negociem entre si o repasse de um domínio de uma para outra, mas isso não envolve o CGIbr e não é homologado pelo CGIbr -- se houver problema nessa transação, nada o CGIbr poderá fazer para reverter o processo se a transferência do domínio seguiu as normas claramente estabelecidas pelo registro.br.

O fato é que, ao tentarem registrar um domínio, as empresas brasileiras muitas vezes percebiam que o mesmo já estava registrado por esse grupinho empresarial paranaense. Se não houvesse base legal para lutar pelo nome (como no caso de marcas registradas, nomes amplamente conhecidos como identificando determinada empresa etc), as empresas, ante o preço extorsivo cobrado por esse grupinho, simplesmente buscavam outro domínio similar disponível e o registravam pelo valor padrão anual do registro.br. Isso acabou levando o negócio do grupinho ao fracasso, e desde então eles travam uma guerra suja contra o CGIbr para tentar mudar radicalmente as normas -- idealmente simplesmente transformando o CGIbr em uma empresa negociadora de domínios, mudando as regras segundo os interesses do mercado e não do país.

A análise detalhada dessa saraivada de acusações totalmente infundadas toma tempo (trabalho que vem sendo exaustivamente feito pelo setor jurídico do CGIbr em vários processos judiciais sendo movidos contra o grupinho), mas alguns pontos são óbvios:

- Desde que o registro de domínios no país começou a ser pago, há cerca de 10 anos, com a administração feita por um projeto da Fapesp em acordo com o CGIbr recém criado, as contas desse processo são rigorosamente auditadas e publicadas.

- Com o início da administração de nomes e números pelo NIC.br, a partir de 2006, manteve-se rigorosamente o processo de auditoria -- lembremos que desde 2004 o CGIbr é uma organização pluralista com membros escolhidos por eleições de todos os setores (empresariais, acadêmicos e terceiro setor) -- seria muito ingênuo imaginar que todos estes membros, com essa diversidade, que são voluntários, estariam compactuando com as supostas irregularidades sistematicamente forjadas pelo grupinho ao longo dos últimos anos.

- Outras acusações, como a falácia que as liberações de domínios sempre ocorreriam em feriados, não se sustentam. No caso da liberação de domínios existentes, basta pegar um calendário e conferir, lembrando que esses processos de liberação não são feitos de surpresa em um único dia, mas seguem rigorosamente regras claras explicadas em detalhe no site Web do CGIbr. Isso incomoda profundamente o grupinho, que perde domínios por frequentemente usar CNPJs forjados ou "laranjas", ou por não pagar as anuidades devidas, e esses domínios entram no processo de liberação para que outras entidades possam usá-los (note bem: pagando apenas a anuidade padrão do CGIbr). Por exemplo, estou escrevendo em 10/9/2007, e o próximo processo de liberação ocorrer de 06/10/2007 às 15:00 a 21/10/2007 às 15:00 -- um total de duas semanas corridas -- e a lista de domínios disponíveis para liberação será publicada em 01/10/2007.

Informação, aliás, publicada claramente na página do registro.br. Mesmo com feriados ou fins de semana no meio (o que não é surpresa que ocorra em duas semanas corridas...), convêmamos: há tempo suficiente para qualquer empresa candidatar-se a um domínio disponível para liberação.

Em resumo, nada resiste às bravatas e acusações do grupinho. Para quem duvida e prefere acreditar em acusações completamente sem pé nem cabeça (basta ler em detalhe e prestar atenção para ver que são repetitivas, sempre a mesma coisa, e as "provas" são um amontoado de asneiras feitas para confundir quem não está informado sobre o que faz o CGIbr desde sua criação em 1995), basta verificar a abundante informação nos próprios sites Web do CGIbr.

Todos os conselheiros concordaram que o CGIbr deva mover ações civis e penais contra o grupinho, o que está sendo feito pelo CGIbr há algum tempo. Afinal, é a instituição como um todo que está sendo atacada, e não um ou outro conselheiro ou funcionário. Já houve condenações e ultimamente eles adotam inclusive o método de forjar e-mails de conselheiros para enviar mensagens com as mesmas denúncias de sempre (mas um ilícito penal), tendo inclusive movido seus sites Web para servidores no exterior, ao serem impedidos pela Justiça de mantê-los no Brasil.

Só esperamos que as campanhas dos candidatos de todos os setores aos cargos de conselheiros do CGIbr não adotem métodos similares, ou ecoem esse tipo de jogo sujo -- na verdade, com isso acabarão desmoralizados rapidamente e, se mesmo assim forem eleitos, terão que compartilhar a mesa com os outros conselheiros que estarão lá (tanto os de governo, que não serão trocados agora, como os que forem reeleitos) -- uma situação no mínimo constrangedora ante os fatos.

Não se ganha nada em remuneração financeira como conselheiro do CGIbr, apenas muito trabalho voluntário se quiserem participar a sério da governança da Internet no país.

Por fim, é importante dizer que o CGIbr não é perfeito (nada é perfeito).

Já conquistamos muita coisa (os projetos CERT.br, PTT.br e CETIC.br são bons exemplos), mas estamos em doloroso processo de separação da Fapesp (em que ainda retém os recursos excedentes do CGIbr, essenciais para uma política de apoio a projetos de alavancagem das TICs para o desenvolvimento humano no país) que ainda não se concretizou, e é preciso consolidar a legislação que deu vida a esta parceria pluralista única para a governança de um bem comum no Brasil, hoje considerada mundialmente como um modelo excepcional em seu campo, para que seja perpetuada e melhorada ainda mais.

Carlos Afonso

Mário Teza

Gustavo Gindre

Marcelo Fernander

Atuais membros representantes do Terceiro Setor no CGIbr

Comentários da Abusando:

Não adianta gastar tempo com lorotas. O público quer saber aonde foi parar a metade dos R\$ 250 milhões e porque a outra metade está apodrecendo até hoje! Se é que ainda existe... Que história é esta de 200 mil Notas Fiscais Frias e pagamento a mais de R\$ 300 mil em ISS. Veja o texto abaixo em negrito escrito pelo mesmo autor acima.

Em resposta a "Denúncias do CGIbr são falsas" a Abusando publicou "Denúncias do CGIbr são verdadeiras" clique aqui. Copie e reproduza nas suas listas ou no orkut.

Promessas Eleitorais 2003

Um pretendente ao CGI.br vivia questionando: A "destinação dos recursos arrecadados pela venda do serviço de registro de domínio"; chamava o Comitê Gestor de "um grupo de voluntários"; debochava da falta de transparência, "o processo de eventual criação dessa nova entidade (NIC.br), tem sido conduzido a portas fechadas, o que não chega a ser novidade" (clique aqui) E ainda "...lamento que não haja informações nos sites da Fapesp e do Comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino" e sobre o dinheiro que sumiu: "Precisamos ter informações sobre o que é feito com o dinheiro arrecadado". (clique aqui) . Mas depois que entrou em 2003 no seleto grupo do CGI.br (clique aqui) e a ONG particular Nic.br (clique aqui) e após 3 anos ter entrado outros R\$ 90 milhões no bolso do grupo, nada divulgou sobre o destino deste dinheiro e logicamente ainda co-assinou a permanência por mais três anos no "embolsamento" a título de gastos (clique aqui)

(voltar)

Três casos de sucessos na Internet:

1) No Brasil, em 1998, o Ivan Moura Campos, então coordenador do CGI.BR, declarou diversas vezes que CGI.BR pagava R\$ 60 mil por mês para a Fapesp pelo serviço de registro automático de domínios (clique aqui). Agora o CGI.BR pretende pagar R\$ 2 milhões (909 mil domínios x R\$ 30,00 / ano) por mês para o NIC.BR, uma ONG particular para realizar exatamente o mesmo serviço. e por um acaso Ivan Moura Campos também é Presidente do

555
12

Conselho de Administração do NIC.BR e por um acaso Ivan Moura Campos também é sócio fundador da Akwan/todobr um serviço de busca que foi vendido por estimados 25 milhões de dólares. *O segredo de um serviço de busca é ter acesso a todos os domínios existentes no Brasil de forma a ter o conteúdo mais completo.* Milhares de brasileiros tentaram criar serviços de busca nos moldes do Yahoo/Cadê/Google, 280 ainda continuam funcionando mas somente a Akwan foi vendida por um altíssimo valor no mercado. (clique aqui) Nem o elogiado Cadê conseguiu tal façanha.

2) No Brasil, o www.iti.gov.br ou www.iti.br, autarquia com todas as benesses do Governo, mantém o controle da idoneidade das entidades certificadoras para trocas de correspondência (inclusive bancária) utilizando-se da certificação digital. Para isso, o Decreto nº 3.587, de 5 de setembro de 2000 estabelece normas p/ a Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal/ICP-Gov. Você provedor ou contador pode também se tornar um agente certificador de chaves públicas! (clique aqui) Dezenas de empresas como Serpro e alguns Sebrae e Bancos pagaram R\$ 500 mil por isto. É só desembolsar este valor para o ITI do Sérgio Amadeu. Cheguei a imprimir o darf de R\$ 500 mil, só faltou é \$\$\$ para pagar. Não existe nada de ilegal nisto, é só pagar que a ITI solicita para a Receita inclui-lo como certificador E-CPF e E-CNPJ. Importante: No final de 2006 todas as empresas do Brasil terão que ter E-CNPJ por um custo R\$ 200,00 ou recebem uma multa de R\$ 500,00 da Receita. Detalhes, o também chamado PGP é um software simples copiado do americano e já usava pessoalmente para encriptar mensagens a 12 anos atrás na época de BBSs, precursor da Internet e sempre foi de graça!!!!

3) No Brasil, no término do governo FHC, prevendo a troca de turno, Demi Getschko teve uma idéia brilhante! Criar uma ONG particular chamada NIC.BR para que os membros fundadores pudessem receber eternamente a receita advinda da extorsão do registro automático de domínios. Primeiro propôs para si um cargo de Notório Saber em Internet e foi prontamente atendido após declarar um gasto de R\$ 22 milhões. Nos três anos seguintes outros R\$ 64 milhões entraram no sumidouro. Finalmente em 5/12/2005 foi coroado com êxito e conseguiu a receita de R\$ 1 milhão a cada 15 dias na continha da ONG particular dele. Estive até calculando: Uma necessidade rápida minha no banheiro, enquanto fico sentado e faço força, equivale a R\$ 1.041,00 pingando na conta do NIC.BR.

O que os três tem em comum? Nada, trabalham duramente no Comitê Gestor Internet Brasil e são eternos sócios fundadores do NIC.BR e cabe a nós 909 mil internautas pagar o jabá de R\$ 30,00 por domínio / ano. (voltar)

O Comitê Gestor se autodelega o direito de reservar domínios que são considerados de interesse à operação da Internet brasileira como: astrologia.com.br, bonecas.com.br, cachorros.com.br, cavalos.com.br, espiritas.com.br, bruxas.com.br, mensagem.com.br, b*ctas.com.br, prostituta.com.br, fantasias.com.br e outros. Veja uma lista de 270 domínios (clique aqui) que estavam no leilão fraudulento de 08/2006 (regras do leilão clique aqui) e agora encontram-se reservados para uso particular do grupo CG. A lista completa de mais de 8.731 domínios reservados para uso particular do CGI.br e e outros 4.380 que se encontram na transição para edu.br (como bonito.com.br que já apodreceu e está feio por estar a 6 anos nesta estranha transição) é o segredo mais bem guardado do CGI.br (esta lista nunca sai do bolso esquerdo do dono do CGI.br Demi Getschko).

O FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações que acumula cerca de R\$1 bilhão por ano foi criado para alavancar a inclusão digital e o acesso universal à Internet no país, através de projetos de instalação de redes em escolas públicas, nas unidades de saúde, em bibliotecas e centros comunitários, mas não interessa para o CGI.BR e para a Internet Brasileira. Motivo: daí nada pode escorregar no bolso.....

Conheça www.3reais.com.br a hospedagem mais barata do Brasil que fica nos EUA. Mas porque nos últimos 6 anos quase todas as hospedagens brasileiras foram transferidas para os EUA? Tem algo a ver com o CGI.br que passou 11 anos somente extorquindo e manipulando domínios?

21. Leilão Beneficente de 60 mil domínios de Internet. Período 03/06/2006 15:00 a 18/06/2006 15:00, na qual estão liberando milhares de domínios surrupiados dos internautas (ex. locadora.com.br que mesmo pago ficaram com o dinheiro e o domínio) Participe, o seu domínio poderá estar sendo leilado pelo NIC.br com o apoio do MCT - Ministério de Ciência e Tecnologia através da resolução 02/2005 que ainda não foi publicado no Diário Oficial da União. Toda a receita (estimada em R\$ 1,5 milhões) será convertida conforme a resolução 01/2005 (clique aqui) para a ONG "amigos do Demi no CGI.br" (clique aqui) segundo o estatuto da ONG (clique aqui). Para tirar a Receita Federal da jogada, parte dos depósitos são feitas na conta da Fapesp e contabilizados como doação, da mesma forma que os 200 milhões extorquidos dos internautas nos últimos 11 anos

Será que foi o próprio Ministro da Ciência e Tecnologia que solicitou a retirada no site do próprio Ministério da Portaria Interministerial CCIVIL/MCT nº 18, de 13.01.2004 que delega ao Demi Getschko dono do CGI.br e NIC.br superpoderes de "Notório Saber em Internet"? Outros textos que sumiram: Hackers invadem sites da Fapesp e da ICANN da IDG Now! (veja backup), e no Jornal do Brasil Rio quer relocação da receita dos registros de domínio da Internet - O montante, que pode chegar a R\$ 10,8 milhões, seria usado pelo projeto Infovia.RJ ... (veja backup) Tivemos que recorrer ao site www.archive.org, mantido pela Agência Nacional de Segurança dos EUA que através da máquina do tempo mantém várias cópias de tudo que existiu na Internet Um dia você também vai precisar disto, principalmente se for advogado, da polícia ou jornalista.

Você já parou para pensar quem é realmente o dono do seu domínio? e de outros 909 mil domínios e por consequência e-mails, loja virtual, site etc? Mesmo pagando a taxa de extorsão ao NIC.br empresa de propriedade particular dos integrantes do CGI.br vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, eles arranjaram algum motivo fútil para pegar de volta o seu domínio, principalmente se for um nome genérico de alto valor no mercado, como locadora.com.br, paineis.com.br, luminosos.com.br, vinil.com.br, sip.com.br, consultor.com.br, empregadas.com.br e centenas de outros. Seria algo semelhante ao Detran, caso você não consiga pagar o IPVA, eles invadem a tua casa e te tomam o carro!!!! No caso de locadora.com.br a extorsão foi pago na conta solicitada (da Fapesp e não do Nic.br) e mesmo assim o Demi Getschko dono do NIC.br e do CGI.br embolsou os domínios e R\$ 120,00 em dinheiro!!!! Para quem ao que tudo indica pagou R\$ 22 milhões pelo cargo de "Notório Saber em Internet" não se pode esperar outra coisa. Será que pelo menos ele repartiu os R\$ 120,00 e outros R\$ 40 mil que já pagui em retribuições com o restante do CGI.br?

Uma empresa, fabricante de shampoo, com sérios problemas de vendas estagnadas achou uma solução inédita: "aumentou 1 milímetro a abertura por onde sai o shampoo" Outra empresa chamada NIC.br, (clique aqui) com meia dúzia de funcionários mas com sérios problemas de caixa (só conseguiu R\$ 10 milhões limpinhos nos primeiros 4 meses de vida) continua com uma solução inédita em 4/2006, "cobrar 1 ano adiantado". clique aqui. (909 mil internautas se ferraram) mas a NIC.br não tem culpa é sem fins lucrativos (embolsam na hora e nunca sobra) e só segue ordens do CGI.br (que são os mesmos! segundo o estatuto do NIC (clique aqui) Conheça os integrantes do NIC.Br aos quais voce deve agradecer imensamente pelo fato de te deixarem pagar a retribuição R\$ 30,00 adiantado em 1 ano (clique aqui) e os que participaram da 1. reunião do NIC.br (clique aqui)

Alguém de Aracaju, mandou um boleto, não protestável, de R\$ 87,00 sugerindo registro do domínio nos EUA. Logo a seguir o Comitê Gestor Internet, através da sua ferramenta de extorção chamada NIC.BR, que por se situar um nível acima da justiça, para castigar, cancelou em 11/05/2006 "todos" os domínios (consequentemente e-mails, loja virtual, site etc) além dos dados cadastrais do CNPJ da empresa proprietária do boleto e enviou 909 mil e-mails para os internautas (clique aqui) Só não conseguiram apagar o CNPJ 05.974.117/0001-90 da Receita Federal e também não os domínios nicregistro.com e senic.com (clique aqui) na qual constam o nome e telefone do proprietário, por estarem registrados nos EUA!

O CGI.br em outras palavras, acusou-o de roubo de banco de dados através de SPAM para 909 mil internautas! Mas será que a base de dados foi usado por um dos donos do NIC.br para valorizar e atualizar o servidor de busca todobr vendido por U\$ 25 milhões de dólares? Pior houve situações em que 12 horas após o registro de um domínio surge um e-mail de Porto Alegre com uma proposta de registro do mesmo domínio com terminação ".com", desta vez a informação só pode ter sido vazado do CGI.br. Tome portanto cuidado ao fazer consulta de domínios no endereço registro.br.

HAHAHAHA... só dando risada...Veja este e-mail hilariante do Comitê Gestor Internet Brasil. "Constatamos sua inscrição no processo de liberação realizado de 04/02/2006 a 19/02/2006, através do ticket nº 26417980, para registro do domínio amante.com.br. Nessa ocasião, os tickets listados a seguir declararam possuir o registro de marca ou nome empresarial relacionado a este nome de domínio: TRANSAS & FODAS COM BR INFORMATICA LTDA ME" Em outras palavras NIC.br fará uma reunião para decidir se TRANSAS & FODAS será dono do domínio amante.com.br ou se amante.com.br ficará sem dono, isto é, sem amante até o próximo leilão de domínios. Para tomar decisões desta envergadura se auto-receitaram R\$ 1,2 milhões a cada 15 dias a partir de 5/12/2005 (voltar)

Veja uma notificação extra-judicial de um órgão inexistente chamado CGI.BR. Estranho já conseguiram extorquir R\$ 50 mil reais e ainda queriam saber dados bancários sigilosos de outra empresa!!! clique aqui.

Segue algumas perguntas estranhas que fizeram: Pergunta: "O Interpelado confirma que sumiram R\$ 110 milhões do Banespa agência 105, conta corrente nr. 72400-2, conforme declarado na aliena "k" item III, 6 acima?"

Resposta: "Esta conta bancária é da Fapesp e não do CGI.BR. Não pega bem o CGI.BR ficar xeretando contas bancárias de outras empresas. A não ser que o CGI.BR esteja acostumado a colocar a mão em contas bancárias alheias."

Pergunta: "O Interpelado confirma " o sumiço dos 64 milhões de reais do Comitê Gestor Internet" a que se refere a alínea "b" do item III, 6 acima?"

Resposta: "O Interpelado entrou com denúncia na Corregedoria Fazendária da Polícia Federal pois são muito forte os indícios de formação de quadrilha e estelionato no CGI.BR/NIC.BR/Fapesp além de indícios de crime contra o consumidor, crime fazendário e inconstitucionalidade na formação de órgão de cunho nacional" Pergunta: "Quais são as maracatuas praticadas pelo CGI.BR a que se refere a alínea "e" do item III, 6 acima?"

Resposta: "As denúncias encaminhados ao Presidente da República em 05/04/2005 e 12/04/2005 foram reencaminhados para o Ministério da Ciência e Tecnologia que em 28/04/05 reencaminhou para o CGI.BR (subordinado ao MCT), resultando em uma série de perseguições ao Interpelado Até o próprio Ministro chamou o Interpelado de "irresponsável", confirmou que os R\$ 100 milhões arrecadados no período FHC continuam parados na conta a 3 anos, mas não soube informar aonde estão os R\$ 84 milhões arrecadados no período do governo Lula. Se o CGI.BR recebeu as denúncias confirmado por

carta enviado pelo MCT em 28/4/05 para o próprio Interpelado porque pergunta novamente pelo conteúdo?" Será que o MCT fez de conta que mandou e não mandou ou o CGI.BR fez de conta que não recebeu mas recebeu? Sugiro uma acareação entre o Ministro C&T e seu subordinado Marcelo Lopes do CGI. Alguém está mentindo. Para mais perguntas clique aqui

Simplesmente não dá para entender: o Comitê Gestor Internet arma uma arapuca através da resolução 01/2005 que permite extorquir e embolsar 2,5 milhões por mês do internauta e ainda entra com "injúria artigo 140" contra quem denuncia a maracutia! Veja www.jfpr.gov.br/proc_nr_200570000283976 (clique aqui) e entraram com outro por "Difamação artigo 139" [proc nr_200670000096639](http://www.jfpr.gov.br/proc_nr_200670000096639). Como o dinheiro é "público de caráter privado e particular" podem entupir a Justiça com processos. Pague logo seus R\$ 30,00 porque Nic.br vai precisar de mais dinheiro além dos R\$ 9.966.760,00 embolsados nos 4 primeiros meses de vida. No momento precisam justificar gastos (lucro é quando sobra e a ONG é sem fins lucrativos) e portanto estão desesperados atrás de revistas, publicações ou projetos de internet para injetar dinheiro, desde que fale bem deles e possam gastar 1,2 milhões de reais a cada 15 dias

Num belo dia virtual, o Diretor de Tecnologia do grupo Agestado chamado Demi Getschko ordena a um jornalista a fazer uma entrevista com um empresário do Paraná chamado Jan Struiving e outra com mesmo Demi Getschko do CGI.br. O título ficou até curioso "empresário em dificuldades no Paraná..." e publicada num dos maiores jornais do Brasil. Só faltou incluir que antes disto, o Assessor da Presidência de Fapesp, coincidentemente chamado de Demi Getschko mandou a Fapesp, que só segue ordens do CGI.br do Demi, extorquir quase R\$ 50 mil em taxas de domínios deste mesmo empresário. Não satisfeito ainda mandou a Fapesp literalmente roubar centenas de domínios do mesmo empresário, (veja um caso aqui) e muitos até pagos (veja uma paródia aqui). Recentemente na empresa sem fins lucrativa mas que infelizmente já nasceu com lucro mensal de R\$ 2,49 milhões todo o mês, chamado de NIC.BR e cujo dono que conforme o estatuto (clique aqui) é Demi Getschko mandou seus funcionários surrupiar mais alguns domínios (pagos) do empresário em dificuldades. Curiosamente a reportagem do "empresário em dificuldades" foi parar no site do CGI.br, por ordem do dono do CGI.br Demi Getschko que conseguiu o cargo de "Notório Saber em Internet" somente após declarar gastos de R\$ 22 milhões. Mais tarde outros R\$ 64 milhões sumiram.

E você internauta o que faria? Se tivesse gasto quase R\$ 50 mil em taxas de domínios e posteriormente ter descoberto que não eram taxas mas sim doações anônimas, portanto livre de impostos, da receita, do TCU, auditorias etc e que a metade está apodrecendo na conta da Fapesp (Fundação de Amparo ao Estado de São Paulo) e a outra metade simplesmente tivesse evaporado?. Mas não se preocupe, tudo foi resolvido, a partir de 5/12/2005 cai direto no bolso dos donos do CGI.br. Veja as entrelinhas do www.nic.br/estatuto e das [resoluções](#) que você irá entender. Delegam tudo para a Nic.br que é deles. Simples não?

Você sabia? que a Fapesp emitiu 3.470.678 boletos com jabs de R\$ 100,00, 80,00 e 30,00 afirmando que segue ordens do CGI.BR? Após tantos boletos todos já sabem que a Fapesp é empregado do CGI.br de propriedade do Demi (graças ao sumido decreto ministerial) mas o Demi também é assessor do presidente da Fapesp o Sr. Carlos Vogt. Mas a Fapesp por sua vez é segundo 3.470.678 boletos empregado (segue ordens) do CGI.br do Demi. Será que o Demi é o dono real dos dois e o Carlos um fantoche?

Você sabia? que a partir de 5/12/2005 os integrantes do CGI.br, usando uma ferramenta de extorsão chamada de NIC.br emitiram em 4 meses 332.225 boletos de extorção embolsando R\$ 9.966.760,00?. Nada mal para meia dúzia de funcionários e tudo sem fins lucrativos. De qualquer forma 909 mil internautas são obrigados a calar a boca e pagar R\$ 30,00 por ano, graças a assinatura de Augusto Cesar Gadelha Vieira, Presidente do Comitê e publicado somente parcialmente em 14/02/2006 no D.O.U e a conviência do Ministro da Ciência e Tecnologia ao qual CGI.br em tese estaria insubordinado

Emprego Urgente!!! A fim de justificar o excesso de dinheiro recebido CGI.Br (= Nic.br) pagando altíssimos salários procura empregados na área de spam, desculpe antispam. Para evitar concorrentes bloqueamos em 12/2005 os domínios spam e antispam.com.br, sendo que a Associação Brasileira de AntiSPAM já foi detonado (clique aqui) e portanto detemos o monopólio na área com um nome exclusivo "antispam.br". Em breve também estaremos abrindo vagas na área de segurança na internet. Todos os hackers estão contratados (basta ficar em casa tomando chá e longe do computador). Ganhamos bem e podemos pagar bem!!!!. Nosso diferencial: "temos todas as empresas do Brasil na mão através do controle de domínio. Se alguém chiar desativamos na hora o site, e-mails, loja virtual etc. e conseguimos falir qualquer empresário, principalmente sendo do Paraná". Portanto clique em "Trabalhe no registro.br" no site www.registro.br e fique rico! Somos o Robin Hood da Internet, extorquimos R\$ 30,00 de 909 mil ricos e damos uma pequena parte para os pobres que são obrigados a trabalhar. O resto 96% são custos nossos (aqui no bairro Alta Floresta na rua Sherwood o caviar e o vinho francês subiram demais). Obs.: Oferta válida enquanto durar o link de "Trabalhe" no site www.registro.br. Se for retirado e você não tiver clicado vai continuar pobre como sempre..., infelizmente.....

Pérola do Mês 01/2006: Os integrantes fundadores do CGI.BR (clique aqui) decidem em SP na Av. das Nações Unidas, 11541, 7º andar sala nr. 06 o valor da taxa de extorsão de R\$30,00 por domínio e as maneiras que os domínios mesmo pagos podem ser retirados. Logo a seguir na sala 05, os mesmos integrantes (conforme o estatuto) passam o dia contando os R\$ 100 mil que pinga diariamente na conta do Nic.Br e como "castigar" os internautas através da manipulação de domínios. Eles se auto-delegaram o direito de cancelar seu domínio (e-mail, sites etc) sem prévio aviso (clique aqui)! Simplesmente, pedem por e-mail uma alteração no seu cadastro e se você não abrir o e-mail em 2 dias perde o domínio. Se também perder o site, loja virtual, e-mails e ainda tiver divulgado por anos e anos a fio o seu domínio, não adianta se lamentar o CGI.BR já conseguiu o que queria que era embolsar o seu dinheiro.

Nic.Br solicitou em 3/2006 por ordem do CGI.br (que são os mesmos) o depósito de R\$ 120,00 do pagamento de 4 domínios direto na conta da Fapesp, fugindo desta forma de Receita Federal ou de qualquer Auditoria ou TCU. Será que Harmut Richard Glaser, responsável pelo jabá de R\$30,00 extorquido de cada um dos 909 mil internautas, não leu o estatuto que diz "Os depósitos e a movimentação do numerário serão feitos exclusivamente em contas em nome do NIC.br" ou este dinheiro está sendo desviado para o bolso esquerdo (o direito não cabe mais) de algum barbudo.br ou barrigudo.br? Apesar do pagamento ter sido efetuado, Demi Getschko com bastante interesse no domínio locadora.com.br ordenou a não devolução deste domínio. Três semanas a seguir simplesmente pegaram de volta os outros 3 domínios. Resultado. O CGI.BR embolsou o dinheiro e ainda ficou com os domínios e ainda ter que gastar uns 4 mil reais em despesas judiciais para através da justiça conseguir reaver estes e outras centenas de domínios que o CGI.BR surrupiou, mesmo pagos!

Foi pago em 3/2006 a retribuição (extorsão) do 1.mês de 92 domínios. Mas a Fapesp insiste em extorquir 1 ano adiantado! Tente você cobrar um aluguel adiantado e qual vai ser a resposta? O mais estranho é que o Harmut Richard Glaser insiste que assine por escrito a devolução da Fapesp de parte do dinheiro. Mas ele não é empregado do NIC.br? Ou a Fapesp é usada para extorquir e NIC.br para lavar? (roupa, lógico! rsrsrsrs)

OSCIP - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público: segundo o estatuto do NIC.BR o mesmo anda com medo de perder o OSCIP e as regalias consequentes. "Art. 52 - Os bens adquiridos com recursos públicos oriundos de termo de parceria, eventualmente firmado com o Poder Público, serão transferidos à outra entidade qualificada como organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP, no caso de o NIC.br perder tal qualificação." Apesar de informarem no estatuto que tem Oscip não conseguimos localizar o NIC.br 05.506.560/0001-36 e Fapesp 43.828.151/0001-45 na lista de OSCIP (clique aqui) da Secretaria Nacional de Justiça. Além disto "a legislação que rege a qualificação como OSCIP preceitua que a entidade que tem, dentre as suas finalidades, a da prestação de serviços de educação ou de saúde, deve prestá-los de forma gratuita e com recursos próprios, sem condicionar tal prestação ao recebimento de doação, contrapartida ou qualquer outro equivalente" (e muito menos extorsão) É o que se extrai do art. 3º, incisos III e IV, da Lei nº 9.790/99 bem como do art. 6º do Decreto nº 3.100/99. Se a NIC.Br não tem e não pode ter OSCIP a mesma é considerada uma Sociedade Civil Particular de Amigos do Demi. Entretanto o CGI.BR no afã em extorquir cada vez mais, esqueceu que para tudo que se refere a serviços públicos deve haver licitação, mesmo sendo o grupo Amigos do Demi, e simplesmente transferiu sem licitação para si mesmo (através da NIC.BR) o serviço e a receita de 1 milhão de reais a cada 15 dias e ainda iludindo os internautas ao dar um caráter de "Interesse Público" na NIC.br. Veja e-mail enviado para o Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Justiça (clique aqui)

NIC.br nunca teve OSCIP, falsificaram o estatuto no Art. 52, só para enganar outras empresas que vão perceber que não tem Oscip somente na hora de doar o dinheiro, produto ou equipamento (com desconto no imposto de renda). Mas quando perceberem o Nic simplesmente mostra que conforme o estatuto pode ser usado uma empresa amiga que tenha Oscip (que depois transfere para eles). Deste jeito embolsam da mesma forma sem ter Oscip.....

Quem embolsou 22 milhões de reais? Alguns documentos internos do CGI.BR revelam que em 3/2003 III já tinha uma sobra de caixa (lucro limpo e livre de imposto por ser uma retribuição em forma de doação) de R\$ 86 milhões e ainda foram declarados como gastos R\$ 22 milhões. Logo a seguir o então Min. da Casa Civil, a pedido do Demi Getschko, abre um cargo chamado "Notório Saber em Internet" e empossa o Sr. Demi Getschko com superpoderes de "Notório Saber em Internet". Será que o cargo saiu por R\$ 22 milhões? Por estranho que pareça nos dois anos seguintes sumiram outros R\$ 64 milhões e nem o Ministro da Ciência e Tecnologia soube explicar aonde foram parar e limitou-se a chamar o denunciante de "irresponsável". Na mesma época em 2003 uma auditoria do governador Geraldo Alckmin decide que é incompatível com a Fapesp o serviço de Registro.br e coloca todos em outro lugar físico. Estranho mas a auditoria deixou somente a extorsão do Registro.br de 1 milhão de reais a cada 15 dias pingando na conta da Fapesp (longe da Receita Federal e do Tribunal de contas ou qualquer senador ou deputado) Mais estranho ainda é que o documento revela que os computadores e salários estavam sendo pagos pela empresa UNIEMP de propriedade do Sr. Carlos Vogt que por um acaso também é presidente da Fapesp e indicado pelo Gov. estado SP. para o cargo. Mas será que dos R\$ 22 milhões declarados como gastos em despesas não sobrou nem 1 milhão de reais para comprar na época pelo menos uns dois computadores e pagar o salário de meia dúzia de funcionários do Registro.br?

internauta, até um simples comprovante de depósito bancário, deve ser pelo velho e arcaico FAX e não pode ser escaneado e enviado por e-mail" O internauta deve procurar o Correio mais próximo, pagar uma ligação DDD e enviar por FAX. Enquanto o Brasil avança na Internet o Comitê Gestor Internet regride para o FAX.abolindo a internet! Clique aqui e conheça os integrantes que são a favor do fax e contra e-mails

NIC.BR anda escondendo alguma coisa... Todas as correspondências que vinham sendo assinadas por somente uma advogada identificada por extenso, agora não vem mais sendo identificada a não ser o nome do departamento e um rabisco qualquer.... (juridicamente falando o documento do NIC.br equivale a um papel higiênico usado) Por outro lado não aceitam nenhum documento somente com a assinatura do internauta (não vale nada!), mesmo estando o contrato social da empresa junto tem que ser reconhecido a firma em cartório e o contrato só se for com cópia autenticada.

"O Comitê Gestor da Internet Brasil decidiu que de agora em diante (mais precisamente, a partir de 4 de abril de 2002 as 12 horas) deixa de existir a restrição de um máximo de dez nomes de domínio por entidade. É uma boa notícia, na verdade essa restrição vinha atrapalhando, há anos, muitos projetos de informação via Internet que necessitavam caracterizar componentes de serviços com nomes específicos. Mas, por que isso foi decidido só agora, como foi decidido etc, são questões que ficam guardadas com o Comitê Gestor, um grupo de voluntários nomeados pelo governo federal que determina, em grande medida, as estratégias de desenvolvimento da Internet no país. Outras questões, como a destinação dos recursos arrecadados pela venda do serviço de registro de domínio, podem ser levantadas". Texto (clique aqui) de Carlos Alberto Afonso atualmente também um dos donos do NIC.br (clique aqui) e CGI.br. (clique aqui) Exemplo de transparência: o superpoderoso "Notório Saber em Internet", sugerindo ao Governo Federal pelo Demi Getschko do CGI.br interno (clique aqui pg. 8) saiu rapidinho após o Demi declarar gastos de R\$ 22 milhões sem licitações (clique aqui pag. 4), e que foi criado pelo Ministro C&T que escolheu o próprio Demi para o cargo (clique aqui). O Demi é vivo, pois sugeriu que o seu futuro cargo fosse "indicado pelo Governo Federal" em vez de ser votado como os outros integrantes, do CGI.br. Por garantia, o Demi também criou em 06/01/2003 uma associação particular chamada NIC.br CNPJ 06.506.560/0001-36, com participação dos donos do CGI.br e fundadores do NIC.br (antigos donos do CGI.br), conforme estatuto (clique aqui). Atualmente o NIC.br é propriedade particular dos "Amigos do Demi no CGI.br" (clique aqui) e a partir de 5/12/2005, ainda embolsam R\$ 100 mil por dia útil Portanto pague logo seus R\$ 30,00 por domínio / ano

"Já Carlos Afonso lamenta que não haja informações nos sites da Fapesp e do Comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino. Precisamos ter informações sobre o que é feito com o dinheiro arrecadado" - diz Afonso. Isto foi em 1999 (clique aqui) mas nada mudou após ele estar a 2 anos no CGI.br e também ser um dos donos do NIC.br (clique aqui) e neste período ter entrado R\$ 64 milhões e R\$ 10 milhões respectivamente!

-----2005-----copia do Interjuris.com.br-----

Mais uma denúncia: "Olá! Fui vítima dos vigaristas da Fapesp que alegaram que minha CNPJ, de uma hora para outra constou como errada no sistema sendo assim não me deram prazo para eu rever a papelada e me disseram que a solução era eu esperar cancelar os 13 domínios que continha, esperar liberar para registrar de novo. Agora estou no prejuízo enorme perdi domínios de clientes, um site com mais de 10000 visitas por dia e que gerava quase R\$ 100 em programas de afiliados por dia, um servidor de hospedagem que estava em primeiro lugar no google e credibilidade. Agora estou comendo o pão que o diabo amassou graças à esses fdp. Quería mais informações sobre o Registro de M..." O autor gaúcho do texto só pode ser fornecido judicialmente porque o Comitê Gestor Fapesp do Brasil só informa judicialmente quem eles induzem a fazer uma denúncia de suposta irregularidade nos dados cadastrais de forma a dar legalidade nas ações de surrupiar domínios dos internautas pelo Notório Saber do Comitê Gestor Internet Brasil. Clique aqui e veja quem foi o Assessor da Presidência da Fapesp que foi incluído no CGI.BR

O próximo golpe já está no forno: Mais de 32 mil domínios genéricos de altíssimo valor no mercado como abatedouros.com.br etc. estão sendo estocados durante 10 anos nas linhas Caimans.br sob o "carimbo" do código secreto "Reservado pelo CG". Alguns como antispam.com.br que estavam no último leilão foi para "o processo de transição de edu.br para caimans.br" e outros nem chegam lá, pois são desviados antes para empresas que tem muito dinheiro como o domínio kraft.com.br. Na hora H é só juntar uns acéfalos sob a batuta do Assessor da Presidência da Fapesp e mudar as regras do leilão de domínios incluindo um alto valor para o lance (de preferência pago antes). Após o leilão é só dissolver o CGI.br/Nic.br, cortar a barba e morar na Rússia.....

O Comitê Gestor Internet Brasil uma figura anômala? "... a pesquisa destaca também que o Brasil não possui uma agência reguladora para a Internet, existindo, em verdade, uma figura anômala em termos de Direito Administrativo, o Comitê Gestor da Internet, que, por sua vez, delegou poderes à FAPESP para promover a liberação de domínios na web. Não sendo o Comitê uma agência reguladora, nem autarquia nem pessoa jurídica com personalidade, tipifica-se a figura anômala" (veja aqui) Mas porque permanece anômala por 10 anos? Fica mais fácil lavar as mãos no sumiço de R\$ 84 milhões extorquidos dos internautas no governo atual como o fez Pontius Fapesp Pilatus.

Você sabia que o Detran não fornece o Renavan mesmo conhecendo a placa do carro? Também não fornece a placa do carro mesmo conhecendo o nome do proprietário? A Receita ou a Junta Comercial não fornecem o CNPJ e endereço mesmo conhecendo o nome da empresa? Que a divulgação indevida de CNPJ da empresa incentiva a falsários a criarem Notas Fiscais falsas como tem acontecido? E qual é o Comitê que NÃO divulga mais os Webdesigners e Provedores mas somente o CNPJ e endereço das empresas que tem domínios no Brasil só para poder surrupiar domínios genéricos de alto valor no mercado e principalmente de empresas paranaenses?

Tente enviar um e-mail com confirmação de recebimento para o registro.br, para ver se confirmam. Um amigo teve que entregar pessoalmente a documentação da empresa na Fapesp e quase brigou para conseguir um simples recibo de entrega. Um ex-funcionário da Fapesp, nos informou que todas as informações de quem doou R\$ 30,00 através de boleto são apagados do sistema.... Mas mudando de assunto, quem surrupia deixa rastros?

"... questionamento da autonomia da FAPESP para o registro de domínios. seria constitucional um órgão estadual ter autonomia para registrar domínios em abrangência nacional? O poder para realizar tais atos administrativos foi outorgado para o Comitê Gestor pela portaria interministerial MCMCT no. 147/95, de 31 de maio de 1995, que delegou a atribuição à Fapesp através da Resolução 002. Mas segundo a constituição Federal, só a lei pode criar direitos e obrigações (art. 5º, II da CF/88: "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"). Esta nova polémica surgiu recentemente, mas sem dúvida irá suscitar questionamentos jurídicos em um breve futuro." (clique aqui p/ ver Autora e texto completo)

"As cortes internacionais têm ensinado que não é adequada, ou não basta, a correspondência entre domínios e marcas" enquanto isto um barbudo da Fapesp inventa o "direito presumido" e decide quem pode e não pode ficar com o domínio no Brasil e ainda administra por ano uns 6 leilões fraudulentas de domínios. (clique aqui)

Porque Carlos Vogt, presidente da Fapesp e dono jurídico do registro.br, pode ter uma revista eletrônica www.comciencia.br com final .br e nós pobres internautas só podemos ter ".com.br" ou ".org.br", mas nunca ".br"?

Pior ainda, registrou uniemp.br, uniemp.com.br e uniemp.org.br em 02/2003 quando já existia a regra "Não é permitido registrar o mesmo nome em extensões diferentes" veja aqui. Pelo jeito a regra só vale para internautas idiotas como eu. Veja mais aqui:

Após a denúncia Fraude milionária em leilão de Domínios (clique aqui) a Fapesp finalmente informou publicamente a data do próximo leilão! Mas não na consulta do domínio o que seria lógico e sim em um lugar obscuro do site. A lista de todos os domínios que não passaram no leilão anterior só é divulgada 2 dias antes do próximo! Permitindo que domínios como spam e antispam.com.br, fiquem reservados para o próximo leilão e derrepente se encontram no estado nirvana de transição de edu.br para linhas caimans.br! Será que alguém manipulou? Eu NÃO acredito que o barbudo.br tenha manipulado, só se for outro barrigudo.br tentando mudar o spam.br para tunísia.br.

Conheça o "testamento do ineficiente Comitê Gestor da Internet" feita a dois anos atrás. Clique aqui

Participe, envie a sua denúncia para juridico@abusando.org para divulgação no caderno "Estelionato Legalizado"

Todos os 840 mil internautas que tem domínios e são extorquidos pela Fapesp sabem que no acordo Registro.br consta o CNPJ da Fapesp, no Boleto bancário também mas na Nota Fiscal não.... porque se negam a fornecer NF. Não são tolos.... Entretanto o domínio registro.br sempre esteve irregular. Primeiro durante 10 anos em nome de pessoa física (veja aqui) e agora em nome da empresa NIC.BR fundado pelos donos do CGI.BR. Na realidade isto é um truque para confundir um Juiz, na hora H é só mencionar que a ação de perdas e danos do internauta foi feita contra o CNPJ da empresa errada e terá que pagar todas as despesas judiciais novamente.

Por trás o internauta foi enganado pelo CGI.br: ele foi informado no acordo que o CNPJ do Registro.br é da Fapesp mas consultou o CNPJ do Registro.br no Registro.br que informou o CNPJ do NIC.br e não da Fapesp. Se ele quisesse o CNPJ correto do Registro.br teria que escrever Fapesp.br e não Registro.br no Registro.br.

Um gato pingado e barbudo, sentado em cima da metade de R\$ 200 milhões de reais extorquido dos internautas (a outra metade sumiu!!), garante que o "Modelo de Gestão de Monopólio e Extorsão de Domínios de Internet está sendo copiado por outros países". Manda alguns barrigudos para a Tunísia com assuntos sobre SPAM, enquanto aqui no Brasil o Sr. Demi Getschko da IG acaba com o Movimento Brasileiro de Combate ao SPAM.

558
R

Monopólio da Fapesp na berlinda. 22/01/2001- "Nos Estados Unidos o cenário era o mesmo - até o governo decidir quebrar o monopólio da Network Solutions. Atualmente, mais de 50 empresas têm autoridade para registrar os domínios .com, .org e .net, considerados internacionais. O Comitê Gestor parece decidido em manter o vínculo com a Fapesp. O presidente do CG, Raphael Mandarino, disse que o serviço é um dos melhores do mundo e que está, inclusive, sendo copiado por outros países. "O modelo americano é uma burrice. As empresas querem é faturar". (link). As empresas Fapesp e Nic.BR (de propriedade dos donos do Comitê) já faturaram cerca de R\$ 200 milhões, graças as nossas doações anuais de R\$30,00. Dinheirinho limpo livre de impostos e controle do TCU é só embolsar a metade.

O ministro da Ciência e Tecnologia não soube explicar aonde foram parar os R\$ 64 milhões extorquidos dos internautas e que sumiram no governo Lula. Confirmou os R\$ 100 milhões depositados na conta e ainda chamou o denunciante de "irresponsável" na Coluna www.claudohumberto.com.br (veja aqui). Deve ter sido mal informado pela Fapesp, porque no término do FHC já tinha R\$ 90 milhões na conta (veja aqui) e em 2 anos e meio de governo Lula, a juros de cdi (1,12% ao mês) teria aumentado para R\$ 122 milhões e não R\$ 100 milhões conforme o Comitê Gestor (veja aqui).

Se o Comitê Gestor não tivesse feito absolutamente nada no governo Lula (o que já teria sido muito útil para o Brasil) e também não extorquido nada dos internautas, teria R\$ 32 milhões só em juros em caixa além dos R\$ 90 milhões deixados pelo período FHC. Descontando uns R\$ 2 milhões para o pessoal do Comitê como uma super festa de 10 anos com: caneta laser de brinde, centenas de viagens para o exterior em especial Mar del Plata e ainda todo o mês R\$ 60 mil para a Fapesp (veja aqui) pelo péssimo serviço de registro de domínios no Brasil.

Só que o Ministro esqueceu que após o FHC nos 32 meses do governo Lula, graças ao decreto presidencial (veja aqui) continuaram sendo extorquidos R\$ 30,00/ano dos 800 mil internautas que tem domínios registrados, o que corresponde a um adicional de R\$ 64 milhões. O interessante é que no bolso do denunciante "irresponsável" não estão os R\$ 84 milhões! (64 + 20 dos juros) e destes o denunciante "irresponsável" retribuiu com R\$ 40 mil em doações obrigatórias para Fapesp e descobriu que tudo sumiu! Mas aonde estão os R\$ 64 + 20 milhões?

É um dever cívico denunciar qualquer maracutaia que esteja acontecendo com o dinheiro público. Foi o que o denunciante "irresponsável" fez ao encaminhar ao Presidente em 05/04/2005 e 12/04/2005 que reencaminhou para o MCT para análise e eventuais providências. No dia 28/04/05 o MCT encaminhou, rotulado como pizza, para o CGI.BR que chamou o laço Fapesp, especialista em amparo a pesquisa de pizzas para semanalmente azucrinar o denunciante "irresponsável" com solicitação de documentação por "suposta existência de irregularidades nos dados de cadastro" e sacanagens do tipo, "não recebemos a documentação enviada por sedex, envie de novo".

Na semana seguinte da declaração de "denunciante irresponsável" (3 a 6/10/2005), possivelmente por sugestão do Ministro da Ciência e Tecnologia, foram feitos doze pedidos de solicitação de contrato social de empresas com sites hospedados com o denunciante "irresponsável" como forma de castigo por ter denunciado o sumiço de R\$ 84 milhões no governo Lula. A declaração inicial do Comitê era com o dinheiro extorquido construir um prédio semelhante a do ex-juiz Lailau para abrigar os computadores, mas preferiu deixar em um data center da Hewlett Packard e controlado por uma empresa de Miami, e a Fapesp passou a se dedicar a surrupiar domínios genéricos, repassa-os para o CNPJ de um entreposto, uma panificadora em SP, que fica na esquina da mansão do "Notório Saber em Internet" e a seguir são vendidos no mercado.

Surrupiaando Domínios: O Comitê Gestor Internet, não satisfeito em somente extorquir R\$ 2 milhões todo o mês dos internautas, atua cada cada vez mais na transferência ilegal de domínios. Imprima detalhes de cada um clicando no: blog.com.br, dor.com.br, empregadas.com.br, arquipelago.com.br, empregados.com.br. Sem contar os sumiços dos contratos sociais enviados para a Fapesp!!! (clique aqui) além da reserva de alguns domínios estranhos como acougues.com.br, abatedouros.com.br, etc reservados pelo governo para abater partidos políticos..... (voltar)

O paulista Carlitos Vogal, funcionário gráudo e abastado pelo Registro.br (cnpj 43.828.151/0001-45), enjou de contar os dois milhões que pingam mensalmente pela fresta da porta dos fundos direto na conta Banepsa ag. 105 cc. 72400-2. Mudou de profissão e passa o seu tempo atazanando empresas paranaenses. Primeiro congelou uma série de sites como: Jornal do Bacacheri, Jornal do Boqueirão e dezenas de outras. Depois deu um jeito de surrupiar domínios genéricos de alto valor de várias empresas paranaenses. De tanto procurar achou um erinho num cadastro do domínio costelacolonia.com.br. O nome da empresa no contrato solicitado urgente pelo sedex consta "Restaurante Churrascão Colônia Múnci Ltda." e não "Costelão Colônia" como é conhecido e se não atualizar em dois dias perde o domínio e consequentemente o site, e-mails e toda divulgação feita há 4 anos em cima da sua própria marca. Basta não consultar o e-mail em 2 dias. Quem quiser consultar informações públicas sobre empresas vai no site da Receita e não da Fapesp. O bolso do paulista Carlitos deve estar abarrotado de domínios surrupiados. Só do Paraná foi um monte. Nos prazos costumam iniciar a contagem por e-mail algumas horas antes de final de sexta, início de feriado, natal, carnaval, ano novo ou em uma greve da Receita. Se o internauta não abrir o e-mail no feriado está lascado! Só não entendo porque andam envolvido com roubo de domínios de empresas paranaenses. O mais estranho é que quem define um cargo gráudo como a do Carlitos é o governador de SP.

Sobre os objetivos do Comitê Gestor Internet Brasil: ... O documento dos caras ignora solenemente a existência dos objetivos definidos para o Comitê Gestor (CG) pela Portaria 147/95, e parte para uma escancarada proposta tecnocrática, que concentra as atividades do CG exclusivamente no file da administração do registro.br (recolher dimdim) e procura promover uma inclusão digital exclusiva para seus companheiros de terceiro setor pois a participação direta do usuário-povo na tal da governança foi devidamente deletada da proposta. ... (texto completo e Autor)

O ministro de Ciência e Tecnologia Sergio Resende não parece muito interessado em averiguar o recente sumiço de mais de R\$ 64 milhões, assim como a extorsão de mais de R\$ 200 milhões de 800 mil internautas e em vez disto tenta calar o denunciante através do cancelamento do site www.interjuris.com.br por "suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro de domínio". Veja como funciona

Usando esta técnica a Fapesp já conseguiu surrupiar dezenas de domínios e ainda sistematicamente cancelar temporariamente vários sites de empresas paranaenses, mesmo estando com as taxas de extorsão pagas. Isto é parecido com as taxas de extorsão cobradas nas favelas em troca de proteção e no caso da internet em troca de um domínio. A diferença é que mesmo pago podem cancelar seus e-mails, sites e domínios a qualquer momento.

Anti-Spam: em outubro de 2000, a favor da IG, Demi Getschko do IG.br e Frederico Neves da Fapesp cancelam o domínio antispam.org.br e consequentemente a atividade do Movimento Brasileiro de Combate ao SPAM. Agora com quase R\$ 200 milhões extorquidos dos internautas contratam e pagam passagens internacionais para o empregado Henrique atuar na atividade Anti-Spam, ignorando o Movimento Brasileiro de Combate ao Spam.

Como ganhar periodicamente R\$ 2 milhões além dos 2 milhões extorquidos todo o mês? O Ministério das Comunicações enviou 2 representantes para garantir uma receita maior no bolso dos donos do Nic.br, diminuindo para 0 dias o prazo de divulgação do início do leilão de mais de 80 mil domínios. Isto interessa a milhares de internautas mas que são excluídos pela Fapesp por não acessarem a cada 15 dias o site www.registro.br que divulga o leilão que dura 15 dias. E mesmo que acessem ainda vão ter dificuldades em encontrar a lista completa dos domínios que fica propositalmente "meio" escondida. Veja o porque desta sujeira!

A Fapesp anuncia através do CGI.br mais um golpe de R\$ 4,8 milhões: a de "registro de domínios com acento". É fácil calcular: 800 mil domínios, sendo 20% com acentuação, perfaz um acréscimo de 160 mil domínios x R\$ 30,00 doados = R\$ 4,8 milhões/ano no caixa livre de imposto de renda ou qualquer controle federal ou estadual. É só por a grana no bolso!!!! (obs.: o uso do hífen já implicava em pagar dobrado).

"Isto é uma grande bobagem (o uso de acentos), é uma forma que o pessoal tem para ganhar dinheiro... Pode ser importante para países como China, Taiwan, com caracteres totalmente diferentes, mas não no Brasil. Isso tende a formar uma porção de lihas na internet", rebateu Demi Getschko". Veja texto. Pelo jeito os 4,8 milhões / ano falaram mais alto e mudaram a opinião do Demi após ele abrir a megaempresa NIC.br para receber os \$\$\$ de cada registro de domínio com acento!!!!

Dono do CGI.Br garante que os R\$ 2 milhões extorquidos todo o mês "pertencem ao Comitê Gestor e não à Fapesp, que se encarrega gratuitamente de todo o serviço de registro contábil. Os gastos são efetuados segundo regras rígidas estabelecidas pelo CG, e têm sido utilizados na aquisição de equipamentos de suporte à operação do próprio registro e no pagamento à Fapesp de R\$ 60 mil mensais fixos pelo ressarcimento direto de suas despesas, o que inclui, entre outros encargos, a manutenção da infra-estrutura correspondente". Veja o texto.

O domínio "registro.br" de propriedade particular de Frederico Augusto de Carvalho Neves conforme consulta em 10/01/2005, cadastrado irregularmente durante 10 anos seguidos, sem CNPJ e sem CPF, foi vendido para o megagrupo empresarial "Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR" CNPJ 05.506.560/0001-36 de propriedade de Demi Getschko que também acumula o título "Notório Saber em Internet" conforme portaria Interministerial. Paralelamente conforme declaração do próprio Comitê Gestor sumiram R\$ 64 milhões da conta e supomos que foi devido a compra do domínio "registro.br". Veja a foto dos responsáveis e os integrantes do CGI.br e alguns donos do megagrupo empresarial NIC.br. O valor ficou um pouco acima dos miseráveis 830 mil dólares pagos pela mulher do Bill Gates pelo domínio drugs.com (semelhante a farmacias.com.br).

Tem alguém mentindo... Em 2003 CGI.br informou que a Fapesp tinha extorquido R\$ 90 milhões dos internautas (clique aqui), so que em 2005 (32 meses depois), Marcelo de Carvalho Lopes, coordenador do CGI e secretário de política de informática do Ministério de Ciência e Tecnologia jura de pé junto que aumentou miseráveis R\$ 10 milhões (clique aqui). E o resto??? se a cada mês entram 2 milhões, fora os adicionais obtidos de 2 milhões em cada processo de liberação de domínio e ainda os que entram pelo fundo através da manipulação dos domínios.

Será que a Ministra Dilma Rousseff terá coragem para:

- 1) alterar o valor abusivo da ITI (ligado a casa civil) de R\$ 600 mil para R\$ 50 de forma que qualquer contador ou provedor de internet possa prestar o serviço de "chaves públicas" e consequentemente baixando o valor do CNPJ digital de R\$300,00 para R\$ 10,00 para todas as empresas brasileiras?
- 2) eliminar o ridículo cargo de *Notário Saber em Internet* no Comitê Gestor Internet (CGI.br) que só pode ser preenchido por um "assessor da presidência da Fapesp" devido a uma portaria Interministerial?
- 3) acabar com o NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36 cujos donos são os antigos proprietários do CGI.br?
- 4) redistribuir a receita dos estados para seus próprios estados em vez do decreto presidencial que define que a retribuição de R\$ 200 milhões vai para Fapesp e permite que outra parte vá para o bolso dos donos do NIC.br?
- 5) devolver os R\$ 200 milhões extorquidos pela Fapesp dos 800 mil internautas, por ordem do CGI.br?
- 7) devolver os R\$ 10 milhões para as 20 empresas que pagaram R\$ 500.000,00 ao ITI da casa civil?

Governo mostra rigor nas investigações de denúncias de corrupção no serviço público. *"Estamos investigando as denúncias de forma responsável, sem protecionismo, para responsabilizar os envolvidos, contribuindo, dessa forma, para a formação de uma cultura baseada na ética e na moralidade, indispensável ao fortalecimento das instituições democráticas do país"*, ressaltou o ministro do Controle e da Transparência, Waldir Pires. Interessante a divulgação do SECOM em 9/9/2005 entretanto fez a denúncia, por ser um serviço de "caracter público" conforme site registro.br, e veja o que aconteceu:

Após a denúncia ao governo das maracutais do CGI.br (Comitê Gestor Internet), o assunto foi parar no Ministério da Ciência e Tecnologia, que encaminhou dia 28/04/05 para o CGI.br. que tentou cancelar os domínios *kanopus.com.br*, *ebdi.com.br*, *interjuris.com.br* e outros através da "suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro blá blá..." Em vez do MCT verificar no bolso de quem foi parar os 100 milhões e as manipulações de domínios brasileiros pelo CGI.br, filial da Fapesp, simplesmente tentam calar o denunciante.....

Os 100 milhões de reais sumiram após uma portaria Interministerial, assinado pelo ministro, coordenado por Arthur Pereira Nunes, tel. (81) 317-7532), incluir um "assessor da presidência da Fapesp" como membro permanente no Comitê Gestor Internet (CGI.br), usando um argumento muito comum na época da idade média "Notário Saber em Internet". Infelizmente desconhecia o título real: NSEPB (Notário Saber em Encher o Próprio Bolso). Não é a toa que o CGI.br / NIC.br atuam com se fosse uma filial da Fapesp e a tendência natural é defender os lucros da Fapesp e o internauta que se dane.....já pagou os R\$ 30,00 anual.... se não pagar corta-se o domínio.

A ganância da Fapesp em extorquir o internauta chega a ficar ridículo. Primeiro enviam 4 e-mails informando o prazo de 30 dias para pagar a doação obrigatória anual. 4 x R\$30,00. Logo a seguir enviam outro e-mail informando o prazo de 5 dias, caso contrário perde os 4 domínios. Veja os e-mails. Pior que temos que se sujeitar a isto, porque graças ao Comitê Gestor Internet o monopólio de domínios é da Fundo de Amparo aos Picaretas do Estado de São Paulo. Resta um consolo porque um dos domínios é *raticida.com.br*, presume-se que é para comprar raticida usado para eliminar ratos por lá.

Ainda bem que 800 mil internautas pagam docilmente os R\$ 30,00 / ano e sustentam toda a maracutala, resultando em R\$90 mil pingando limpinho por dia útil na conta da Fapesp. Tudo manipulado longe da receita e do internauta. Um único mês corresponde ao valor que a Revista Veja noticiou de 1 milhão de dólares do Farc.

Para enrolar mais o sumiço do dinheiro os antigos donos do CGI.br criaram em 08/01/2003 uma associação particular chamada NIC.br CNPJ 05.506.560/0001-36, cuja má intenção já tinha sido denunciada em 23 de junho de 2001!. A técnica é simples: a Fapesp extorque dos internautas e repassa para NIC.br que pode fazer o que bem entende porque prestou um serviço qualquer para a Fapesp. Outra parte dos 100 milhões de reais que já sumiram supõe-se que foram para o PTT.br que é de uma empresa chamada Terremark do Paraguai, desculpe Miami (clique aqui) e usa o datacenter da HP (Hewlett-Packard). Pelo jeito os datacenter nacionais são péssimos demais. PTT.br quer dizer "ponto de troca de tráfego de empresas nacionais" mas que é controlado pelos EUA graças ao CGI.br.

A inteligência da Fapesp é realmente excepcional: caso o status do CNPJ esteja diferente de ativo na Receita Federal a empresa não pode ter o seu próprio domínio registrado em seu próprio CNPJ. Esta decisão ainda é apoiado pelo colegiado de acéfalos que compõe o CGI.br. Se voce não fez o imposto ou tiver alguma pendência com o leão o status do CNPJ fica inapto. A seguir você tem 5 dias p/ retirar os domínios ou perde tudo!. Veja aqui.

Os cariocas tentam reaver 18 milhões para aplicar no Infovia RJ em 2003. Clique aqui. Na realidade ficaram chupando dedo, porque dinheiro doado é doado, não se devolve! Ainda bem que os cearenses, mineiros, gaúchos, etc., não ligam para estes míseros valores e não precisam de verba para aplicar nos projetos de inclusão digital. Preferem que a metade dos 200 milhões seja aplicado em SP e não ligam se a outra metade sumiu....

A sociedade anseia por justiça "Os pequenos ladrões roubam um homem; os grandes roubam cidades e reinos; os pequenos furtam sempre sob risco; os grandes furtam sem temor; os pequenos - se furtam - são enforcados; os grandes furtam e enforcam". Artigo de Alberto Calisto Mattar Filho.

Muito bom o novo visual do registro.br da Fapesp. Pena que retiraram na parte da imprensa os comentários dos jornais aonde diz que a verba arrecadada se destina a construir um prédio para a Lacnic. Dizem as más línguas que é algo semelhante ao prédio do Lalau. Pelo menos o valor já é equivalente, só falta o prédio aparecer. O site já mostra a alteração para a Mega Empresa chamada NIC.br.

Muito boa a festinha dos 10 anos de Internet, regado com champagne importado e tudo pago por 800 mil inter-nautas. Se você doar logo seus R\$30,00 do domínio não irá se arrepender e poderá ver as fotos de outras festas.

Para cada R\$ 30,00 doados para a Fapesp: R\$ 1,00 são custos declarados, R\$ 2,00, custos do boleto, R\$ 12,00 ficam no Banespa ag. 105 cc 72400-2 para ser aplicado na inclusão digital em SP e R\$ 15,00 somem... Ainda bem que 780 mil internautas não sabem disto... Pague logo R\$ 30,00 para não perder o seu domínio.

Qualquer empresa de internet precisa de IPs (endereços de internet) que são fornecidos gratuitamente pelo Comitê Gestor Internet Brasil. Mas se falar mal do ITI.br, CGI.br, NIC.br e Registro.br = Fapesp, esqueça, é melhor fechar as portas e mandar os funcionários embora. Se é de graça não tem como exigir.... O jeito é ser conivente com as maracutais e ficar quieto.... Eu por exemplo, não consigo nem um pedacinho de IP.

O Governador, reclamou recentemente na mídia do Governo Federal reter míseros 50 milhões na conta bancária. Entretanto integrantes do Conselho Gestor da Fundação Fapesp indicado pelo governador, já conseguiram obter em doações forçadas mais de R\$ 130 milhões de todos os outros estados brasileiros para ser aplicado no inclusão digital no estado de SP. Dinheiro limpo. Não precisa ser lavado! Longe da receita Federal e Tribunal de contas. Portanto pague logo os seus R\$30,00 / anuais para não perder o seu domínio.

Não é a toa que trocaram o texto: " Não fornecemos nota fiscal por ser doação" por "Não fornecemos nota fiscal por ser um serviço de caracter público", (que nada tem a ver com o estatuto de uma fundação).

Os acéfalos do CGI.br resolveram em 4/5/2005, simplesmente cancelar a divulgação pública do endereço e telefone de cerca de 1 milhão de internautas, restando somente o da empresa. Qualquer pessoa com um pouco de inteligência iria acrescentar um botão no sistema aonde o próprio internauta decide se deseja ou não a divulgação do seu endereço e telefone, como acontece com uma lista telefônica. Por trás disto existe uma sacanagem maior que é obrigar as empresas a divulgarem o endereço que consta no CNPJ em vez do endereço de correspondência desejado. Se não o fizer perde todos os domínios!!!, como já ocorreu. Nem o boleto de doação bancária para a Fapesp não chega no endereço correto. Em geral o contato técnico do domínio é o provedor de hospedagem e este também deixa de ser divulgado na internet.

Solicitado a inclusão no Livro dos Recordes Brasileiro e Guinness: Maior valor extorquido ilegalmente no Brasil: R\$ 200 milhões pelo Comitê Gestor Internet Brasil. Maior valor parado por 3 anos com juros embolsados: R\$ 90 milhões na conta Banespa ag. 105 cc 72400-2. Maior valor sumido: R\$ 110 milhões do Banespa ag. 105 cc 72400-2 pelo grupo NIC.br/CGI.br/Fapesp. Maior número de internautas enganados a doar R\$ 30,00/ano: 800 mil. Empresa mais rentável com somente 2 funcionários: Registro.br com receita de 2 milhão/mês limpinho sem imposto

Voce sabe o que é domínio genérico? São domínios como *pao.com.br*, *queijo.com.br*, *farmacias.com.br* etc. e tem um alto valor no mercado por representar o produto e diminuir as despesas de marketing... Não é a toa que nos primórdios da internet a Sra. Getschko registrou *homemages.com.br*, ou que a esposa do Bill Gates tenha comprado o domínio *drugs.com* (equivalente a *farmacias.com.br*) em um leilão nos EUA, por 830 mil dólares!!!

Voce sabe o que é direito presumido? Caso voce queira um domínio genérico o Comitê Gestor Internet, consegue-o facilmente, desde que concorde com as maracutais da Fapesp. Veja por exemplo o domínio genérico *arquipelago.com.br* que foi para a empresa Arquipelago Engenharia enquanto o *arquipelagoengenharia.com.br* continua vago.... Foi uma das experiências de direito presumido homologado pelo CGI.br que deu certo... Qualquer provedor ou empresa de informática pode gerar chaves públicas. É um simples software inventado pelos americanos. Só que é ilegal!!!. Para ser legal tem que ser indicado pela Receita Federal que só indica empresas como Serpro e alguns Sebraes que pagaram R\$ 500 mil para o ITI.GOV.BR ligado a casa civil e ITI.br do Sérgio Amadeu do CGI.br e fundador do NIC.br. Até o final de 2006 todas as empresas brasileiras são obrigadas a terem CNPJ digital que requer uma Chave Pública que custa somente R\$ 300,00 ou se preferir a multa na Receita é de R\$ 500,00 !!! A decisão do empresário é simples: é melhor pagar R\$300,00 do que R\$500.

560
R

Não acredito... os acéfalos do CGIbr - Comitê Gestor Internet, levaram 10 anos e ganharam R\$ 200 milhões, livres de impostos federais, estaduais ou qualquer outro controle, para chegar à conclusão que "A Fapesp durante 10 anos não teve poder legal para representar o Comitê Gestor Internet" mas só podia recolher 200 milhões.

Fapesp sendo processada para devolver em dobro o que cobrou irregularmente. Se der certo são R\$ 400 milhões que voltam para os internautas.

Segurança Nacional na Internet implementado pelo CGIbr

Ao acessar uma página ou enviar um e-mail para outro ".br" ou para o Presidente da República peça a bênção para a Hewlett-Packard e Terremark do Paraguai, desculpe Miami (clique aqui).. Eles controlam todo o tráfego internet nacional. E por favor pague logo seus R\$ 30,00 para manter o Russo o maior tempo possível em Mar del Plata, diminuindo os prejuízos para o Brasil.

Como ganhar periodicamente R\$ 2 milhões além dos R\$ 2 milhões extorquidos todo o mês?

Simples, o russo da Fapesp cortou 41 dias no "processo de leilão de domínios" (de 02/04 a 17/04) sobrando somente 19 dias, eliminando desta forma milhares de internautas. Como a cada leilão são liberados até 80 mil domínios x a obrigação do internauta doar R\$ 30,00/cada, **resulta num lucro adicional de R\$ 2 milhões limpinho e sem impostos fiscais**. O leilão acontece mesmo 30 dias após a divulgação "A Fapesp perde o registro de domínio" que voltou para Nic.Br, fundado pelos antigos donos do CGIbr, perpetuando a extorsão.....

Os milhões de internautas brasileiros que acabam descobrindo tardiamente que o domínio desejado já está em mãos de terceiros, que se danem, pois são considerados tolos demais pelo grupo que compõe o Comitê Gestor Internet Brasil a filial mais rentável da Fapesp. Se bem que 99% dos integrantes do CG são somente figurativos, não apitam nada e o restante funcionários da Fapesp. Lógico, o controle tem que continuar em casa.....

Como eliminar concorrentes no leilão de domínios?

Clique no botão *ajuda Fapesp*, consequentemente a empregadinha da Fapesp elimina o seu concorrente por não conseguir enviar a documentação da empresa em 10 dias corridos a partir da emissão do e-mail. Alguns e-mails são enviados dia 27/12/2004 e o domínio cancelado por falta de documentação em 03/01/2005 às 7:54 da manhã, evitando o sedex 101! Só se for na China que isto dá 10 dias..... Só não entendo porque uma empregada da Fapesp tinha tanto interesse no domínio "empregadas.com.br". Graças ao nosso eficiente CGIbr: *"... a FAPESP resolveu unilateralmente converter o PTT, um serviço sem fins lucrativos que, tal como o próprio ccTLD, deveria ser considerado um bem público, numa operação empresarial, vendendo-o a uma empresa de Miami Terremark. Portanto, o principal ponto de comutação de dados do Brasil passou a ser operado por uma empresa norte-americana"....* (texto completo e autor). Fisicamente saiu tudo das dependências da Fapesp e mudou para o data center da Hewlett-Packard operado pela Terremark do Paraguai, desculpe Miami (clique aqui).. Pelo jeito a Fapesp considera as empresas no Brasil incompetentes demais até para manter um Data Center ou operar um serviço público ou andou escorregando alguns dólares no bolso do Fredi ou do Russo.... O CGIbr menciona somente o sistema Internet Software Consortium (pega mal mencionar uma empresa de fora), não mencionam valores e nem a petulância em informar as comissões pessoais não informaram....

O que fazer com o dinheiro extorquido?

Os R\$ 100 milhões que o CG jura de pé junto (a 3 anos seguidos o mesmo valor!) está na conta Banespa ag. 105 cc 72400-2, corresponde ao lucro da TV Globo em 1 ano. A diferença é que a última empresa milhares de pessoas e a primeira fica numa escura salinha em São Paulo e só requer duas empregadas. Mas, **onde estão os outros R\$ 100 milhões???** Já perguntei, e elas verbalmente informaram que "não sabemos, só alguns pingados acabaram sendo gastos em lanches e ainda acabamos esquecendo de pagar a conta de luz da salinha do CG". De longe via-se um homem barbudo sumindo furtivamente. Parecia ser um russo e estava com os bolsos transbordando uns papéis verdes. Uma caiu no chão e antes do vento levar, deu para ler claramente a escrita "In God We Trust" ("No trintão dos internautas nós confiamos").

Pérolas do mês:

"os gastos anuais com a manutenção do sistema de registro (incluindo mão-de-obra, software e equipamentos) somam aproximadamente R\$ 720 mil Descontada a taxa de inadimplência, que está em 15%, sobram R\$ 3 milhões para o comitê aplicar em projetos para o desenvolvimento da Internet em todo o país." Isto foi escrito em 1999!!!! clique aqui (agora são 200 milhões, isto é dos R\$ 30,00, R\$ 1,00 são custos e R\$ 29,00 são embolsados!!!!). Ainda bem que você e um dos 800 mil que pagam todo ano sem reclamar!, parabéns, continue assim! em vez de aplicar em algo útil como o Fome Zero aplicam no bolso da trinca do CG. "Já Carlos Afonso lamenta que não haja informações nos sites da Fapesp e do comitê sobre a arrecadação do dinheiro e seu destino. Ele afirma que, inicialmente, o site do comitê apresentava vários projetos de serviços, o que não acontece mais. Outra reclamação de Afonso se refere ao número de grupos de trabalho, que, segundo ele, vem diminuindo" Isto foi escrito em 1999!!!! clique aqui Nada a ver com o assunto, mas alguém já viu um ladrão declarar seus gastos?????" Falta só descobrir qual a empregada da Fapesp/Registro.BR ou do CGIbr que se beneficiou da transferência ilegal, a toque de caixa, dos domínios citados!!!! Isto foi escrito em 2005!!!! clique aqui

"Nos Estados Unidos existe a figura dos registrars (agentes), que remetem à base do registry (base de dados do DNS)." A base de dados a 10 anos cobra US\$6,00 por domínio e o Agente a partir de US\$6,90 (imposto incluso) do internauta. No Brasil o Demi Getschko deu um jeito de acabar com o Agente, para ficar tudo com a Fapesp, só esta brincadeira rendeu R\$ 200 milhões, que não são de ninguém e ainda acabou com centenas de empresas novas que poderiam ter surgido no Brasil, em vez de engordar o bolso da Fapesp Agora para esconder os 200 milhões mudaram o registro de domínios no Brasil, da Fapesp para Nic.br Na realidade ambos os bolsos, o da direita e esquerda estão lotados. Não precisam mais....

Você sabia que o Nic.BR foi criado pelos membros do antigo CGIbr e que com a transferência da Fapesp para o Nic.BR o controle acaba voltando aos membros do antigo CGIbr de forma a perpetuar a extorsão? E ambas não estão classificadas como Oscip "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", na Secretaria Nacional de Justiça e até o uso da palavra Fundação é ilegal?

Quem me garante que um hacker não conseguiu entrar nos computadores da Fapesp e tenha grameado ou desviado e-mails ou sites do mil.br, serpro.gov.br, caixa.gov.br ou outros? Veja como isto pode acontecer.... Mas não se preocupe. graças a Fapesp foi transferido tudo da Fapesp para a Hewlett-Packard e operada pela Terremark do Paraguai, desculpe Miami (clique aqui). e se houver algum desvio interno no Brasil será culpa dos americanos, segundo Pontius Fapesp Pilatus.

A profª Sofia Mentz Albrecht, em oportuno artigo "A Inconstitucionalidade da Regularização sobre Nomes de Domínio na Internet", entende haver inconstitucionalidade material e também formal na Resolução nº 01/98-CG, sustentando que "ao invés de criar condições reais de desenvolvimento tecnológico no meio eletrônico, produz empecilhos e dificuldades cada vez maiores para que o mercado brasileiro possa verdadeiramente estar conectado com os demais, no mundo globalizado de hoje". E prossegue, justificando que há vício de origem na Criação do Comitê Gestor, pois afronta o disposto no art. 87, parágrafo único, II da Constituição Federal, pois compete apenas ao ministro de Estado (...) expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; que há afronta ao Princípio da Legalidade, insculpido no art. 5º, II do mesmo Diploma; e quanto à competência, acertadamente aponta que apenas a União poderia legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, nos termos do art. 22 da Lei Maior. Por conseguinte, também a Portaria nº 147/95-MC/MCT estaria evadida de vícios (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

Em breve - denúncia grave sobre a ITI (Chaves Públicas), CGIbr e Demi. Digite www.iti.gov.br, www.ni.br e a filial da ITI. <http://www.receita.fazenda.gov.br/Imprensa/Notas/2004/dezembro/21122004.htm> e vá calculando R\$ 200,00 x todas as Empresas do Brasil nos cofres do ITI do Sérgio Amadeu. Aquilo que sempre foi de graça, agora tem que ser pago no país com o menor imposto do mundo! Obs.: iti.gov.br é ligado a casa civil.

No Brasil, o Governo quer controlar o controle da idoneidade das entidades certificadoras e realizar trocas de correspondência (inclusive bancária) utilizando-se da certificação digital. Para isso, o Decreto no 3.587, de 5 de setembro de 2000 estabelece normas p/ a Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal/ICP-Gov

Você também pode se tornar um agente certificador de chaves públicas!!! 20 empresas como Serpro e alguns Sebrae pagaram R\$ 500 mil por isto. É só desembolsar este valor para o ITI do Sérgio Amadeu. Veja os riscos

O eterno Diretor-Presidente do ITI (Sérgio Amadeu) poderá "requeritar, para far exercício exclusivo na Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, por período não superior a um ano, servidores, civis ou militares, e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta ou indireta, quaisquer que sejam as funções a serem exercidas". Veja o MP 2200-2 da época do FHC. Mesmo tendo empregados de graça e podendo usar parte das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia ainda cobra 500 mil de 20 empresa

Links úteis:

05/09/2005 - Irregularidades na liberação de domínios. "blog.com.br" e "dor.com.br"

56J
R

01/04/2005 - Comitê Gestor em reunião oficial garante a extorsão de mais R\$ 1,4 milhões. (**novo**)
 23/03/2005 - De onde vem o poder da Fapesp? (**novo**)
 08/03/2005 - A Fapesp perde o registro de domínio (ladainha que escuto a 4 anos...)
 16/03/2005 - Comitê Gestor Internet Brasil - aprova roubo de domínios. (**novo**)
 23/02/2005 - ONU quer encerrar a briga pela Internet
 14/01/2005 - Chit... a Fapesp - Registro.Br andam acéfalos... Veja porque...
 11/01/2005 - Os lordes do Conselho Superior da Fapesp. - Jan/2005
 08/01/2005 - Comitê Gestor Internet Brasil mantém sites irregulares. (**alterado**)
 08/01/2005 - Enquete CGIbr: Ronald Bigs ou Demis Gorbachev no ICANN?
 30/12/2004 - Fapesp contrata empregada para atazanar internautas.
 30/12/2004 - A manipulação de domínios no Brasil. (**outra denúncia grave**)
 23/12/2004 - A regulamentação da Internet no Brasil. (**importante**)
 23/12/2004 - Atuais membros do Comitê Gestor.
 21/12/2004 - Registro.BR pode desabvar o seu domínio a qualquer momento! (**o país registro.br**)
 29/11/2004 - CGIbr viabiliza Projeto PTT-MetroSP através da rede da Iqara Telecom (com \$\$ dos outros estados)
 18/11/2004 - Fapesp solicita a sua esmola de R\$ 30,00
 01/11/2004 - O controle Namespace no Ciberespaço.
 19/09/2004 - No caso da Internet o conceito de governo é inaplicável- Diego Saravia
 26/08/2004 - A ICANN e o 'governo' da Internet - A ICANN deve ser eliminada... Enrique Chaparro -
 21/07/2004 - O complicado mundo da ICANN - Carlos Afonso RITS
 27/04/2004 - A mãozinha do Demis Gorbachev manipulando o CGIbr.
 18/04/2004 - As maracutais no Registro de Domínios no Brasil
 11/03/2004 - Fapesp - Entidade responsável pelo registro de nome de domínio no Brasil
 03/02/2004 - Reservas de domínios inexplicáveis pelo CG
 09/01/2004 - O Comitê Gestor da Internet no Brasil (Por Karina Florini)
 09/12/2003 - Ataque de engenharia social aos usuários do Registro.br.
 22/10/2003 - A evolução da Internet no Brasil e a dificuldade de sua regulamentação
 17/06/2003 - COMITÊ GESTOR - Conciliábulo de lordes e o povaréu (**... ***)
 10/06/2003 - Relatório final do Comitê Gestor Interino (*)
 09/06/2003 - Votação pela web, mas com cadastro (64 milhões em caixa)
 09/06/2003 - Comitê Gestor faz proposta
 05/06/2003 - Congresso cria regras para registro de domínios na Web
 01/06/2003 - Governança da Internet.BR
 01/05/2003 - O Comitê Gestor vive em um limbo jurídico. ... tecnicamente é um projeto da Fapesp...
 24/04/2003 - Rio quer relocação da receita dos registros de domínio da Internet (mas os 10 milhões ficaram em SP!!)
 14/03/2003 - Simulação de Voo para registrar um domínio
 14/03/2003 - Por uma Internet democrática
 06/03/2003 - A reforma do Comitê Gestor da Internet no Brasil
 22/02/2003 - ICANN vem ao Rio de Janeiro
 07/02/2003 - Brasil tem o registro de domínios mais barato do mundo + (jonline)
 * Notícia falsa! US\$6,00 é menor do que R\$30,00 Clique aqui..
 12/11/2002 - Comitê Gestor e o Registro de Nomes de Domínios
 24/10/2002 - Senador quer criar regras para registro de domínios
 27/08/2002 - Advocacia, Ética e Nomes de Domínio na Internet
 17/06/2002 - O registro de domínios na Internet
 10/04/2002 - O futuro da Internet - Uma nota sobre controle social e gestão da Internet
 09/09/2002 - Militantes e política cercam papel da ICANN
 28/02/2002 - Registraram o domínio da minha empresa... E agora?
 28/09/2001 - Empresas abrem guerra ao Comitê Gestor da Internet ...
 23/07/2001 - A Fapesp prepara-se para abandonar a tarefa de registrar domínios no Brasil
 23/07/2001 - A briga pela receita de mais de R\$ 23 milhões já começou
 19/06/2001 - Critérios para registros de domínios desagradam
 29/03/2001 - Empresas privadas disputam com Fapesp um mercado que rende milhões de reais em taxas anuais
 19/03/2001 - O Direito de Arrependimento nas compras pela Internet
 16/03/2001 - Um "screenshot" dos nomes de domínios no Brasil
 13/02/2001 - Fapesp não deve continuar como responsável...
 14/11/2001 - Hackers invadem sites da Fapesp e da ICANN
 13/11/2001 - ICANN é pressionada a identificar pessoas na Web
 00/03/2001 - Raphael Mandarino Junior defendendo o cofrinho de milhões de reais do CG
 00/03/2001 - Dono do CGI.br garante que paga a Fapesp R\$ 60 mil/mês pelo serviço de domínios
 29/03/2001 - Empresas disputam com a Fapesp um mercado que rende milhões de reais em taxas anuais.
 20/03/2001 - Domínios geram disputa no Brasil
 22/01/2001 - Monopólio da Fapesp na berlinda
 15/11/2000 - Aspectos do comércio eletrônico aplicados ao Direito Brasileiro
 23/10/2000 - Um episódio lamentável, que joga lama na imagem do Comitê Gestor, da FAPESP e do Brasil
 03/09/2000 - O monopólio da Fapesp O cartório da Internet é a Fapesp.
 18/01/1999 - Custo.com.br (**vale a pena: ver !!! **) Forum - aonde a Fapesp está aplicando R\$1,8 milhões / mês cobrando taxinhas de R\$30,00 x 700 mil domínios? Clique aqui!!! 01/07/1999 - O caminho da Internet no Brasil

Voce sabia que com 3 alterações no CGIbr - Comitê Gestor Internet Brasil, eliminando uns cancros, que somente atrasaram a Internet Brasileira em 10 anos em benefício próprio, poderia haver luz no fim do túnel???

A publicação TI & Governo publicou, no dia 08/03/2005, notícia sobre a Internet, transcrita a seguir:

A Fapesp perde o registro de domínio - O Comitê Gestor da Internet aprovou, na sexta-feira, 04, a criação de uma entidade que vai assumir o controle do registro de domínio.br, trabalho executado atualmente pela Fapesp. A entidade deve se chamar NIC.Br (Núcleo de Integração e Coordenação), e já nasce com as características para obter o registro como Oscip. Com a entidade, a Internet brasileira terá um quadro institucional mais estável para o registro de domínio. A Fapesp começou a registrar os domínios provisoriamente até que fosse encontrada uma solução. Mas isso tem vários inconvenientes, porque a Fapesp não tem poder legal para representar o comitê da Internet, explica Antônio Correa, coordenador interno do Comitê Gestor da Internet. Segundo ele, agora será negociada a transição com a Fapesp e tomadas as providências para colocar a nova entidade para funcionar.

Não acredito... os acéfalos do CGIbr levaram 10 anos e ganharam R\$ 200 milhões, livres de impostos federais e estaduais, para chegar a conclusão que "a Fapesp não tem poder legal para representar o CGIbr..."

Nas consultas públicas no registro de domínios, veja os responsáveis:

- CG.ORG.BR: responsável: Arthur Pereira Nunes
 - REGISTRO.BR: responsável: Frederico Augusto de Carvalho Neves
 - FAPESP.BR: presidente: Carlos Vogt Na prática, quando a Fapesp (Carlos Vogt) e Registro.BR (Federico Neves) solicitarem a sua doação obrigatória de R\$ 30,00 eles informam que as regras foram definidas por Arthur Pereira Nunes, responsável pelo cg.org.br Atualmente a Fapesp além de extorquir começou a roubar e transferir domínios através de uma suposta existência de irregularidades nos dados fornecidos para fins de registro de domínio e novamente a trinca do CG (Arthur Pereira Nunes, Sérgio Amadeu da Silveira e o funcionário da Fapesp: Demi Getschko*) apoiam toda a manipulação dos domínios por parte da Fapesp que laconicamente informa que somente segue ordens da trinca do CG. *) Digo funcionário da Fapesp porque a 10 anos atrás ele respondia pelo registro de domínios na Fapesp. O que mudou foi o status de obreiro para cacique.

Aviso. Evite o registro de domínios no Brasil. O seu domínio, e-mails, home-page, loja virtual etc, podem ser desativados a qualquer instante com base em umas regras idiotas do Comitê Gestor Internet Brasil e já aplicados pela Fapesp em centenas de empresas, que perderam os domínios e a comunicação pela Internet. Mesmo pagando a taxa de doação e estar usando por 6 anos seguidos não garante nada. Afinal de contas foi somente uma doação para a Fundo de Amparo aos Picaretas do Estado de São Paulo.... Registre o pseudônimo ".com" nos EUA, que isto não acontece.

É inusitada a precariedade na divulgação de informações estatísticas de qualquer tipo sobre o desenvolvimento e estado exato da Internet no Brasil. Não há informação sobre a alocação dos blocos de números IP, sobre a distribuição nacional e internacional do tráfego, sobre o desenvolvimento e estado de

pontos de presença locais (medida da expansão da infra-estrutura para o acesso universal) e disponibilidade de serviços de conexão na chamada última milha etc. Texto original escrito em 10/04/2002, clique aqui

Graças ao Comitê Gestor Internet, durante 8 anos, temos no Brasil duas opções:

1) doar R\$ 30,00/ ano para a Fapesp (SP) e ganhar um domínio. ou
2) não doar R\$ 30,00 / ano e chupar o dedo sem domínio. 700 mil internautas / ano escolheram a primeira opção e fizeram a doação forçada para a FAPESP (Fundação de Amparo ao Estado de São Paulo) e por ser uma doação obtiveram a isenção da COFINS, conforme o Comitê Gestor Internet Brasil. Veja o texto "De acordo com o art. 10º, incisos IV e V, da Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, as fundações públicas permanecem sujeitas às normas da legislação anterior a esta lei, referente à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS." Assim, com base no art. 14, inciso X, da Medida Provisória 2 158/35 e, também, no art. 150, inc. VI, alínea "c", da Constituição Federal, há isenção da COFINS, por ser uma doação. Obs. Tive que reproduzir, porque o pessoal é malandro... sorrateiramente tiraram o texto "Não fornecemos Nota Fiscal por ser doação" e trocaram por "Não fornecemos NF por ser um serviço público".

...., entretanto a receita em muito excede as despesas, e até o final do ano passado (2002 !!!!!), o saldo líquido nos cofres da FAPESP já excedia R\$50 milhões, nada mal por uma operação sem fins lucrativos.

... Dinheiro desta ordem naturalmente chama atenção. Sabe-se que a atual administração da FAPESP já questionou a propriedade de permitir que este dinheiro seja usado para financiar qualquer coisa que não seja financiado normalmente por ela, ou seja, que este dinheiro deveria ser usado apenas para projetos de pesquisadores do estado de São Paulo. Em outras palavras, a FAPESP estava rejeitando a noção que o CGI tenha competência para determinar o destino de dinheiro que entrou na FAPESP em consequência da delegação pelo CGI à FAPESP da operação do serviço do Registro, apesar do fato das operações serem evidentemente de âmbito nacional e não estadual. (texto completo e autor)

Você sabia?... Coube ao Comitê Gestor da Internet desenvolver um amplo trabalho de divulgação de uma versão distorcida sobre a exploração de serviços de comunicação de dados inventada pelo Minicom, na qual os usuários deveriam direcionar as conexões internet para as redes dos provedores de acesso, utilizando códigos de numeração das redes de telefonia local. Desta forma, com as conexões sendo completadas nas redes de telefonia, os usuários eram obrigados ao pagamento de pulsos.

Porém, a função mais nefasta e praticamente desconhecida do CG é servir como preposto do Minicom/Anatel no fornecimento irregular de blocos CIDR (endereços IP) para que os provedores de acesso e as concessionárias de telefonia possam utilizá-los ilegalmente na exploração de serviços de comunicação de dados que, por lei, é uma prerrogativa exclusiva dos autorizados do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

O ilegal decreto 4.829 que cria o "novo" CG e tem como principal mentor o suspetíssimo ex-ministro Miro Teixeira, não passa de uma reedição da igualmente ilegal portaria 147/95, com a diferença que desta vez o CG seria utilizado para garantir o monopólio da exploração de serviços de comunicação de dados pelas concessionárias do Serviço de Comunicações Digitais (SCD), através do fornecimento exclusivo de endereços IPV6 para estas concessionárias.... Rogério Gonçalves - Webmaster - username:Brasil - http://user.atualize.net

Um texto interessante sob controle do Carlos Vogt, presidente da Fapesp, que comenta sobre um fato antigo: o roubo de dados da Receita Federal de 1996, contendo as informações sigilosas de 11,5 milhões de brasileiros, mas esqueceu do roubo de banco de dados cadastrais de proprietários de 383 mil domínios da Fapesp. Comenta sobre os efeitos nefastos da parceria de um grande banco privado com um provedor nacional, mas esquece de comentar sobre a extorsão de 200 milhões feitas pela Fapesp e o uso indevido da palavra fundação por não estar classificada como Oscip "Organização da Sociedade Civil de Interesse Público", na Secretaria Nacional de Justiça e ainda atuar ilegalmente na venda da operação de "serviços públicos sem fins lucrativos" para empresas estrangeiras. Fora estas faltas lamentáveis contém outros textos interessantes. Volta aqui

Destacando.....

A regulamentação da Internet no Brasil

..... Ocorre que toda a estrutura e a infra-estrutura montadas a partir do Comitê Gestor Internet do Brasil padecem de uma grave insuficiência jurídica. Com efeito, a portaria interministerial em questão não possui lastro ou fundamento legal.

O ato administrativo em tela foi expedido tão-somente com base no permissivo inscrito no art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição. "Curiosamente", a regra constitucional fixa competência para o Ministro de Estado "expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos". O ato expedido não menciona a base legal e nem conseguimos vislumbrar, na ordem jurídica em vigor, naquele ou neste momento, o substrato legal necessário.

Registramos, por oportuno, que o diploma normativo anteriormente editado não se limita a regular situações ou fatos ocorridos no seio da Administração Pública. No âmbito de padrões e procedimentos técnicos e operacionais estabelece que o Comitê Gestor fará meras recomendações. Entretanto, (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

A profª Sofia Mentz Albrecht, em oportuno artigo "A Inconstitucionalidade da Regulamentação sobre Nomes de Domínio na Internet", entende haver inconstitucionalidade material e também formal na Resolução nº 01/98-CG, sustentando que "ao invés de criar condições reais de desenvolvimento tecnológico no meio eletrônico, produz empecilhos e dificuldades cada vez maiores para que o mercado brasileiro possa verdadeiramente estar conectado com os demais, no mundo globalizado de hoje". E prossegue, justificando que há vício de origem na Criação do Comitê Gestor, pois afronta o disposto no art. 87, parágrafo único, II da Constituição Federal, pois compete apenas ao ministro de Estado (...) expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos; que há afronta ao Princípio da Legalidade, insculpido no art. 5º, II do mesmo Diploma; e quanto à competência, acertadamente aponta que apenas a União poderia legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão, nos termos do art. 22 da Lei Maior. Por conseguinte, também a Portaria nº 147/95-MC/MCT estaria eivada de vícios (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

O professor Hartmut Richard Glaser, coordenador do sistema de registros da Fapesp, em entrevista ao CanalWeb, entende que "o registro de um domínio só é realizado se o requerente concordar com o contrato que tem, entre as cláusulas, uma específica sobre as responsabilidades posteriores ao registro". Prossegue: "A Fapesp e o Comitê Gestor não possuem responsabilidade sobre a utilização de domínios na Internet. A responsabilidade é apenas do requerente que concorda com isso ao registrar um domínio na Fapesp". Segundo ele, "a Fapesp é apenas um braço executivo do Comitê Gestor da Internet Brasil e cumpre apenas as determinações indicadas pelo órgão". Ora, se a FAPESP permite o registro de alguns endereços e veta o de outros, por que não poderia então ser responsabilizada pelos prejuízos de um registrante que vier a sucumbir, em sendo co-ré, por não ter bloqueado previamente o registro ou reservado o domínio? Com a publicação e o pagamento da retribuição, o ato torna-se jurídico perfeito e acabado. (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos II e IV, o titular será notificado para satisfazer à exigência no prazo de 30 (trinta) dias, decorridos os quais, sem atendimento, será cancelado o registro. Interessante notar que a FAPESP pode bloquear um registro pela falta de pagamento, mas depende de ordem judicial de bloqueio no caso de ocorrência de crime. O jornal Estado de São Paulo, entrevistando o Delegado Mauro Marcelo Lima e Silva, do setor de Crimes pela Internet da Polícia Civil de São Paulo, indagou: "Vocês já suspenderam algum domínio por atuar de forma criminoso?" A resposta do cyber-delegado: "Os crimes praticados pela Internet são tratados de forma acadêmica e amadora. O comportamento da Fapesp (órgão gestor do registro de domínios) em relação aos domínios que violam a lei é uma verdadeira aberração. Ela pode retirar um domínio que não paga a taxa anual, mas não procede da mesma forma quando se trata de suspender o que comete delitos - a Fapesp alega que só pode fazê-lo com ordem judicial". E muitas vezes, sequer é respeitado o prazo de trinta dias do parágrafo único do art. 7º, sendo o domínio bloqueado de imediato. Mesmo que seja decorrente de ordem judicial (V), também o é, claramente, por inobservância das regras estabelecidas na Resolução e seus Anexos (IV). O registrante (ato jurídico perfeito) no exercício regular de um direito, deve gozar desse tempo hábil para notificar seus usuários e/ou clientes, sob pena de arcar com prejuízos de elevada monta, ser descredibilizado, e por consequência, levado à bancarrota, muitas vezes estando ausente a ilegitimidade e a má-fé. (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

Caso a Fapesp tenha retirado o seu domínio indevidamente:

FORO DE COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DE REPARAÇÃO DE DANOS EM PROPRIEDADE INTELECTUAL
Por Marcelo Goyanes (www.abpi.org.br/revista/revista44.htm)

O autor analisa as regras que determinam o foro de competência para a propositura das ações de reparação de danos por violação de direitos de propriedade intelectual. Como a regra geral do foro de competência para as ações judiciais é o domicílio do réu, o autor discute as alternativas à regra

geral para o ajuizamento de ações de reparação de danos. Com base na regra especial segundo a qual o foro competente nas ações de reparação de dano sofrido em decorrência de delito e o do local do delito ou do domicílio do autor, conclui o articulista que as ações de reparação de danos por violação de direitos de propriedade intelectual beneficiam-se dessa regra.

<http://www.comunicacao.pro.br/site/ptofos/2/governanca.htm>

"A minuta da nova formação sotrou interferência da sociedade civil, através de um grupo de ONGs que foram convidadas para ajudar a pensar uma nova estrutura para o CGI-BR e para pensar a nova personalidade jurídica do seu "braço operacional", que será responsável pela administração de nomes de domínios da Internet no Brasil. Atualmente, essa administração está sendo feita pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que já arrecadou, aproximadamente, R\$ 66 milhões com a cobrança dos serviços de registro de nome de domínio.

Porém, o mais preocupante, é que ninguém sabe dizer ao certo o que foi feito com esse dinheiro, pois não existe nenhuma transparência por parte da Fapesp, mesmo sabendo que esse recurso é Federal e não Estadual. Este está sendo apropriado indevidamente por uma entidade que tem por missão o fomento à pesquisa científica e tecnológica do país e não a realização de serviços de governança da Internet.

Os motivos acima mostram a importância da participação da sociedade civil no processo de regulamentação da Internet (...)" ([clique aqui para ler o texto completo e Autor](#))

[Registro indevido de domínio na internet pode gerar indenização](#)

O juiz Régis Rodrigues Bonvicino, da Terceira Vara da Fazenda Pública de São Paulo, acatou os argumentos das autoras do processo, considerando que o simples registro do nome de domínio na internet visando uma concorrência desleal é suficiente para presumir o prejuízo. A decisão tem como base a Lei de Propriedade Industrial. A Fapesp também foi condenada ao pagamento de indenização, cujo valor será definido durante a fase de liquidação de sentença. "O mero uso indevido do nome já é um prejuízo indenizável", diz o advogado da Fiat, Lélcio Denicoli Schmidt. Ele argumenta que a empresa prejudicada teve no mínimo lucros cessantes ao deixar de obter receitas que decorreriam de uma eventual licença pelo uso da marca... (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

[Comentários sobre o CG](#)

Não conheço ninguém | (Score: 1)

by: gwm on: Sunday 18 January 15:34:02 <http://www.zorked.net/>

Não conheço ninguém (ok, tive um deja vu com o "Demi Getschko", que uma busca rápida no Google revelou ter sido o cara a começar a atacar o pessoal do antispam.org.br quando o IG em que ele trabalhava?), foi incluído no MAPS - espero que ele tenha mais credenciais do que isso). (detalhes clique aqui) É interessante quanto o CG está distante de nos pessoas normais, leia mais.

O estrago está feito

.... os novos lordes da internet preferiram concentrar a partir daquele momento toda a atenção na nova máquina de dinheiro que haviam acabado de receber de presente, e de quebra dar uma guarbada em seus próprios egos.

E assim se passaram oito longos anos de pura embromação, com o registro.br reinando absoluto nos assuntos do CG e os lordes do comitê envolvendo-se em iniciativas estranhas para defender interesses de provedores de acesso ou inventando formas para perpetuarem-se no poder.

O resultado do "brilhante" serviço prestado pelo CG ao nosso país no âmbito da criação de padrões para internet está resumido na existência de apenas três GTs (equivalentes aos subcomitês) e absolutamente nenhuma recomendação oficialmente aprovada que possa ser utilizada como referência pelos profissionais envolvidos com internet. (texto completo e Autor)

"Relatório final do Comitê Gestor Interino"

.... que, na verdade, é uma espécie de testamento do ineficiente Comitê Gestor da Internet, que conseguiu a proeza de embromar todo mundo durante oito anos, impedindo que fosse desenvolvido um modelo participativo de padronização da internet tupiniquim e deixando como legado a bagatela de R\$ 64 milhões guardados com todo carinho no cofrinho da Fapesp

Como legalizaram a extorsão de 700 mil internautas usando uma fundação

Primeiramente, o encargo de registrar nomes de domínio ".br" possui abrangência federal, visto que, se trata de todo e qualquer registro, desta natureza, feito no Brasil, em contrapartida, a Resolução 002/98 do CGIB delegou tal encargo a uma entidade estadual, qual seja, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Neste sentido, em nosso país, o órgão competente para registrar nomes de domínio é a Fapesp, uma entidade estatal com uma função de extensão nacional. (texto completo e autor)

Como aumentaram a extorsão para R\$ 200 milhões?

"Quanto aos valores relativos a cobrança do respectivo registro, ficou estipulado que a Fundação deverá mantê-los compatíveis aos cobrados por outros países, necessitando da aprovação do CG para fixá-los."

Comentário: Nos EUA o valor sempre foi de US\$6,00, isto durante 8 anos, aqui no Brasil, graças a fome por dinheiro no bolso dos lordes do CGIB a Fapesp começou com R\$100,00 e atualmente baixou para R\$ 30,00, sendo o custo real de R\$ 1,00 por domínio (720 mil reais ano / 700 mil dom.) segundo o professor em piscetagem Hartmut Richard Glaser. Para justificar a maracutaia, o CGIB ainda planta notícias falsas na mídia como se no Brasil o domínio fosse o mais barato do mundo... cm (<http://www.rnp.br/noticias/2003/not-030207.html>: reproduzidas no jbonfim)

Porque reduziram o valor em 23/1/2003 e não em 1/1/2003 como nos anos anteriores?

Simple.... estava aguardando abaixar os valores da taxa de extorsão, e que sempre acontecia no 1 dia de cada ano. Como nada aconteceu, resolvei registrar entre os dias 17 a 20 centenas de domínios genéricos que estavam vagos.

Após uma reunião de acéfalos na sala do CGIB, dentro da Fapesp, mas montados no cofrinho de 65 milhões extorquidos na época, chegaram a conclusão que não ia registrar mais domínios baixaram o valor e para me ferrar mais cobraram duas vezes o valor de R\$ 30,00 (dois anos de uma vez!) para quem registrou entre os dias 1/1/2003 e 23/1/2003

Sites relacionados

• www.cg.org.br
• www.fapesp.br
• www.icann.org.br

Aviso: archive tudo na sua máquina pessoal antes que a Fapesp por ser proprietária de todos os domínios no Brasil detone este site...

Sobre o Comitê Gestor
Membros do Comitê Gestor

Ministério da Ciência e Tecnologia:
ARTHUR PEREIRA NUNES (coordenador), titular;
ANTENOR CESAR VANDERLEI CORRÊA, suplente;

563
R

geral para o ajuizamento de ações de reparação de danos. Com base na regra especial segundo a qual o foro competente nas ações de reparação de dano sofrido em decorrência de delito é o do local do delito ou do domicílio do autor, conclui o articulista que as ações de reparação de danos por violação de direitos de propriedade intelectual beneficiam-se dessa regra.

<http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/2/governanca.htm>

"A minuta da nova formação sofreu interferência da sociedade civil, através de um grupo de ONGs que foram convidadas para ajudar a pensar uma nova estrutura para o CGI-BR e para pensar a nova personalidade jurídica do seu "braço operacional", que será responsável pela administração de nomes de domínios da Internet no Brasil. Atualmente, essa administração está sendo feita pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) que já arrecadou, aproximadamente, R\$ 66 milhões com a cobrança dos serviços de registro de nome de domínio.

Porém, o mais preocupante, é que ninguém sabe dizer ao certo o que foi feito com esse dinheiro, pois não existe nenhuma transparência por parte da Fapesp, mesmo sabendo que esse recurso é Federal e não Estadual. Este está sendo apropriado indevidamente por uma entidade que tem por missão o fomento à pesquisa científica e tecnológica do país e não a realização de serviços de governança da Internet.

Os motivos acima mostram a importância da participação da sociedade civil no processo de regulamentação da Internet (...)" (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

Registro indevido de domínio na Internet pode gerar indenização

O juiz Régis Rodrigues Bonvicino, da Terceira Vara da Fazenda Pública de São Paulo, acatou os argumentos das autoras do processo, considerando que o simples registro do nome de domínio na internet visando uma concorrência desleal é suficiente para presumir o prejuízo. A decisão tem como base a Lei de Propriedade Industrial. A Fapesp também foi condenada ao pagamento de indenização, cujo valor será definido durante a fase de liquidação de sentença. "O mero uso indevido do nome já é um prejuízo indenizável", diz o advogado da Fiat, Lélcio Denicoli Schmidt. Ele argumenta que a empresa prejudicada teve no mínimo lucros cessantes ao deixar de obter receitas que decorreriam de uma eventual licença pelo uso da marca..... (clique aqui para ler o texto completo e Autor)

Comentários sobre o CG

Não conheço ninguém | (Score: 1)

by: gwm on: Sunday 18 January 15:34:02 <http://www.zorked.net/>

Não conheço ninguém (ok, tive um deja vu com o "Demi Getschko", que uma busca rápida no Google revelou ter sido o cara a começar a atacar o pessoal do antispam.org.br quando o iG, em que ele trabalhava(va?), foi incluído no MAPS - espero que ele tenha mais credenciais do que isso). (detalhes clique aqui) É interessante quanto o CG está distante de nós pessoas normais. Leia mais

O estrago está feito

..... os novos lordes da internet preferiram concentrar a partir daquele momento toda a atenção na nova máquina de dinheiro que haviam acabado de receber de presente, e de quebra dar uma guirlanda em seus próprios egos.

E assim se passaram oito longos anos de pura embromação, com o registro.br reinando absoluto nos assuntos do CG e os lordes do comitê envolvendo-se em iniciativas estranhas para defender interesses de provedores de acesso ou inventando formas para perpetuarem-se no poder.

O resultado do "brilhante" serviço prestado pelo CG ao nosso país no âmbito da criação de padrões para internet está resumido na existência de apenas três GTs (equivalentes aos subcomitês) e absolutamente nenhuma recomendação oficialmente aprovada que possa ser utilizada como referência pelos profissionais envolvidos com internet. (texto completo e Autor)

"Relatório final do Comitê Gestor interno"

.... que, na verdade, é uma espécie de testamento do ineficiente Comitê Gestor da Internet, que conseguiu a proeza de embromar todo mundo durante oito anos, impedindo que fosse desenvolvido um modelo participativo de padronização da internet tupiniquim e deixando como legado a bagatela de R\$ 64 milhões guardados com todo carinho no cofrinho da Fapesp.

Como legalizaram a extorsão de 700 mil internautas usando uma fundação

Primeiramente, o encargo de registrar nomes de domínio ".br" possui abrangência federal, visto que, se trata de todo e qualquer registro, desta natureza, feito no Brasil; em contrapartida, a Resolução 002/98 do CGLB delegou tal encargo à uma entidade estadual, qual seja, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Neste sentido, em nosso país, o órgão competente para registrar nomes de domínio é a Fapesp, uma entidade estatal com uma função de extensão nacional. (texto completo e autor)

Como aumentaram a extorsão para R\$ 200 milhões?

"Quanto aos valores relativos a cobrança do respectivo registro, ficou estipulado que a Fundação deverá mantê-los compatíveis aos cobrados por outros países, necessitando da aprovação do CG para fixá-los."

Comentário: Nos EUA o valor sempre foi de US\$6,00, isto durante 8 anos, aqui no Brasil, graças a fome por dinheiro no bolso dos lordes do CGLB a Fapesp começou com R\$100,00 e atualmente baixou para R\$ 30,00, sendo o custo real de R\$ 1,00 por domínio (720 mil reais ano / 700 mil domínios.) segundo o professor em picaretagem Hartmut Richard Glaser.

Para justificar a maracutaia, o CGLB ainda planta notícias falsas na mídia como se no Brasil o domínio fosse o mais barato do mundo... em (<http://www.rnp.br/noticias/2003/not-030207.html> reproduzidas no jbronline

Porque reduziram o valor em 23/1/2003 e não em 1/1/2003 como nos anos anteriores?

Simples... estava aguardando abaxar os valores da taxa de extorsão, e que sempre acontecia no 1 dia de cada ano. Como nada aconteceu, resolvei registrar entre os dias 17 a 20 centenas de domínios genéricos que estavam vagos.

Após uma reunião de acéfalos na sala do CGLB, dentro da Fapesp, mas montados no cofrinho de 65 milhões extorquidos na época, chegaram a conclusão que não ia registrar mais domínios baixaram o valor e para me ferrar mais cobraram duas vezes o valor de R\$ 30,00 (dois anos de uma vez!) para quem registrou entre os dias 1/1/2003 e 23/1/2003

Sites relacionados

· www.cg.org.br
· www.fapesp.br
· www.icann.org.br

Aviso: arquivar tudo na sua máquina pessoal antes que a Fapesp por ser proprietária de todos os domínios no Brasil detone este site....

Sobre o Comitê Gestor
Membros do Comitê Gestor

Ministério da Ciência e Tecnologia:
ARTHUR PEREIRA NUNES (coordenador), titular,
ANTENOR CESAR VANDERLEI CORRÊA, suplente;

Casa Civil da Presidência da República:
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA, titular;
RENATO DA SILVEIRA MARTINI, suplente;

Ministério das Comunicações:
PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR, titular;
ANTÔNIO BEZERRA DE ALBUQUERQUE NETO, suplente;

Ministério da Defesa:
ANTONIO CARLOS AYROSA ROSIERE, titular;
LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO, suplente;

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:
MANUEL FERNANDO LOUSADA SOARES, titular;
ROGÉRIO ANTÔNIO SAMPAIO VIANNA, suplente;

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:
ROGÉRIO SANTANNA DOS SANTOS, titular;
RODRIGO ORTIZ D'ÁVILA ASSUMPTÃO, suplente;

Agência Nacional de Telecomunicações:
JOSE ALEXANDRE NOVAES BICALHO, titular;
MARCELO ANDRADE PIMENTA, suplente;

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
JOSE ROBERTO DRUGOWICH DE FELÍCIO, titular;
GERALDO SORTE, suplente;

Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia:
DENISE APARECIDA CARVALHO, titular;
RAFAEL ESMERALDO LUCCHESI RAMACCIOTTI, suplente.

Representante de Notório Saber em Assuntos de Internet:
DEMI GETSCHKO

Representantes do setor empresarial:

a) segmento dos provedores de acesso e conteúdo da Internet:
ANTÔNIO ALBERTO TAVARES, titular;
ROQUE ABDO, suplente;

b) segmento dos provedores de infra-estrutura de telecomunicações:
CARLOS DE PAIVA LOPES, titular;
ALEXANDRE ANNENBERG NETTO, suplente;

c) segmento da indústria de bens de informática, de bens de telecomunicações e de software do setor empresarial:
HENRIQUE FAULHABER, titular;
JOSE CARLOS LOURENÇO RÉGO, suplente;

d) segmento do setor empresarial usuário:
CASSIO JORDÃO MOTTA VECCHIATTI, titular;
NIVALDO CLETO, suplente;

Representantes do terceiro setor:

a) titulares:
CARLOS ALBERTO AFONSO;
GUSTAVO GINDRE MONTEIRO SOARES;
MARCELO FERNANDES;
MÁRIO LUIS TEZA;

b) suplentes: RICARDO ANTÔNIO RUBENS PRADO SCHNEIDER,
ROBERTO FRANCISCO DE SOUZA; EDGARD SPITZ PINEL; THAIS RODRIGUES CORRAL; Representantes da comunidade científica e tecnológica:

a) titulares:
LUCI PIRMEZ;
LUIZ FERNANDO GOMES SOARES;
NELSON SIMÕES DA SILVA;

b) suplentes:
OMAR

a1 a2 a3 a4 a5 a6 a7 a8 a9 a10 a11 a12 a13 a14 a15 a16 a17 a18 a19 a20